

PORTUGAL LIVRE

**JORNALISMO E
OPOSIÇÃO AO
ESTADO NOVO
NO EXÍLIO
BRASILEIRO**

FRANCO SANTOS ALVES DA SILVA

**PORTUGAL LIVRE: JORNALISMO E
OPOSIÇÃO AO ESTADO NOVO NO
EXÍLIO BRASILEIRO**

Todo o conteúdo apresentado neste livro é de responsabilidade do(s) autor(es).

Esta publicação está licenciada sob [CC BY-NC-ND 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)

Conselho Editorial

Prof. Dr. Ednilson Sergio Ramalho de Souza - UFOPA
(Editor-Chefe)

Prof. Dr. Laecio Nobre de Macedo-UFMA

Prof. Dr. Aldrin Vianna de Santana-UNIFAP

Prof.^a. Dr.^a. Raquel Silvano Almeida-Unespar

Prof. Dr. Carlos Erick Brito de Sousa-UFMA

Prof.^a. Dr.^a. Ilka Kassandra Pereira Belfort-Faculdade Laboro

Prof.^a. Dr. Renata Cristina Lopes Andrade-FURG

Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves-IFF

Prof. Dr. Clézio dos Santos-UFRRJ

Prof. Dr. Rodrigo Luiz Fabri-UFJF

Prof. Dr. Manoel dos Santos Costa-IEMA

Prof.^a Dr.^a. Isabella Macário Ferro Cavalcanti-UFPE

Prof. Dr. Rodolfo Maduro Almeida-UFOPA

Prof. Dr. Deivid Alex dos Santos-UEL

Prof.^a Dr.^a. Maria de Fatima Vilhena da Silva-UFPA

Prof.^a Dr.^a. Dayse Marinho Martins-IEMA

Prof. Dr. Daniel Tarciso Martins Pereira-UFAM

Prof.^a Dr.^a. Elane da Silva Barbosa-UERN

Prof. Dr. Piter Anderson Severino de Jesus-Université Aix Marseille

Nossa missão é a difusão do conhecimento gerado no âmbito acadêmico por meio da organização e da publicação de livros científicos de fácil acesso, de baixo custo financeiro e de alta qualidade!

Nossa inspiração é acreditar que a ampla divulgação do conhecimento científico pode mudar para melhor o mundo em que vivemos!

Equipe RFB Editora

Franco Santos Alves da Silva

PORTUGAL LIVRE: JORNALISMO E OPOSIÇÃO AO ESTADO NOVO NO EXÍLIO BRASILEIRO

1ª Edição

Belém-PA
RFB Editora
2024

© 2024 Edição brasileira
by RFB Editora
© 2024 Texto
by Autor
Todos os direitos reservados

RFB Editora
CNPJ: 39.242.488/0001-07
91985661194
www.rfbeditora.com
adm@rfbeditora.com
Tv. Quintino Bocaiúva, 2301, Sala 713, Batista Campos,
Belém - PA, CEP: 66045-315

Editor-Chefe

Prof. Dr. Ednilson Ramalho

Diagramação e capa

Worges Editoração

Revisão de texto

Autor

Bibliotecária

Janaina Karina Alves Trigo Ramos-CRB
8/9166

Produtor editorial

Nazareno Da Luz

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)



P853

Portugal Livre: jornalismo e oposição ao estado novo no exílio brasileiro.
Franco Santos Alves da Silva – Belém: RFB, 2024.

Livro em PDF
120p.

ISBN: 978-65-5889-685-2

DOI: 10.46898/rfb.5086afa3-87ce-4b0d-9828-dd2925f206f8

1. Portugal Livre. I. Silva, Franco Santos Alves da. II. Título.

CDD 300

Índice para catálogo sistemático

I. Ciências Sociais.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO 1	
O ESTADO NOVO, A CENSURA E A OPOSIÇÃO	15
1.1 Salazar Fascista? A natureza do regime segundo o <i>Portugal Livre</i>	18
1.2 A Censura e a Polícia Política.....	26
1.3 Breve explicação da História das Oposições ao Estado Novo.....	31
1.4 Clandestinidade e partidos políticos: Partido Comunista Português	34
CAPÍTULO 2	
EXÍLIO BRASILEIRO: OPÇÃO PARA CONTINUAR A LUTA	37
2.1 O exílio na História	38
2.2 Primeira Geração de exilados.....	41
2.3 <i>Portugal Democrático</i> : o jornal pioneiro.....	44
2.4 Um novo exilado: Humberto Delgado e o MNI.....	45
CAPÍTULO 3	
PORTUGAL LIVRE: AS AÇÕES	57
3.1 A fundação	58
3.2 Os envolvidos	61
3.3 A estrutura e manutenção do <i>Portugal Livre</i>	66
3.4 Os colaboradores	69
3.5 A mensagem da primeira edição	71
CAPÍTULO 4	
A OPOSIÇÃO	75
4.1 A relação com o Brasil	76
4.2 O paradoxo do Colonialismo	80
4.3 As intervenções de Henrique Galvão	84
4.4 As desavenças, entre formas de ação e partidarismo	86
4.5 Santa Maria e a questão da ação direta.....	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
ANEXOS	104
FICHA HEMEROGRÁFICA	110
REFERENCIAS BIBLIOGRAFICA	113
DOCUMENTOS E FONTES	116

INTRODUÇÃO

Esse livro versa sobre as ideias e discussões acerca da fundação, manutenção e fechamento do jornal *Portugal Livre*, editado na cidade de São Paulo, Brasil, por portugueses exilados do Estado Novo naquele país, na viragem dos anos cinquenta para sessenta. A proposta é estudar não somente o jornal em si, mas sim os debates que antecederam sua criação e permeavam assuntos de como a oposição deveria agir no exílio; os posicionamentos frente à questão colonial; e os diferentes partidos políticos envolvidos. Assim, o corte temporal é um pouco maior do que a vida do jornal em si, compreendendo o período entre os anos 1958 e 1961.

A candidatura do general Humberto Delgado no ano de 1958 é uma das balizas cronológicas para esta dissertação, haja vista que a concessão de asilo político por parte do governo brasileiro, e sua consequente vinda para este país, causaram furor e animo à comunidade de portugueses exilados, e acabou por criar uma onda de esperança e expectativa naquele grupo. Contudo, logo este ânimo se dissiparia com as opiniões políticas e tomadas de decisões de Delgado sobre como deveria se reorganizar a oposição ao Estado Novo a partir do Brasil. O general trouxe consigo a sigla do Movimento Nacional Independente (MNI) e lançou uma diretiva que nomeava pessoas conforme sua vontade, fez ainda críticas diretas ao núcleo de oposicionistas situados em São Paulo, sobretudo organizados no jornal *Portugal Democrático*, afirmou que este era um núcleo de comunistas, e que contrariava a opção de ver Portugal, livre de fato. Em meio a este contexto alguns exilados, descontentes com a linha editorial do *Portugal Democrático*, procuraram Delgado e fundaram o jornal *Portugal Livre*.

O *Portugal Livre* teve vida efêmera, foram apenas dezesseis edições, entre novembro de 1959 e março de 1961. Pode ser considerado pequeno se comparado ao jornal *Portugal Democrático*, igualmente publicado no Brasil, com duração de dezessete anos e mais de duzentas edições, no entanto isto não diminui sua importância para a História, sobretudo porque ele foi fundado em meio às divergências políticas entre o grupo de portugueses exilados em território brasileiro. O jornal contou com a colaboração de Humberto Delgado, Henrique Galvão, Victor da Cunha Rego, Miguel Urbano Rodrigues, João Santana Mota, João Alves das Neves, Joaquim Ribeiro Bastos Paulo de Castro, Pedroso Lima¹ e o brasileiro Claudio Abramo como diretor, mesmo cargo que exercia a frente do jornal *O Estado de S. Paulo*². É certo que a duração do jornal não pode ser um parâmetro para medir seu impacto

¹ O número e nomes de portugueses colaboradores pode variar, o que veremos no decorrer da pesquisa. Outro ponto importante é a contribuição por parte dos intelectuais brasileiros no jornal.

² Em 1957 uma leva de jornalistas portugueses, provenientes do *Diário Ilustrado*, veio para trabalhar no jornal *O Estado de S. Paulo* a convite de Vitor Ramos e Manuel Ferreira Moura. Tais como Miguel Urbano Rodrigues, Victor da Cunha Rego e João Ales das Neves. Estavam descontentes com a linha imposta no editorial do *Diário Ilustrado* e suspeitavam de infiltração da PIDE. In: SILVA, Douglas

dentro do contexto da oposição no exílio, bem da verdade concluímos o oposto: o que um jornal, editado no exílio e de vida tão curta, pode revelar-nos acerca da oposição ao Estado Novo? É com esta pergunta chave que buscamos desenvolver o texto.

Não é por coincidência que a vida do *Portugal Livre* situa-se em anos muito conturbados para o Estado Novo, cujo início se dá com a campanha eleitoral de 1958 e o candidato Humberto Delgado, o “general sem medo”, seguido de diversos outros eventos tais como a Revolta da Sé em março de 1959 e a fuga do capitão Henrique Galvão no mesmo ano. Em janeiro de 1960, Álvaro Cunhal, Joaquim Gomes, Carlos Costa, Francisco Miguel, Jaime Serra, José Carlos, Guilherme Carvalho, Pedro Soares, Rogério de Carvalho e Francisco Martins Rodrigues evadiram da prisão depois de uma ação detalhadamente preparada e sincronizada. Iniciando o “ano maldito de Salazar”, tem-se o sequestro do paquete Santa Maria pelo Directório Revolucionário Ibérico de Libertação (DRIL) em janeiro de 1961, seguido do início da guerra colonial em Angola no mês seguinte. Já entre março e abril desenrola-se a tentativa de restauração interna, conhecida como Golpe Botelho Moniz, enquanto que ao fim do ano, em novembro, um avião da TAP, linha Casablanca-Lisboa, arremessou panfletos sobre a capital portuguesa. Em dezembro ocorreu a revolta em Goa, a fuga de mais oito dirigentes e militantes comunistas da prisão de Caxias, e, finalmente, a revolta da Beja, na viragem do último dia do ano de 1961. Veremos no decorrer deste trabalho que muitas destas ações estiveram fortemente presentes na redação do jornal e na vida de seus participantes, em alguns casos, de forma direta.

Não há país e nem fronteiras para o grupo de exilados aqui estudado, isto em virtude dos contatos por eles estabelecido com diversos outros opositores, jornalistas e compatriotas espalhados pelo mundo, como na Venezuela, Espanha, Inglaterra, França, Angola, entre outros. Toda a ação, fundação e os debates que envolveram o jornal *Portugal Livre* desenrolaram-se fora do território português, tendo o Brasil como sede. Não obstante, é necessário ressaltar o grande destino migratório que esta nação se tornou na segunda metade do século XX: somente “na década de 1951-1960 emigraram para o Brasil 235 635 dos 358 705 portugueses que abandonaram o país no mesmo período, o que representa mais de 65% do total”.³

A redação do jornal situava-se na cidade de São Paulo, que a exemplo do Brasil, passava por um crescimento vertiginoso, solidificando-se como grande pólo industrial após estabelecimento de indústria automobilista em sua região metropolitana. Nesta cidade também situava-se alguns dos maiores jornais do país, como o *OESP* e *Folha da Manhã*

Mansur da. *A oposição ao Estado Novo no exílio brasileiro: 1956-1974*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006.

³ ALMEIDA, Carlos; BARRETO, António. *Capitalismo e emigração em Portugal*. Lisboa: Prelo Editora, 1970, p. 225. Apud: SERTÓRIO, Manuel. *Humberto Delgado 70 cartas inéditas*. Publicações Alfa, S. A., Lisboa, 1990.

(hoje *Folha de S. Paulo*). O próprio país passava por grandes transformações socioeconômicas marcadas pela chegada da televisão e pelo plano desenvolvimentista do presidente Juscelino Kubistchek, intitulado “50 anos em cinco”, com investimentos em infra-estrutura, rodovias, hidroelétricas, aeroportos, além do fomento à indústria nacional e a construção da nova capital, Brasília, inaugurada no início de 1960. O país atravessava por uma modernização no modo de consumo, e, semelhante aos Estados Unidos da América, este avanço era um contraponto em uma sociedade ainda marcadamente rural aonde se via a efervescência de movimentos de esquerdas, influenciados pela União Soviética e pela Guerra Fria.

A figura do exilado é ilustrada em diversos momentos e culturas na História, seja em civilizações Clássicas, mitologias cristã, mesopotâmica ou judaica, o que configura uma categoria própria da literatura. Já na área jurídica a sua condição muda de terminologia, passando a ser considerado refugiado e migrante, cuja primeira referência ao direito de asilo é do segundo milênio a.C. Entretanto, é somente nos anos de 1920 que recebe contornos internacionais, porém focando grupos específicos, principalmente após 1951 e da Convenção de Genebra, com a criação do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), mas somente visando os refugiados do leste europeu.⁴

De acordo com a “Convención sobre el estatuto de los refugiados”, refugiado é qualquer pessoa

Que, como resultados ocorridos antes de 1º. De janeiro de 1951 e devido a fundados temores de ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, vinculação a determinado grupo social ou opiniões políticas, se encontre fora do país de sua nacionalidade e não possa ou, devido aos referidos temores, não queira entregar-se à proteção de tal país; ou que, carecendo de nacionalidade e encontrando-se, em consequência de tais acontecimentos, fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou, devido aos referidos temores, não queira a ele regressar.⁵

A linguagem técnica e impessoal, que é inerente aos textos jurídicos, não consegue englobar as diferentes formas, ou, pode-se afirmar, categorias dos emigrados. Assim, excluem-se da Convenção os refugiados de guerra e por desastres naturais. Como uma convenção formal, que se pretende racional pode utilizar de preceitos subjetivos como “temor”? E ainda, como indaga Rollemberg, como não considerar refugiadas “as pessoas que se vêm obrigadas a deixar o país de origem como resultado de conflitos armados, nacionais ou internacionais”?⁶ São questões complexas que estão abertas para a discussão e ganham mais riqueza quando respeitam as características e peculiaridades de cada contexto.

A caracterização de Rollemberg revela-nos que

4 JACQUES, André. *Les déracinés. Réfugiés e migrants dans Le monde*. Paris: Éditions La Découverte, 1985. *Apud* ROLLEMBERG, p.37.

5 Parágrafo 2, seção A do art. 1 da Convención sobre el estatuto de los refugiados, de 1951, em Oficina del Alto Comisionado de las Naciones Unidas de los Refugiados, 1979.

6 ROLLEMBERG, Denise. *Éxilio - Entre raízes e rades*. Rio de Janeiro. Editora Record, 1999. p.38.

A emigração é um fenômeno social, não individual, e a partida deve ser entendida numa perspectiva ampla, não estando limitada à idéia de escolha individual, da possibilidade legal da volta, nem tampouco à presumida ausência de “imposições” e “brutalidades, mesmo se comparada à violência sofrida pelos exilados . Tais violências existem onde há pobreza, miséria e desemprego, fatores que motivam os processos migratórios. Seria melhor dizer que o migrante não opta pela partida, e sim é levado socialmente a escolher esta opção.⁷

Já a especificidade do exilado, ora classificado como refugiado, é a sua posição frente ao regime político ou econômico vigente e, antes de tudo, um inquieto e inconformado com a situação imposta, e assim, comprometido com sua pátria e empenhado na luta de mudá-la.⁸ Há, assim uma relação complexa entre o refugiado, sua terra natal e o novo local, que transforma-o em uma personagem “sem fronteiras”. E este faz do seu novo lugar uma nova escola, aonde multiplica suas possibilidades de estabelecer uma rede de contato totalmente nova da qual possuía em sua terra natal. Se anteriormente era vetada a participação na sociedade, agora ele ganha novo impulso e se adapta às adversas situações, tem por vezes, mais ânimo e energia que podem gerar novos e criativos pontos de vista. Entendemos que o papel do exílio na História tem as funções de afastar, excluir e eliminar “grupos ou indivíduos que, manifestando opiniões contrárias ao *status quo*, lutam, para alterá-lo”.⁹ E, no caso do contingente do *Portugal Livre* e na constante luta contra o Estado Novo não foi diferente.

O debate sobre a viabilidade do estudo das ciências sociais através dos periódicos já foi superado. Contudo trata-se de um tema que não era tão aberto assim, sobretudo no fim do século XIX e início do século XX, pois nesse contexto

os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que estas enciclopédias do cotidiano continham registros fragmentários do presente, realizado sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez de permitirem catar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, historicistas e subjetivas¹⁰.

O aporte analítico e interdisciplinar permitiu a História uma abertura no seu campo de visão, e, por consequência um significativo aumento nas possibilidades de pesquisa. Fazendo uso de suportes analíticos advindos de outras áreas das Ciências Humanas, o historiador pôde quebrar alguns paradigmas, como o próprio jornal, enquanto fonte histórica. Entretanto é possível destacar três fatores que tem ligações diretas para o avanço nos estudos acerca dos periódicos: a virada lingüística ou desafio semiótico que gerou um grande debate sobre a análise de discurso, a narrativa histórica e, por último, o contributo da História Cultural que ampliou o leque de documentos a serem usados pelo historiador,

7 *Ibidem*, p.43.

8 *Ibidem*, p.45.

9 ROLLEMBERG, D. *Op. Cit.* p.25.

10 LUCA, Tania Regina de. “Historia dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla Bessanezi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p.112.

para além do texto escrito e da História imediata, até então tarefa exclusiva a jornalista e sociólogos¹¹.

Os documentos utilizados para a realização deste livro são variados: inicia-se com a coleção completa do *Portugal Livre*, além de outros periódicos como os *Avante!*, *Portugal Democrático*, *O Estado de S. Paulo* e *Diário da Manhã*. As cartas também são utilizadas, entre a redação do jornal e assinantes ou ainda entre colegas de oposição. Entre as demais fontes primeiras têm-se os depoimentos de História oral já realizados por outros pesquisadores, fotografias e imagens e, por último, os livros de memórias, biografia e compendio de documentos escritos por testemunhas oculares e participantes envolvidos diretamente com a oposição no exílio brasileiro.

A metodologia utilizada para a elaboração deste livro o cruzamento de análises quantitativas e qualitativas, baseadas em bibliografias pertinentes sobre cada tema. Inicialmente foi elaborada a ficha hemerográfica sobre a coleção completa do *Portugal Livre*, fonte principal para esta pesquisa, para assim identificar as possíveis falhas de informação, e onde pesquisar para completá-las¹². Ao passo seguinte elaborou-se um plano de pesquisa empírica esboçado em cinco etapas que foram realizadas obedecendo esta ordem: 1 - Preparação das informações; 2 - Unitarização ou transformação do conteúdo em unidades; 3 - Categorização ou classificação das unidades em categorias; 4 - Descrição; 5 - Interpretação.¹³

A etapa 1 coletou as fontes primárias em arquivos portugueses, contudo procuraram-se documentos complementares ao objeto de estudo, entre os quais cartas, imagens e demais jornais oposicionistas como *Portugal Democrático* e *Avante!*, este último disponível na internet. Paralelamente foram feitas leituras iniciais de obras de memórias e autobiografias escrita por testemunhas oculares e envolvidos diretamente com o contexto em questão, juntamente com a reunião de entrevistas realizadas por outros pesquisadores com outros envolvidos.

Durante as etapas 2 e 3 foi realizada uma primeira leitura dos artigos contidos no *Portugal Livre*, para então separá-los em três unidades principais: A- Artigos grandes; B- Notas pequenas e C- Anúncios. Em seguida optou-se por enquadrar em oito categorias: 1- Oposição e Comunismo; 2-Problemas em Portugal; 3-Portugal e o mundo; 3- Brasil e Portugal; 4-África e Colonialismo, 5-Poesia, 6- Anistia e presos políticos, 7- Tribuna de Leitores e 8-Igreja. A opção por estes temas deu-se através da verificação e repetição dos

11 *Ibidem*, p. 115.

12 Modelo proposto na obra de ALMUIÑA FERNANDEZ, Celso - *La Prensa Vallisoletana durante El siglo XIX (1808-1894)*. 2 tomos, Valladolid, Serviço de Publicaciones de La Diputaciona Provincial, 1977.

13 MORAES, Roque. "Análise de conteúdo" *In: Revista Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

assuntos mais abordados e serviu orientação para um primeiro esboço dos caminhos a tomar e da preparação para uma análise quantitativa.

Com base na análise preliminar das categorias, buscou-se cruzar as mesmas com outros dados fornecidos diretamente pela fonte principal, o que resultou na confecção de três tabelas, a saber: Temas por edição; Autores (incluindo anônimos) por edição e Autores por temas. Estes dados proveram informações úteis e imediatas para a elaboração da etapa seguinte, descrição, pois permitiu verificar quais os temas mais abordados e sua flutuação conforme os acontecimentos de cada mês ou qual o enfoque dado por cada autor, redator ou colaborador¹⁴.

Para além da objetividade dos números foi realizada uma análise qualitativa de todas as fontes primárias coletadas. Como se trata de um volume razoavelmente grande de informações foi necessário criar alguns filtros através de perguntas que formavam uma hipótese a ser seguida. Esta hipótese deveria ter ligação direta com o tema-título inicialmente pensado para esta dissertação: *Portugal Livre: Um jornal entre a Oposição e as desavenças políticas no exílio brasileiro (1959-1963)*. Assim a pergunta direta que deveria ser feita para cada artigo, de uma forma geral, seria “o que este texto pode revelar sobre as desavenças políticas entre os oposicionistas no exílio?”. Obviamente que dentro de cada categoria novas perguntas surgiam e tornavam-se indispensáveis para uma compreensão maior dos textos.

Após a realização da análise qualitativa, sobretudo a análise do discurso¹⁵, os dados foram descritos dentro da quinta etapa acima citada, organizadas através de fichamentos e novamente separados em subcategorias pré-estabelecidas para facilitar à passagem a última etapa, a interpretação. Para esta sexta parte optou-se por perguntas pré-concebidas nas etapas anteriores, utilizando uma abordagem através da indução e intuição com base não somente no que o texto *quer dizer*, e sim em discursos subentendidos, e mesmo através de lacunas completas. Por último é importante ressaltar o leque de diferentes estruturas de textos e vozes presentes nas fontes: artigos, ensaios, matérias transcritas, outras traduzidas, publicação de cartas, notas pequenas que revelam detalhes da burocracia da redação, transcrição de discursos realizados em público ou radiofônicos e cartas abertas. Diferenças estas que foram levadas em conta para cada situação.

A metodologia aplicada à pesquisa Histórica deve ser mutável quando os aportes, instrumentos e resultados assim necessitam que sejam. Com base nisto optou-se pela mudança do título para o atual, *O Jornal Portugal Livre: buscando uma identidade da Oposição*

¹⁴ Baseados em BARDIN, Lawrence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo, Edições 70, 2011.

¹⁵ FOUCAUL, Michel. *A ordem do discurso*. (20ª. edição). São Paulo: Edições Loyola, 2010.

ao *Salazarismo no exílio brasileiro, (1958-1961)*, a razão desta modificação será explicada ao longo da leitura do texto.

Este livro está dividido em quatro capítulos, o primeiro faz um vôleo raso apresentando o Estado Novo e a ascensão de Salazar; ainda revisita o antigo, e sempre necessário debate sobre a natureza ideológica do regime, sobretudo para os envolvidos no jornal. Há elementos e instituições do regime que influenciaram diretamente na escolha destes indivíduos pela vida no exílio, como a censura, a PIDE, a relação entre clandestinidade e partidos políticos. Na última parte do primeiro capítulo há uma introdução ao longo estudo das oposições para com Salazar. Já avisaremos de antemão que esta leitura está destinada a todos os públicos: estudantes das Ciências Humanas, outras áreas ou apenas curiosos, portanto esta primeira parte tem o objetivo de cercar o tema para uma melhor compreensão da problemática proposta.

O segundo capítulo traz novamente a questão do exílio na História, mas agora com a relação entre Portugal e Brasil, identificando a primeira geração de exilados para este país, sobretudo em terras brasileiras. Há também o estudo de dois fatores que são fundamentais na fundação do exílio e na nova reorganização da oposição: o jornal *Portugal Democrático* e a chegada polêmica de Humberto Delgado, juntamente com o Movimento Nacional Independente (MNI), que inicialmente fez do *Portugal Livre* o órgão oficial do movimento.

A fundação e as desavenças políticas que a antecederam são o tema central do terceiro capítulo, bem como a linha editorial e o posicionamento ideológico a qual o jornal propõe seguir. Para tal também é fundamental identificar todos os envolvidos diretos com a redação e os colaboradores, que se mostraram peça fundamental não somente na escrita de artigos e matérias para o jornal, como também nas tarefas burocráticas e necessárias para a manutenção da publicação.

O último capítulo busca as diferentes opiniões que existiam dentro da redação que corroboraram, juntamente com demais fatores, para o fechamento do jornal. Entre estes temas podemos destacar a divergência quanto à questão colonial, e, mais especificamente, as propostas neo-colonialistas de alguns opositores, bem como os caminhos que as diferentes correntes e partidos políticos buscavam percorrer na oposição ao Estado Novo, que ganhou um enorme impulso com as ações do DRIL e o assalto ao navio Santa Maria. Este capítulo traz ainda a colaboração de Henrique Galvão com suas “cartas abertas” e poesias até então inéditas.

CAPÍTULO 1

O ESTADO NOVO, A CENSURA E A OPOSIÇÃO

Portugal foi palco do mais longo regime autoritário da Europa Ocidental no século XX, isto, se tomarmos o período da Ditadura Militar entre 1926 e 1928, a Ditadura Nacional entre 1928 e 1933 e o Estado Novo iniciado em 1933 e findado em abril de 1974.

Em 28 de maio de 1926 foi iniciado o Golpe Militar, liderado por Gomes da Costa e José Mendes Cabeçadas a partir de Braga, com término em Lisboa.¹ O Golpe tinha a intenção de pôr fim à instabilidade econômica, e, sobretudo política, que o republicanismo vinha demonstrando. Desde o início da 1ª. República, instaurada em 5 de outubro de 1910, houve instabilidade política e social marcada por uma série de acontecimentos: atentados bombistas, movimento anarco-sindical, sobretudo na década de vinte, após a Primeira Guerra, somam-se a sucessão de mais de vinte Presidentes do Conselho e uma série de assassinatos e tentativas de golpes de estado.

Antônio Oliveira Salazar, então professor de economia de Coimbra, foi chamado para o Ministério das Finanças, porém ficou por pouco tempo e acabou voltando dois anos mais tarde, sob o convite do presidente Carmona, entretanto impôs uma série de exigências e condições ao reassumir o cargo. Em pouco tempo Salazar trouxe equilíbrio às contas públicas e ganhou prestígio, e em 1932, já como Presidente do Conselho de Ministros, publicou um projeto da nova constituição, aprovada no ano seguinte e que deu início ao Estado Novo, sendo substituído por Marcello Caetano em 1968, em virtude de problemas de saúde.

Antonio Oliveira Salazar criou uma série de medidas, ainda que lentamente e em diferentes momentos na sua ascensão à Presidência do Conselho, que visavam a centralização dos poderes. De modo muito sucinto, estas medidas iniciaram ainda no período da Ditadura Militar com a abolição dos partidos políticos e a criação do partido único, a União Nacional. Em janeiro de 1930 Salazar assumiu a pasta das Colônias, entre outras medidas sancionou o Acto Colonial que visava, da parte interna, conter as revoltas no ultramar português, e externa, conter a pressão internacional que vinha considerando ilegal o trabalho forçado. As “províncias ultramarinas” passariam a ser chamadas de “colônias”, com um aumento de sua subordinação à Lisboa, o Acto era extremamente nacionalista e não punha em questão a legitimidade da posse das colônias por parte de Portugal.²

Depois da constituição de 1933 houve uma remodelação completa no governo, com a nomeação e remanejamento de uma série de ministros, realizadas por Salazar. A constitui-

¹ Ver ROSAS, Fernando. *“A Crise do Liberalismo e as origens do “Autoritarismo Moderno e do Estado Novo em Portugal.”* Penélope, Nº. 2, 97-114, 1989.

² MENESES, Filipe Ribeiro de. *Salazar*. Lisboa, Publicações D. Quixote, 2010. p.119.

ção dava contornos claros ao Estado Novo e previa uma “república unitária e corporativa” de forma a definir a natureza orgânica do novo Portugal:

Começava com uma definição do território e elevava-se depois do solo, através do indivíduo, com os seus direitos e responsabilidades, passando para a família, as corporações, o poder local e depois assuntos como a “Ordem Económica e Social”, a educação e cultura, assuntos religiosos, defesa e finanças. Só então se referia aos actores políticos a nível nacional e, mesmo aí, o Governo tinha de guardar a sua vez depois do Presidente da República, da Assembléia Nacional, e da Câmara Corporativa.³

Todas estas questões, na prática, instituíam uma “ditadura do Presidente do Conselho” e conduziria o governo para um Estado Policial.

O processo de “corporativização” do Estado Novo aumentou quando foi sancionado o Estatuto do Trabalho Nacional em setembro de 1933, inspirada na “Carta del Lavoro” do fascismo italiano, aonde o estatuto abolia os sindicatos e criava grêmios que obrigavam industriais, comerciantes e agricultores a agruparem-se nestas novas formas de associação.

⁴ Em seguida foi criado o Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, órgão espalhado por todo país e responsável por fiscalizar, legislar, controlar e mesmo dissolver os novos sindicatos. Já em 1935 criou-se a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT), também inspirada no Dopolavoro italiano, que “tinha por objetivo aproveitar o tempo livre dos trabalhadores portugueses de forma a assegurar-lhes o maior desenvolvimento físico e a elevação do seu nível intelectual e moral”, através da organização de passeios, colônias de férias, torneios desportivos, cursos e palestras.⁵ Toda esta estrutura era supervisionada pelo governo através dos subsecretários das Corporações e posteriormente, o Ministério das Corporações.

A constituição de 1933 manteve separados a Igreja e o Estado, mas privilegiando a igreja católica, pois seria uma instituição histórica da nação portuguesa. Mesmo apontando para contornos vagos nesta relação, a constituição garantia a “liberdade de ensino”, “inviolabilidade de crenças e práticas jurídicas”, além de reconhecer o culto público e a personalidade jurídica das associações religiosas.⁶

O regime era centrado no lema “Deus, Pátria e Família”, doutrina baseada na moral cristã e difundida por organizações juvenis, como a Mocidade Portuguesa, e paramilitares como a Legião Portuguesa, assim como na educação fortemente ideológica e nacionalista⁷. Ao contrário dos chefes europeus dos anos 30, Salazar, sem títulos militares, era avesso

³ *Ibidem*, p.131.

⁴ *Idem*, p.140.

⁵ *Idem*, p. 142.

⁶ REZOLA, Maria Inácia. *A igreja católica portuguesa e a consolidação do salazarismo*. In: O Corporativismo em Português. Estado, Política e sociedade no salazarismo e no varguismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.p. 250.

⁷ Sobre as organizações paramilitares com caráter fascista ver: RODRIGUES, Luis Nuno. *A Legião Portuguesa: a milícia do Estado Novo, 1936-1944*. Lisboa: Estampa, 1996.

à condecorações e homenagens. Diferente dos líderes fascistas da década de 1930 o líder português fez aparições públicas raras, com um comportamento discreto e reservado, não possuía uma oratória forte e fervorosa e apresentava-se em ternos civis⁸. Mesmo assim o regime era baseado no “culto ao chefe”, com uma figura forjada enquanto salvador da pátria pelo Secretariado de Propaganda Nacional.⁹

A censura, como veremos neste capítulo, era previamente aplicada a todos os meios de comunicação, enquanto que a vigilância e a ordem deveriam ser mantidas pela polícia política, que, entre 1933 e 1944 era realizada pela Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, PVDE, e posteriormente pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado, a PIDE. As funções da PIDE eram diversas, mas parte da sua estrutura seria para coibir – e punir – eventuais opositores ao regime, que poderiam ser detidos nas prisões de Caxias ou Peniche, ou no campo de concentração do Tarrafal.

Este capítulo inicial tem como objetivo estruturar as diferentes instituições do Estado Novo com o tema de trabalho proposto, mais precisamente uma breve explanação acerca da oposição nas diferentes fases do regime, bem como das diferentes ações por parte do governo ditatório que influenciaram direta – ou indiretamente – o grupo pesquisado, tais como a censura e a perseguição da polícia política.

1.1 SALAZAR FASCISTA? A NATUREZA DO REGIME SEGUNDO O PORTUGAL LIVRE

Em artigos pontuais do *Portugal Livre* é possível encontrar a classificação do Estado Novo como fascista, seja nos artigos calorosos de Henrique Galvão e Humberto Delgado, ou em manchetes como “Sandro Polloni ataca o fascismo português”.¹⁰ De forma que não havia como dar continuidade à pesquisa sem antes revisitar o longo - e caloroso debate - sobre a natureza ideológica do Estado Novo, uma vez que os próprios agentes históricos em questão fazem menção direta a este ponto. Assim, ressurgiu a pergunta: O Estado Novo de Oliveira Salazar foi ou não fascista? Este livro não pretende responder esta questão¹¹, mas sim compreender quais os elementos do regime que permitiam a este determinado grupo proclamar a ditadura de Salazar enquanto tal. Para tal será feito um retorno sucinto

8 LÉONARD, Yves. *Salazarismo e Fascismo*. Editorial Inquérito. Portugal, 1998. p.53.

9 Sobre António Ferro Ver: LEAL, Ernesto Castro. *António Ferro: espaço político e imaginário social (1918-1932)*. Lisboa: Edições Cosmos, 1994. e ADINOLFI, Goffredo. “António Ferro e Salazar: entre o poder e revolução”. In: *O Corporativismo em Português*. Estado, Política e sociedade no salazarismo e no varguismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. RAMOS, Jorge. *Os anos de Ferro: o dispositivos cultural durante a “Política de Espírito” (1933-1949)*. Lisboa, Estampa, 1999. PAULO, Heloísa. “Vida e arte do povo português: Uma visão da sociedade segundo a propaganda do Estado Novo, In: *Do Estado Novo ao 25 de Abril*, Revista de História das Ideias (16), Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Coimbra, Coimbra, 1994. p. 105-134.

10 “Sandro Polloni ataca o fascismo português”. *Portugal Livre* Ed.8, Fl. 2. Acervo do Centro de Documentação 25 de abril - Coimbra - Portugal. (CD25a).

11 António da Costa Pinto realiza uma instigante e profunda análise sobre a evolução do debate sobre aplicabilidade do conceito de fascismo no Estado Novo de Oliveira Salazar. Cf. PINTO, António Costa. *O Salazarismo e o Fascismo Europeu*. Problemas de interpretação nas ciências sociais. Lisboa: Editorial Estampa, 1992. E ainda a obra de Leonard Yves que aquece o debate à luz do funcionamento e estrutura do Estado Novo, bem como sua participação na Guerra Civil Espanhola e Segunda Grande Guerra. Cf. LÉONARD, Yves. *Salazarismo e Fascismo*. Editorial Inquérito. Portugal, 1998.

e pontual às diferentes opiniões e autores que classificaram o regime enquanto fascista. Ressalto novamente que não cabe aqui julgarmos a conceituação deste grupo e colocá-la em comparação com este debate, mas entender-la em toda sua riqueza, dentro de seu contexto delimitado¹².

Inicialmente é importante ressaltar que o conceito de fascismo vem sendo utilizado largamente em todos os meios, além do campo das ciências sociais, e em muitas vezes, de forma errônea e equivocada. Lemos a todo instante que determinado livro ou filme é fascista ou assistimos algum presidenciável usar o termo para desqualificar seu oponente. O conceito foi se (des)construindo de maneira que quase todas as formas de intolerância, violência e racismo são classificadas como fascismo. Ou seja, foi embutida de um maniqueísmo tal, que se tornou um adjetivo pejorativo, em muitas vezes é utilizado como se estivesse desprovido de qualquer significação histórica. Não pretendo defender o fascismo, mas sim compreendê-lo como fenômeno histórico, a fim de ser entendido dentro de seu contexto.

Os estudos pioneiros sobre os regimes fascistas na Europa, ainda recentes à Segunda Guerra Mundial, ignoravam o caso de Portugal. Segundo Pinto, autores como o húngaro Mihály Vajda ou o francês Roger Bourdeon não chegavam nem a citar o Regime da Salazar em suas obras e dedicavam pouco espaço ao franquismo espanhol¹³. Esta primeira geração de autores a trazer o assunto à tona eram sociólogos e estudiosos da ciência política através de obras específicas sobre Alemanha e Itália, deixando pouco espaço para os países “periféricos”¹⁴. Por consequência as abordagens sobre Portugal ilustravam sempre as diferenças sobre os modelos considerados principais, como o alemão e italiano. “O salazarismo, segundo a maioria dos autores, não possuía as características que demarcavam o fascismo das clássicas ditaduras. Faltava-lhe a liderança carismática, um partido único mobilizando as massas, uma ideologia expansionista e guerreira, a tendência totalitária”¹⁵.

Estes motes levantados por tais autores foram o eixo condutor de quase todo o debate que se estabelece nas décadas seguintes, até os dias de hoje. A longa duração do Regime é um dos pontos fulcrais das análises, haja vista que Antonio Oliveira Salazar foi ministro das finanças em 1928, e após uma “longa marcha”, torna-se presidente do conselho oficial em 1932 até 1968, quando, impossibilitado de governar por problemas causados por acidente vascular cerebral, passa o cargo para Marcello Caetano, que governa até a Revolução dos Cravos em 1974. Esta longevidade do Estado Novo o distingue de todas as

12 Manuel Loff, em sua tese de doutoramento apresenta um dos mais completos esquemas de evolução e diferença de opiniões quanto à caracterização da natureza ideológica do Salazarismo e do Franquismo. Nele o autor explora as abordagens pioneiras, os estudos comparados e as correntes, como a tese totalitária e a tese do fascismo genérico. Cf. LOFF, Manuel. *As duas ditaduras Ibéricas na Nova Ordem Eurofascista (1936-1945)*. Tese de Doutoramento. Instituto Universitário Europeu: Firenze, 1994.

13 PINTO, A.C. *Op. Cit.* p.19.

14 Importante ressaltar que eram contemporâneos ao Estado Novo, pois tais estudos surgiram na década de 50 e 60.

15 Idem. p.19.

outras quinze ditaduras européias surgidas no período entre guerras, tornando difícil sua caracterização ideológica¹⁶.

Como afirmado anteriormente, o caráter longo do Estado Novo é um dos fatores que servem para apoio quando se trata de classificar a natureza ideológica do Regime. Em linhas gerais, não está em questão se durante toda sua existência o regime foi, ou não, fascista. Os autores tendem a separar as análises por períodos: a primeira fase, que vai de 1926 a 1930 configura-se como Ditadura Militar; em seguida há o Estado Novo, com uma troca de comando de Oliveira Salazar por Marcelo Caetano em 1968, o qual se estende até 25 de abril de 1974. Para Payne há uma intensificação do fascismo somente após 1936, em virtude da conjuntura européia e dos países fascistas da época. Porém o Regime muda de caráter em 1942, retomando uma postura conservadora, sobretudo após o fim da Guerra.

De uma forma hegemônica, os estudos passaram a ter sua base de análise e comparação nos casos alemão e italiano, seja para buscar semelhanças ou para acentuar diferenças, pois foi, segundo Loff:

Entre as duas guerras mundiais, todas as experiências (movimentos e regimes) autoritárias antirrevolucionárias - ou seja, que tomavam, antes de mais, como referência negativa iniciática a Revolução Soviética e a ameaça da sua exportação a outras realidades sociais e políticas - tiveram nos casos fascista italiano e nacionalsocialista alemão, nesses sim, a sua referência positiva, o que significa que eles simplesmente retiraram lições, reflexões e instâncias construtivas e adaptativas para seu próprio caso, sempre com algum grau de importação sempre com uma imprescindível retórica da *originalidade própria*, a reivindicação de um caráter *nacional* (em várias acepções do tempo) do modelo próprio.¹⁷

Contudo os autores desta, que se poderia chamar de segunda geração de estudos sobre os fascismos, não necessariamente ignoravam o caso lusitano por completo. Havia uma tendência muito forte nos estudos comparados entre os regimes ditatoriais no período entre as duas guerras mundiais. Desta forma utilizavam as mesmas categorias de análise para o caso de Portugal e alguns países do Leste europeu, afirmando que estas ditaduras sofreram influência da Alemanha e Itália na sua formação e que possuem “traços” fascistas, mas não podem ser consideradas como tal, pois divergem em pontos fundamentais dos movimentos fascistas clássicos.

Utilizando um esquema de tipologia ideal, estas primeiras abordagens, que como afirmado não eram exclusivas sobre o estudo do regime de Salazar, eram ações da sociologia e ciência política. O método de comparação com fascismos clássicos fez aparecer entre os autores, vários fatores que acentuam a diferença entre Portugal e Itália. Segundo Rémond, o caso português ilustra bem esta disparidade, pois o fascismo, segundo o autor, seria um

16 LÉONARD, Y. *Op. Cit.* p.13.

17 LOFF, M. *Op. Cit.* p.36.

movimento muito diferente das direitas clássicas. Portanto, o “Estado Novo do ditador português, pelo seu caráter estritamente clerical, pela sua política tipicamente reacionária, estava muito mais próximo da Áustria de Metternich e dos principados reacionários do século XIX do que da Itália mussoliana”.¹⁸

Este esquema de tipologia ideal também foi verificado por Mansur da Silva em Griffin, pois este traça uma tipologia ideal para abordar as diferentes formas de autoritarismos europeus. O populismo ultranacionalista era traço fundamental nesta tipologia e, desta forma, a figura de Oliveira Salazar não se encaixa, pois ele era o inverso do populismo carismático, era um líder reservado que atuava nos bastidores. A ausência de um plano desenvolvimentista por parte do Estado Novo também foi utilizada para fazer esta classificação. O integralismo lusitano e o nacional-sindicalismo de Rolão Preto, como veremos a seguir, configuram-se como movimentos fascistas, mas que não tomaram o poder. Desta forma os únicos países aonde o movimento fascista obteve êxito na tomada de poder foi a Itália e Alemanha¹⁹.

A comparação com outras ditaduras européias também foi abordada por Stanley G. Payne, ao afirmar que assim como as ditaduras do Leste europeu, a de Portugal é “corporativa [...], institucionalizada [...] autoritária [...], sem nenhum componente partido/fascista” e que a confusão de denominação deve-se ao fato de que o fascismo italiano emergiu juntamente com uma série de ditaduras de direita que absorveram traços fascistas.²⁰ Manuel de Lucena chegou a sugerir que tratava-se de um “fascismo sem movimento fascista” indicando que sua longevidade deve-se à forte institucionalização do regime

O binômio autoritarismo/totalitarismo, ao nível da organização do sistema político e dos modelos de enquadramento da sociedade, continuou a dominar as atitudes perante o regime de Salazar. Abordando a natureza política e social do “Estado Novo”, quer os politólogos, quer a maioria dos historiadores em debate, tenderam a classificar o regime numa categoria demarcada do fascismo, sendo o paradigma “autoritário” dominante. No caso de alguns historiadores, a utilização de outras designações, eventualmente menos clara, não é significativa, pois elas derivam da aceitação desta distinção que consideraram operativa. De uma forma ou de outra, algumas “ausências”, como a do partido e do seu papel no derrube do liberalismo e na edificação do novo regime, da tendência totalitária, do seu caráter mobilizador, da ideologia nacionalista laica e expansionista, foram os elementos quase sempre apontados como justificação de demarcar o regime de Salazar.²¹

A relação fascismo/autoritarismo não procede para o autor Manuel Villaverde Cabral, pois o caso português apresenta uma grande variação quando se pensa no fascismo como movimento ou fascismo como regime. Desta forma, se o enfoque for o estado e sua

18 RÉMOND, René. *Les Droites em France*. 4 ed. Paris, 1982. *Apud*: PINTO, António Costa.

19 GRIFFIN, Roger. *The nature of Fascism*. Londres; Nova York: Routledge, 1994. *Apud*. SILVA, Douglas Mansur da. *A oposição ao Estado Novo no exílio brasileiro, 1956-1975*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006. (Col. Estudos e Investigações - 42)

20 PAYNE, Stanley g. Payne. *Fascism in Western Europe*. *Apud*. PINTO, A.C. *Op. Cit.* p. 42.

21 PINTO, A.C. *Op. Cit.* p.85.

estrutura, e não os aspectos “coreográficos”, o regime português foi uma das variantes que mais se assemelha ao caso italiano.²² No entanto, as abordagens comparativas devem ser lidas com cautela, como nos põe Léonard Yves

Uma análise comparada dos regimes fascistas e autoritários da época entre as duas guerras mundiais pode conduzir a impasses e evidências enganadoras. Ao nível das aporias, surge a tentativa, louvável mas infrutífera, de definir com extrema precisão o fascismo como um ideal-tipo, invólucro vazio que se afastaria indefinidamente da realidade histórica; a verdade evidente consistiria em colocar a tônica apenas na singularidade única de um regime, cada regime sendo necessariamente único enquanto fenómeno histórico.²³

Já entre os autores portugueses foi Hermínio Martins quem inaugura as colaborações para entender a ideologia do salazarismo, ao trazer o conceito de *fascização* nos anos trinta, e *refascização* à partir da Guerra Colonial.²⁴

Mansur da Silva enumera os elementos do Estado Novo que o fazem se assemelhar ao fascismo. Como exemplo, a eliminação de partidos políticos e dos sindicatos livres substituídos pelo partido único União Nacional e uma série de associações oficiais como grêmios para associações patronais, Casa do Povo para localidades rurais; criação de forças paramilitares como a Legião Portuguesa e a Mocidade Portuguesa; repressão e censura através da polícia política, a PIDE, de forma a vigiar continuamente, e punir os dissidentes e oposicionistas. Silva interpreta “o regime como autoritário-conservador em sua fundação e fascista em sua estrutura formal político-institucional em sua constituição”. Contudo o Estado Novo não almejava as mudanças sociais, culturais e econômicas aspiradas pelo fascismo.²⁵

Os caminhos e interpretações são díspares e ambíguos, como coloca Ernst Cole, em um pioneiro estudo comparativo dos regimes surgidos no entre - guerras:

Se a simples supressão dos partidos e da liberdade de imprensa fosse considerado um suficiente critério de fascismo [...] falta-lhes (aos regimes ditatoriais que surgiram entre as duas guerras) o apoio popular e o potencial partido único [...] originalmente, este também falta no Portugal de Salazar, e permaneceu até hoje uma estrutura artificial. Porque no fundo o Estado Novo é simplesmente uma ditadura militar que teve a sorte de encontrar um brilhante civil que simultaneamente a controlou e transformou. Quer o partido estatal quer o corporativismo foram e ainda são meramente os meios deste controlo e transformação; não tem origem independente e nem vontade própria.²⁶

Manuel Loff afirma que entende o autoritarismo

como o modelo de organização sistêmica de um estado que pode estar impregnado de ideologia fascista, ou comunista, ou ultranacionalista (e também neste caso por sua vez o nacionalismo pode aparecer associados a outras ideologias), ou

22 CABRAL, Manuel Villaverde. *O fascismo português numa perspectiva comparada..* In. AA. VV. *O Fascismo em Portugal*, Lisboa, 1982, p.19-30. *Apud*.PINTO. A.C.

23 LÉONARD, Y. *Op.Cit.* p. 139

24 LOFF, M. *Op. Cit.* p.22.

25 SILVA, D.M. *Op. Cit.* p. 42.

26 NOLTE, Ernest. *Les Mouvements Fascistes, L'Europe de 1919 à 1945.* New York, 1964. Ernst Nolte. p.3-21. *Apud*. PINTO, A.C. *Op. Cit.* p.22.

formalmente (mas não socialmente) democrática em Estados que, definindo-se constitucionalmente democráticos, passam por ciclos autoritários.²⁷

E conclui dizendo: “o que não me parece é que *autoritarismo* e *totalitarismo* possam ser descritos como ideologias *per se*, que estruturam global, coerente e especificamente o complexo ideológico de um regime, por mais que contaminem, porque, isso sim, o fazem, a generalidade da sua prática”.²⁸ Para Manuel Braga da Cruz, o Regime de Salazar constitui uma ditadura de governo, e não de partido. O autor propõe uma tipologia das relações entre partido e estado e conclui que “se o fascismo foi autoritarismo, nem todos os autoritarismos foram fascistas”. Enquanto que, para António Costa Pinto “O caso português foi um típico exemplo de edificação de um regime autoritário num pequeno e periférico país europeu, sem intervenção determinante das (ou da) potências dominantes e com um caráter genuinamente nativo”.²⁹ E nos acrescenta sobre as origens do mesmo: “É na ideologia da direita radical e do tradicionalismo antiliberal, na importância do catolicismo antiliberal como cimento cultural que se encontram as origens ideológicas e políticas do Regime de Salazar”.³⁰

É interessante notar que algumas classificações dadas por estudiosos coincidem com a autoimagem que o regime fazia e propagava sobre si, tal como a originalidade ideológica do Regime, como visto anteriormente em Costa Pinto.

A nossa ditadura aproxima-se, evidentemente, da ditadura fascista no reforço da austeridade, na guerra declarada a certos princípios da democracia, no seu caráter acentuadamente nacionalista, nas suas preocupações de ordem social. Afasta-se, porém nos seus processos de renovação. A ditadura fascista rende para um cazarismo pagão, para um Estado Novo que não conhece limitações de ordem jurídica ou moral, que marcha para seu fim, sem encontrar embaraços nem obstáculos.³¹

Apesar de Salazar comparar-se, em parte com o Regime de Mussolini, ele pinta ainda mais as diferenças, pois quer mostrar que, assim como o bolchevismo e o fascismo são produtos da Rússia e da Itália, respectivamente, a ditadura portuguesa tem seus pormenores que só podem ser entendidos dentro da sua história e geografia.³² Entretanto sabemos que esta auto-imagem não pode ser tomada ao pé da letra, pois provem de ações propagandistas do regime, e que fazem parte de sua ideologia e ações de legitimação.

Alguns destes estudos focavam em pontos específicos ou em determinadas instituições ligadas ao regime. Manuel Braga da Cruz faz um estudo sobre as relações mantidas entre o Estado Novo e o partido único, a União Nacional. Já Antônio Costa Pinto estuda os

27 LOFF, M. *Op. Cit.* p.50

28 *Ibidem.* p.51.

29 PINTO, A.C. *Op. Cit.* p.102.

30 *Ibidem.* p.122.

31 FERRO, Antonio. *Salazar, Le Portugal ET son chef.* Paris, Grasset, 1934. p.147-148. *Apud.* LÉONARD, Y. p.75.

32 LÉONARD, Y. *Op. Cit.* p.75.

Camisas Azuis de Rolão Preto.³³ Segundo Pinto, Rolão Preto criou em 1923, juntamente com João de Castro, o Nacionalismo-Lusitano “o primeiro movimento português verdadeiramente fascista”, e em 1923, fundou junto com os Camisas Azuis o Nacional-sindicalismo.³⁴

A segunda metade dos anos trinta é tida como o maior período de fascização por parte do Estado Novo, de forma que ele teria absorvido elementos do fascismo, até mesmo dos Camisas Azuis. Em 1936 surgiram duas instituições de caráter coreográfico e fascista dentro do Estado Novo, a Mocidade Portuguesa e a Legião Portuguesa. O primeiro era uma organização ideológica e paramilitar com intuito de educar os jovens segundo a moral cristã e cívica imposta pelo regime, atuando, sobretudo na educação infantil, enquanto a Legião Portuguesa implicava aos jovens e adultos, inclusive o treinamento e manejo das armas.

No artigo “Hitler e Salazar” o jornal faz uma comparação entre os dois chefes através de trechos transcritos da entrevista de Felix Correa com Adolf Hitler e publicada nos dois países, sob o título “Quem vem lá?”. Quando o líder nazista alemão diz que “as boas relações em Portugal interessam-me profundamente, tanto mais que o atual regime português as inspira em princípios e objetivos que em muitos campos são orientados no mesmo sentido que o alemão”.³⁵ O mesmo teor comparativo aparece ao analisar as instituições paramilitares do Estado Novo como o artigo “Saudações da M. P. Fascista”, aonde o jornal critica a relação desta instituição com a igreja e sobre sua função, que “subordinou-se totalmente às tarefas de divulgação do mito salazarista e dos preceitos fascistas”, baseada no “Culto ao heroísmo guerreiro”, segundo o *Portugal Livre*, comum à juventude hitleriana. A matéria é ilustrada com a fotografia do ministro da educação e do sub-secretário da mesma, em uma praça em Lisboa, rodeados por filiados da Mocidade Portuguesa com as respectivas bandeiras hasteadas e fazendo a “saudação fascista”.³⁶

Após este breve e raso vôo por sobre as classificações relacionadas ao Estado Novo de Oliveira Salazar, é possível retomar ao objetivo proposto e trazer à luz destes esclarecimentos a idéia de fascismo que os participantes do *Portugal Livre* tinham acerca do Regime. Compreendem-se aqui as opiniões expressas pelo grupo na forma de artigos e manchetes publicados no referido jornal, e não as experiências e opiniões pessoais, que podem dar-nos margem para um maior aprofundamento da questão, mas que, por delimitação de pesquisa, não cabem aqui nomear.

O contingente do jornal *Portugal Livre* era formado por exilados políticos, sendo o fio condutor comum (obviamente com suas variações nas trajetórias pessoais) nas experiências

³³ Ibidem. p.76.

³⁴ PINTO, António Costa. *Os Camisas Azuis. Ideologias, Elites e Movimentos fascistas em Portugal. 1914-1945*. Editorial Estampa: Lisboa, 1994.

³⁵ “Hitler e Salazar”. *Portugal Livre* Ed.2, Fl. 3. Dez. de 1959. (CD25a).

³⁶ “Saudações da M. P. Fascista”. *Portugal Livre* Ed.3, Fl. 3. Jan. de 1960.(CD25a).

e relações com o Estado Novo. Muitos dos participantes do jornal foram perseguidos pela polícia política, a PIDE, ou ainda foram impedidos de exercer suas profissões em Portugal, fazendo com que estes viessem a se sentir “exilados no próprio país”. Ora, o ódio ininterrupto pela esquerda, sobretudo comunista, e a forte censura, foi uma das marcas do fascismo Italiano e do nacional-socialismo Alemão. Acredito que pode ter havido uma releitura dos elementos do salazarismo, sobretudo aqueles fortemente vivenciados por este grupo, como a censura e a perseguição política, comparado aos elementos do fascismo italiano.

Lucena define que a imagem do regime pintada pelos opositores

durante quase quatro décadas a aproximação do salazarismo ao fascismo teve curso fácil, demasiado fácil até tentando-se frequentemente identificar as práticas policiais, judiciais e censórias do Estado Novo com as do totalitarismo e descortinar em Salazar sinistras presenças com Hitler e Mussolini”. E considera que estas são “meras opiniões interesseiras, filhas da polémica e não de um exame sereno e quanto possível objectivo dos termos em apreço.³⁷

Não discordo da possibilidade do termo ser utilizado com a função de chocar e chamar atenção, sobretudo se pensar que se trata de um jornal que tem este como seu fim último: levantar poeira e mostrar o “lado mau” do regime, mesmo que para isso, ou melhor, propositalmente para isto, seja necessário aliá-lo à imagem de dois dos regimes caídos há recentes cinco anos, e amplamente condenado pela comunidade internacional. Contudo há ainda um fator indispensável, e que Lucena parece esquecer do tempo em que viveu tal oposição, pois nos referimos aqui aos contemporâneos do regime, e que, portanto não teriam, e jamais seria possível ter uma visão geral e panorâmica da qual tem o pesquisador do século XXI. A isto se junta o fator que grande parte dos opositores da viragem dos anos cinquenta para os sessenta, ou passou pela Mocidade Portuguesa, ou pela Legião Portuguesa na segunda metade da década de 1930, e portanto presenciou um dos períodos de maior fascização do regime.

Sobre esta relação, Yves nos mostra que os opositores

assimilavam de forma clara e directa o salazarismo ao fascismo, um fascismo que, entretanto, se tornou apenas um simples sinónimo de ditadura. Sinónimo redutor e enganador [...] que pode ser explicado pela análise, durante muito tempo superficial, proposta do salazarismo bem como por uma utilização política e prolífica da noção de fascismo. Anti-parlamentar, antidemocrático, antiliberal e anticomunista, nacionalista, corporativo e repressor, dotado de um partido único, o regime salazarista acaba por ser rápida e frequentemente qualificado como fascista.³⁸

Neste ponto é possível concordar com Yves, pois, como afirmado anteriormente, o grupo fez para si, uma leitura que lhe parecia mais clara e certa sobre a realidade que eles viveram sobre o fascismo, o que pode ser visto ao percebermos através de qual meio

37 LUCENA, Manuel de. 2000. p. 284 e 310. *Apud*. LOFF, M. *Op. Cit.* p.42.

38 LÉONARD, Y. *Op. Cit.* 187.

lutaram na oposição, neste caso um jornal, que por si só já era uma afronta à censura e o meio pelo qual exerciam sua liberdade de expressão. Não por coincidência, mas a Revolução dos Cravos foi levada à cabo com o slogan “*Abaixo a ditadura! Abaixo o fascismo!*”, a mesma assimilação feita pela oposição que atuava na clandestinidade a partir do exílio.

A pesquisa na coleção completa do *Portugal Livre* permitiu identificar dois modos principais de classificação do regime de Oliveira Salazar como fascista. A primeira é a associação direta ao fascismo italiano e nazismo alemão, através de citações, fotografias e “elementos fascizantes semelhantes”, como a polícia política e instituições paramilitares, como nas matérias citadas. Em segundo a utilização da palavra fascismo como sinónimo de “regime ou ditadura salazarista”, “fascismo português” ou “salazarismo” como figura de linguagem e artifício de retórica e argumentação. O jornal foi editado quinze anos após o término da II Guerra Mundial, o mundo havia condenado o holocausto judeu da Alemanha nazista, portanto a associação de Salazar a Hitler era também – e não somente – uma tentativa de mostrar que o Salazarismo, nascido igualmente no período entre guerras, era passível de realizar ações condenáveis aos olhos de Portugal e do mundo.

Por fim ressalto que, por mais matizada e discutida que esteja uma questão, nunca o é demais trazer à tona novamente. Sobretudo quando se trata de um conceito que ainda hoje ganha novos significados, quase sempre perversos. Quanto a minha opinião acerca do Estado Novo e sua classificação, não tenho ferramentas e aportes metodológicos para o fazer com profundidade de análise. Mas compartilho a ideia de Manuell Loff quando diz “que se especifiquem quais as fases/características *fascistas* ou *fascizadas*, quais as *autoritárias*, mas que não se utilize uma só dessas características para definir uniformemente dois regimes que atravessam a metade possivelmente mais contraditória do século passado, reduzindo a preconceito ideológico a utilização doutras”.³⁹

E que, não esperem que agentes históricos possam ter a mesma clareza que temos nós, distantes e atentos pesquisadores, sobre o tema. Deve-se sim fazer a crítica, entender os porquês, e, sobretudo analisar as razões para tais denominações e classificações.

1.2 A CENSURA E A POLÍCIA POLÍTICA

“A única coisa perfeitamente organizada em Portugal é a PIDE. Tão organizada e tão forte [...] que nem o próprio Salazar tem força contra ela!”⁴⁰

A frase de Santana Mota, na primeira edição do *Portugal Livre* é extremamente emblemática, pois nós traz uma ponta do quão forte esta instituição se apresentava. Não

³⁹ LOFF, M. *Op. Cit.* p.64.

⁴⁰ “A PIDE em Angola”, Santana Mota, *Portugal Livre*, ed. 1, Fl. 5 – nov. de 1959 – CD25a.

contando aqui veracidade da informação, e sim com o peso que o contingente do jornal dava para a polícia política, tão demasiado que chegava a aparecer em quase todas as edições do jornal.

Outro exemplo foi quando Humberto Delgado chegou ao exílio brasileiro em 21 de abril de 1959 e fez um discurso ainda no aeroporto do Rio de Janeiro, aonde apontava os horrores e tiranias do Salazarismo. Narrou para curiosos, portugueses exilados, simpaticizantes da causa e jornalistas, as novidades acerca do regime e os problemas que havia enfrentado com a PIDE, de forma que comparou esta à Gestapo, polícia política que atuava na Alemanha nazista.⁴¹ Não obstante, Delgado havia experimentado uma grande pressão por parte da polícia política, desde a campanha até o seu asilo, concedido pelo embaixador brasileiro, Álvaro Lins na embaixada brasileira. Por que Delgado comparou a PIDE à Gestapo?

Sabe-se que o general ganhou fama pela sua oratória e por seu modo direto de expor o que pensa, por vezes exagerando um assunto, característica que não agradava a todos. A questão não é a simples comparação de Delgado, e sim usá-la como parábola em tom de denuncia para não somente exilados, como para a imprensa em geral.

A PIDE era a polícia política portuguesa que estava em exercício no período correspondente a esta pesquisa. Esta década também marca o início da Guerra Fria e a conseqüente “caça” aos comunistas, o que representou uma ação efetiva por parte da PIDE e uma grande dificuldade de articulação por parte da oposição clandestina.⁴² Não obstante o regime mantinha diversas prisões políticas espalhadas pelo seu território como a prisão de Caxias, o forte de Peniche, de Aljube, além da colônia penal do Tarrafal, em Cabo Verde, cenário de diversas mortes, com clara inspiração nazi, aonde eram levados opositores, sobretudo comunistas.

Este contexto de perseguições, cotidiano vigiado e frustrações quanto à situação política do país, gerou grande decepção em profissionais de diversas áreas. Os que estavam envolvidos em movimentos da oposição clandestina viram a expectativa profissional se esvaír e sobrar uma reduzida, quando não inexistente, oportunidade de trabalho; da mesma forma ocorreu a exclusão gradual para aqueles que estavam inseridos na vida acadêmica. Já a censura atingiu diretamente aqueles que trabalham com a liberdade de expressão e criativa, tais como jornalistas, escritores e artistas. Desta forma podem-se dividir os motivos em dois grupos: pessoais e políticos, porém não é possível haver uma separação total entre

⁴¹ ROSA, Frederico Delgado. *Humberto Delgado – Biografia do General sem medo*. Lisboa: A esfera dos Livros, 2008.p.795.

⁴² SILVA, Douglas Mansur da. *A oposição ao Estado Novo no exílio brasileiro, 1956-1975*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006. (Col. Estudos e Investigações – 42). p. 50.

ambas as categorias, visto que contexto político e razões pessoais estão numa linha tênue na história de vida destes portugueses. Entre os motivos pessoais destacam-se a desilusão com a situação da pátria, a falta de perspectiva ou ainda laços amorosos e contatos com portugueses já pré-estabelecidos no exílio. Enquanto que os motivos políticos perpassam, de maneira geral, a perseguição por parte da polícia política, dificuldades de organizar a oposição dentro do país, além da falta de oportunidade de trabalho e forte censura, como assinalado anteriormente,

pode-se notar com isto que a oposição ao regime não era pontual, mas estava voltada contra todo um sistema, em que a permanência no país tornava-se insuportável. Aliada às práticas repressivas e ao cotidiano vigiado, encontrava-se a limitação de expectativas de realização humana. Tratava-se de um conjunto sistemático de formas de expulsão, em que se justapunha um imaginário de nação autoritária conservadora, um aparato institucional repressivo e uma política restritiva da própria expansão do capital, com excepção dos grandes monopólios. Por sua vez, tal conjunto operava a inclusão ou exclusão selectiva em sistemas de privilégios⁴³

A censura nos primórdios do regime tinha dois alvos principais, os opositoristas, de um modo geral, sobretudo republicanos e os fascistas de outro⁴⁴. “Entre 1926 e 1939, a ditadura militar falhou sucessivos projetos de institucionalização e foi alvo de várias tentativas de golpe de estado, quer a oposição pró-democrática (o mais forte dos quais a 7 de fevereiro de 1927), quer da extrema-direita”.⁴⁵ E fez com que se criassem, logo nos primórdios do regime, aparatos para garantir sua própria segurança interna, o que levou a um aumento da repressão e da exclusiva dependência do aparato repressivo delegado à Presidência do Conselho, ou seja, Salazar. Houve ainda a ampliação do controle do poder judicial, sobretudo relativos aos crimes políticos, que fez surgir tribunais especiais, e um setor específico de magistratura, e ainda um maior aumento dos poderes para a polícia política.⁴⁶

A censura teve seu pico mais alto na vaga autoritária na década de 30, quando o regime criou as bases repressoras e censitárias através das instituições acima citadas, como podemos perceber no gráfico I:

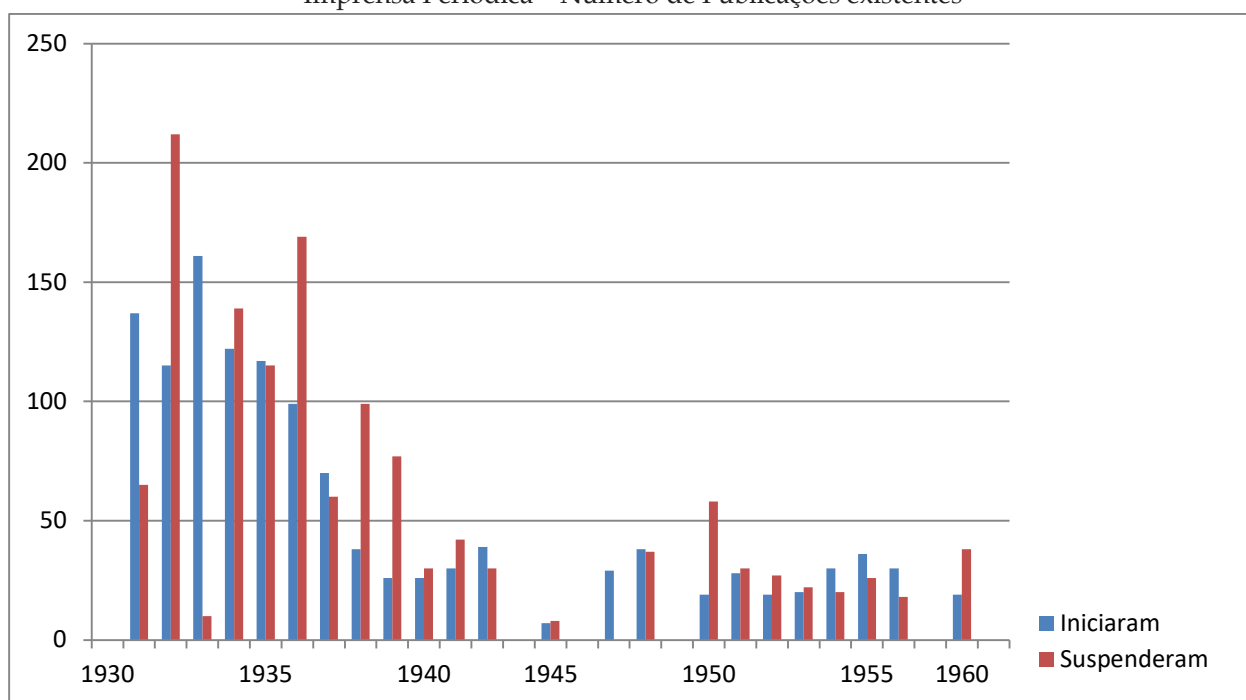
43 *Idem*, p. 53.

44 Sobre a censura no Estado Novo ver AZEVEDO, Cândido de. *A censura de Salazar e Marcelo Caetano: Imprensa, teatro, cinema, televisão, radiodifusão, livro*. Lisboa: Caminho, 1999. E MADEIRA, João. *Et al. Vítima de Salazar. Estado Novo e violência política*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2007. E PIMENTEL, Irene Flunser. *A História da PIDE*. Lisboa: Temas e Debates/ Círculo de Leitores, 2007.

45 PINTO, António Costa. “O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX”. In: *O Corporativismo em Português. Estado, Política e sociedade no salazarismo e no varguismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.p. 21.

46 *Idem*, p. 26.

GRÁFICO I
Imprensa Periódica - Número de Publicações existentes



Fonte: *Anuário Estatístico*⁴⁷.

Notem que o número de edições diminuiu consideravelmente ao longo das décadas, chegando quase a estagnar na década de 1950, período de estabilidade do regime, antes das eleições de 1958. O gráfico não permite perceber quais eram os periódicos que apoiavam e quais se opunham ao regime, nem por isto eles tinham posições tão definidas. A censura poderia agir em casos isolados.

A orientação seletiva da censura constitui também um revelador claro do tipo ideal “organicista”. Numa sociedade onde o conflito foi teoricamente abolido, nada que permita aferir a sua sobrevivência é publicado. O regime, aliás, não proibiu ou dissolveu sistematicamente as publicações afetas à oposição. Estas sobreviveram ao longo dos anos 1930, isoladas ou reduzidas a um público intelectual, e puderam até debater o significado social da arte ou o pacto germano-soviético, desde que mantivessem nos estritos limites dos cafés de Lisboa e não chegassem à classe operária, já que no bastão provinciano e rural Salazar estava descansado e confiava nos modelos de enquadramentos tradicionais.⁴⁸

A suspensão dos sindicatos livres e partidos políticos, a criação de um partido único oficial – a União Nacional o uso sistemático da censura. A ação direta da PVDE, a criação de instituições de caráter fascista e paramilitar como a Mocidade e a Legião Portuguesa, são fatores que contribuíram e muito para a existência constante de um “clima profundamente repressivo e de um eficaz sistema de controle que se estendia a toda população”.⁴⁹

47 NÓVOA, António. “Salazarismo e cultura”. In: Portugal e o Estado Novo. (1930-1960). Vol XVII. Lisboa Presença, 1990, p. 442.

48 PINTO, António Costa. “O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX”. In: *O Corporativismo em Português. Estado, Política e sociedade no salazarismo e no varguismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 32.

49 RABY, Dawn Linda. *A Resistência Antifascista em Portugal*. Comunistas, democratas e militares em oposição a Salazar, 1941-1974. Lisboa, Edições Salamandra, 1988. p.10.

Uma série de decretos e medidas foram tomadas na tentativa de conter tanto a insatisfação de pessoas que trabalhavam dentro do regime, quanto aos “desordeiros” que ousavam desafiá-lo. Ainda durante o período da Ditadura Militar, diversos meios legais foram lançados, de forma a conter a oposição interna. O decreto 16 011 de 9 de outubro de 1928 dizia:

A todos os portugueses que no estrangeiro, quer individualmente, que associados com outrem, promovam a rebelião contra o Governo da Nação ou o descrédito interno ou externo do País, será, independentemente de outro procedimento que no caso couber, aplicada, em Conselho de Ministros, uma multa proporcional aos seus haver e à gravidade dos fatos praticados⁵⁰.

Já o decreto 20 314 de 16 de setembro de 1931, lançado após a revolta da Madeira, era destinado funcionários públicos locais e membros das forças Armadas, com castigos desde suspensão temporárias à exonerações definitivas. Mas somente o decreto 21 493 previa a concessão de anistia a presos políticos e emigrados, lançado em dezembro de 1932, com Salazar já na presidência do conselho de ministros. No entanto abria uma série de exceções, como casos já em curso e julgamento de líderes revoltosos.⁵¹

O decreto seguinte, 22 468, publicado em 11 de abril de 1933, regulava o direito de reunião, mas depois de obter-se uma autorização do governador civil do distrito competente. Enquanto que o decreto 22 469, do mesmo dia, previa:

A censura terá somente por fim impedir a perversão da opinião pública na sua função de força social e deverá ser exercida por forma a defendê-la de todos os factores que a desorientem contra a verdade, a justiça, a moral, a boa administração e o bem comum, e a evitar que sejam atacados os princípios fundamentais da organização da sociedade⁵².

Assim um decreto complementava o outro: era possível reunir-se ao passo que interditava o “direito de reunião para [...] fins contrários à lei, à moral e ao bem público”. Enquanto que o crime de rebelião era punido com seis a doze anos de exílio nas colônias, ou quatro a oito de prisão⁵³.

Veremos nos capítulos seguintes que a censura foi um dos motores da revolta – e subsequente busca pelo exílio – para diversos personagens envolvidos nesta pesquisa e, portanto o seu entendimento, ainda que breve, é indispensável para a compreensão das tomadas de atitude por parte dos mesmos. O mesmo vale para a posição assumida pela o editorial do *Portugal Livre* quanto às perseguições e controle exercido pela polícia política, que havia suspeita de possuir informantes em território brasileiro.

⁵⁰ *Legislação repressiva e antidemocrática do regime fascista*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros/ Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, 1985, p. 25. *Apud.* MENESES, F. R. de. p.172.

⁵¹ *Idem*, p. 172.

⁵² *Legislação repressiva e antidemocrática do regime fascista*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros/ Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, 1985, p. 142-143. *Apud.* MENESES, F. R. de. p.173.

⁵³ *Idem*, p. 175.

1.3 BREVE EXPLICAÇÃO DA HISTÓRIA DAS OPOSIÇÕES AO ESTADO NOVO

A longevidade do regime levou alguns autores a ignorar o papel da resistência, dando ênfase a um suposto apoio popular, que a repressão do regime era suave e que a população portuguesa aceitava de forma passiva.⁵⁴

O baixo nível de desenvolvimento de Portugal em comparação com os padrões europeus e ausência de grandes concentrações de proletariado das minas ou indústrias pesadas, como existia em Espanha ou em alguns países da América Latina, impedia o desenvolvimento de uma resistência popular organizada.⁵⁵

Porém ela existiu desde o primeiro ano depois do golpe em 1926 até a Revolução dos Cravos em 1974, passando por fases muito distintas, seja na discussão sobre a forma de ação mais direta ou pacífica ou o protagonismo entre os partidos envolvidos. Alguns autores dividem em três fases com linhas bem delimitadas: de 1926 até 1943, a segunda até o início da década de 60, e por último de 1960 até o fim do regime.⁵⁶

A primeira fase é marcada por uma oposição desorganizada e individualizada, com base na ação armada e direta, aonde se pode citar três exemplos claros. O movimento republicano, democrático e liberal do Revirvalho ou reviralhismo entre 1926 e o início da década de 1940, marcada por uma série de tentativas de golpes e revoltas que buscava a queda da ditadura e a restauração da república. Neste mesmo período tem-se o Movimento Nacional-sindicalista, com estrutura e organização fascista, liderado por Francisco Rolão Preto e por último algumas revoltas pontuais na década de 30 organizada pelos comunistas em oposição ao corporativismo que estava sendo aplicado aos sindicatos.

No período da Ditadura Militar formou-se em Paris, a Liga de Defesa da República, frequentemente referida como “Liga de Paris”, entre seus membros contavam-se os antigos líderes partidários Afonso Costa, Álvaro de Castro e José Domingos dos Santos, membros da corrente intelectual Seara Nova e ex-oficiais no exílio. A organização tinha os objetivos de estabelecer contato com exército e restabelecer a revolução de 1910. Alguns destes viriam a integrar o grupo dos Budas⁵⁷. Ainda neste período, antes da constituição de 1933, a “oposição em Portugal uniu-se sob a Aliança Republicana-Socialista, liderada por homens como Norton de Matos, Mendes Cabeçadas e o almirante Tito de Morais”⁵⁸, em 1931.

⁵⁴ *Idem*, p. 10.

⁵⁵ *Idem*, p.11.

⁵⁶ “Dawn Linda Raby procura fazer uma distinção entre “resistência” e “oposição”: “enquanto a primeira implica a luta activa, a segunda significa uma atividade política mais reduzida e pacífica, que pode até ser legal ou, pelo menos, “tolerada”. In RABY, d. L. *Op. Cit.* p.15. Contudo não procuro seguir os mesmos termos e nem me adequar a esta conclusão, que poderia em minha opinião ser feita de maneira completamente oposta: resistência é ficar estático enquanto algo avança sobre você, já oposição é opor-se contra algo, em uma força igual ou superior ou aplicada.

⁵⁷ MENESES, Filipe Ribeiro de. *Salazar – Uma biografia política*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 2010. p.171.

⁵⁸ *Idem*,p.171.

Em 1945 Salazar promove uma revisão constitucional para dar sobrevida ao regime, e adaptar às novas tendências democráticas do mundo no pós-guerra, assim anunciou a dissolução da Assembléia Nacional e a realização de eleições livres, “tão livres quando na livre Inglaterra”⁵⁹. Porém a interpretação exagerada desta suposta abertura levou a uma crença ingênua por parte da oposição republicana de que Salazar cairia juntamente com as ditaduras do Eixo. Todavia esta fracassada esperança não desanimou a oposição de todo, influenciada pela suposta abertura política realizadas por Salazar, um grupo composto de distintas partes da oposição pediu autorização para uma reunião política pública, que teve lugar em Lisboa, 8 de outubro de 1945 realizado no Centro Republicano Almirante Reis. Desta reunião saiu a fundação do Movimento da Unidade Democrática (MUD), que se pretendia ser um movimento legalizado e cívico, de forma a representar toda a oposição ao regime. Entre as exigências escritas em seu primeiro manifesto estão liberdade de imprensa, de reunião e propaganda, eleições livres com acesso às mesas de voto e fiscalização, libertação e presos políticos entre outros pontos. Na semana seguinte, em 17 de outubro o Presidente da República o General Carmona recebeu uma delegação do MUD na residência oficial, mesmo tendo negados os pedidos da delegação, apenas a recepção em sim já foi amplamente noticiada nos jornais⁶⁰.

Segundo César Oliveira, o MUD foi “o maior movimento organizado e de massas contra o Estado Novo que a oposição criou durante a vigência do regime derrubado em 25 de abril de 1974”⁶¹. Fato que se deve a três fatores: o contexto de derrubada das potências do Eixo, a crença de uma autotransformação do Estado Novo sugeridas pelo discurso de Salazar em agosto de 1945. A capacidade do MUD em aglutinar diferentes e variados setores da oposição, representados por pessoas de alguma presença na sociedade portuguesa, com representantes comunistas, anarquistas, republicanos e democratas sem partidos. Tudo isto aliado a um discurso com reivindicações por melhores condições de trabalho⁶². Porém em março de 1948 o governo decide pela ilegalidade formal do MUD, com a detenção e perseguição de muitos dos seus membros. Segundo Rosas

Durante a primeira crise do Estado Novo, no fim da II Guerra Mundial, o regime tremera, conhecera fracturas sob o impacto interno e internacional dos efeitos do conflito e da vitória aliada, mas nunca chegara a ser seriamente ameaçado na sua sobrevivência.⁶³

59 OLIVEIRA, César. “A Evolução Política” in *Nova História de Portugal*, dir. SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira. (dir.). vol. XII, Portugal e o Estado Novo (1930-1960), ROSAS, Fernando (coord.), Lisboa, Presença, 1990, p.57.

60 OLIVEIRA, César. “A Evolução Política” in *Nova História de Portugal*, dir. SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira. (dir.). vol. XII, Portugal e o Estado Novo (1930-1960), ROSAS, Fernando (coord.), Lisboa, Presença, 1992, p.58.

61 *Idem*, p. 58.

62 *Idem*, p. 66.

63 ROSAS, Fernando. Prefácio. In: *Humberto Delgado as eleições de 58*. Lisboa, 1998. p. XIV.

O suporte das democracias ocidentais e o surto econômico que acabou por melhorar a condição de vida e trabalho em Portugal, foram dois dos fatores que enfraqueceram a oposição no início da década de 50⁶⁴.

A segunda fase corresponde a um período mais organizado, centrado na participação ativa e pacífica através de instituições criadas nas brechas e aberturas do próprio regime, tais como as eleições de 1949, 1951 e 1958 e os movimentos com tentativas de englobar um maior número de opositoristas como o Movimento de Unidade Nacional Anti-Fascista (MUNAF) de 1943 e o MUD de 1945. Também aconteceram algumas tentativas de golpe, como Golpe da Sé em março de 1959, Golpe Botelho Moniz no início de 1961.

É nesta fase que aparecem em maior número os dissidentes do regime, provenientes das forças armadas, e que de início não passavam confiança para os demais grupos que vinham resistindo por décadas. Em meio aos dissidentes, existia um grupo ligado diretamente a sua gênese, vindos do 26 de maio e da primeira fase do Estado Novo. Estes acusavam Salazar e Santos Costa de terem desvirtuado a “pureza original do Estado Novo e da Revolução Nacional”, dentre os quais destacam-se Henrique Galvão, o almirante Quintão Meireles – candidato da oposição nas eleições de 1951 – e David Neto, que traria Humberto Delgado.⁶⁵

Mas, sem dúvida, o a eleição de 1958 e o surgimento do “rebelde” General Humberto Delgado como figura carismática e com tendências unificadoras no seio da oposição foi um dos maiores acontecimentos neste período, fato que analisaremos mais adiante e que se mostrou fundamental para a fundação do *Portugal Livre*. A questão chave é que as eleições, cujos votos foram claramente alterados, reascenderam a discussão que sempre aparecia entre os opositores, sobre as formas que deverão agir frente ao salazarismo

A insistência da oposição de direita em “ir até ao fim” em “ir às urnas”, posição que a individualizava desde a campanha de Norton de Matos, em 1949, pouco tinha a ver com uma convicção de possível vitória eleitoral. Era uma forma de oposição ordeira mostrar que entrava no jogo, se dispunha a colaborar “responsavelmente” com quem, dentro do regime viesse ao seu encontro para discutir os “problemas da Nação”.⁶⁶

Já Raby divide a resistência ao fascismo em seis etapas distintas, de forma que este trabalho situa-se entre 1957-1962 quando “a luta antifascista interna atinge seu auge, trazendo à superfície novas e vigorosas tendências no seio da resistência: populismo militar, catolicismo de esquerda e uma intensa actividade insurrecional de carácter civil e militar (guevarismo)”.⁶⁷

64 OLIVEIRA, César. *Op.Cit.*, p. 74.

65 ROSAS, Fernando. “O País, o regime e a oposição nas vésperas de 1958”. In: *Portugal Contemporâneo*. Vol V. Lisboa, Publicações Alfa. 1990, p.18.

66 ROSAS, Fernando. “Prefácio”. In: *Humberto Delgado as eleições de 58*. Lisboa, 1998, p. XXVI.

67 *Idem*, p.14.

Já a última parte corresponde ao final dos anos 60 até o fim do regime, que contava com um crescimento das forças radicais da oposição em paralelo com o descontentamento das forças armadas por parte do regime.

1.4 CLANDESTINIDADE E PARTIDOS POLÍTICOS: PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

“Clandestinidade não quer dizer que esteja escondido, que esteve num buraco, clandestinidade é o corte com a família, o corte com os amigos, [...] era o corte com a vida pública praticamente”.⁶⁸

As desavenças entre o PCP e Humberto Delgado começaram durante a campanha presidencial de 1958, sem levar em conta o sentimento anticomunista que o general nutriu enquanto homem do regime. Portanto o presente texto faz um adendo a estas questões, e também nas discussões que o partido enfrentou sobre as formas de agir na sua luta.⁶⁹

A História do PCP é longa e nem sempre coesa, pode ser considerado o partido com maior vida clandestina na oposição ao Estado Novo. Marcada por diferenças ideológicas e rachas internos o partido tentou adequar-se ao longo dos anos às brechas que o regime permitia, ora passando por fases mais radicais, e noutras mais pacíficas e “legais”. Não era fácil conseguir organizar os partidos de forma eficaz e ativa na clandestinidade, de forma que o PCP conseguiu manter, embora com altos e baixos, suas atividades em um grande período de coexistência com o regime.⁷⁰ O PCP se reorganizou nos final dos anos 30, após uma grave crise gerada pela repressão policial, conduzidos por Álvaro Cunhal e José Gregório.

Nos finais dos anos 30 o próprio jornal *Avante!* Havia sofrido um racha e sido substituído, ainda que temporariamente, por outro jornal, o *Em Frente!*, sem nenhuma tradição revolucionária, a edição não durou muito tempo. Já nos anos seguintes, houve duas publicações diferentes do *Avante!*, uma do grupo tradicional, com nomes como Cansado Gonçalves, Vasco de Carvalho e Velez Grilo, e a outra, responsável diretamente pela re-organização do partido, com um quadro recém saído das prisões de Angra do Heróismo e Tarrafal, em virtude “Amnistia dos Centenários”, que comemorava a Fundação da Nacionalidade em 1140 e a Restauração da Independência em 1640.⁷¹

Apesar de vários manifestos e apelos à unidades de todas as forças democráticas e antifascistas, numa versão portuguesa da Frente Popular, o PCP nunca conseguiu transformar suas palavras de ordem numa realidade política; os sucessivos “programas” para uma Frente Popular emitidos não tiveram grande audiência,

68 Jaime Serra em entrevista no documentário “A Fuga de Peniche” produzido por Paulo Costa Comunicação e Audiovisuais In www.pcca.pt consultado em janeiro de 2012.

69 Sobre a história do Partido comunista português, ver o clássico e controverso SÁ, de Pinto. *Conquistadores de Almas*. Lisboa: Guerra e Paz, 2006. E ainda a dissertação de doutoramento de MADEIRA, João Manuel Martins. *O partido Comunista português e a Guerra Fria: “sectarismo”, “desvio de direita”, “Rumo a vitória”. (1949-1965)*. (Tese de Doutoramento) Universidade Nova de Lisboa, 2011.

70 RABY, D. L.. *Op Cit.*p.16.

71 *Idem.* p.56.

dato que não reflectiam nem uma efectiva união com outras forças de oposição nem continham propostas significativas tendo em vista o derrube do regime.⁷²

Ainda na década de 30 o documento “Objectivos e tácticas da Frente Popular”, apresentavam duas questões fundamentais para se realizar uma possível unidade antifascista, primeira sobre como derrotar o fascismo, e outra sobre como criar as condições necessárias para esta derrota. Ainda no documento a luta de massas era considerada o “único método” que traria êxito e triunfo em uma insurreição contra o fascismo. (Abril de 1938).⁷³

Entre os anos de 1940 e 1941 o partido passou a abranger várias áreas do país através de uma rede clandestina e bem organizada.⁷⁴ As greves de 1943 e 1944 deram grande força ao PCP ao terminar a Segunda Guerra Mundial, o que o manteve na vanguarda da oposição, manobrando e relacionando-se com diversos setores da oposição até as eleições de 1949. Já no período posterior, entre 1949 e 1954, o partido sofreu várias baixas, como a prisão de Cunhal, em detrimento da forte repressão por parte da polícia política, fazendo com que o partido se fechasse e centralizasse. Já em meados da década de 1950 o partido teve um desvio “anarco-liberal”, para entre 1956 e 1959 entrar em um desvio de direita, com uma postura de oposição pacífica, que acreditava na progressiva desagregação do regime.⁷⁵ O V congresso do PCP definiu a “saída pacífica para o problema político portuguesa” como sua linha de ação, com base XX congresso do PC da URSS em 1956, com intenção de captar dissidentes dentro de diversas hierarquias, para alcançar este fim.⁷⁶ Com isto a intenção de Cunhal, exposta no III congresso do PCP, ou o I clandestino em Portugal “consistia em ampliar o mais possível o campo da unidade antifascista, incorporando elementos da burguesia liberal e até trãnsfugas do regime”.

A campanha de 1958 mostrou que a postura pacifista do partido era ineficiente e acabou por participar minimamente das eleições, mas, entre os anos de 1958 e 1959 o PCP é quase todo desmantelado, com a prisão de mais de quarenta funcionários e militantes. Entretanto, a fuga de dez dirigentes do forte de Peniche em janeiro de 1960 permitiu uma sobrevivência ao partido, que revê suas posições colocadas no V Congresso em 1957, passa a condenar o *putschismo*, equiparando seu efeito nocivo ao da política pacifista, pois aquele cria ilusões utópicas e desarticulava as massas. Nesta mesma época Álvaro Cunhal elegeu-se secretário-geral, em uma medida que visava ter um reforço centralizador.⁷⁷ Já depois de 1962 o regime sofreu uma radicalização nas formas de luta.

72 *Idem.* p.53.

73 *Idem.* p.54.

74 *Idem.* p.51.

75 MOREIRA, António. “A crise: do “terramoto Delgado” ao golpe da Beja”. In: *Portugal Contemporâneo*. Vol V. Lisboa, Publicações Alfa, 1990.p.27.

76 ROSAS, Fernando. *Op. Cit.*,p.20.

77 *Ibidem*,p.28.

CAPÍTULO 2

**EXÍLIO BRASILEIRO: OPÇÃO PARA CONTINUAR A
LUTA**

A ditadura portuguesa, entre 1928 e 1974, gerou umas das maiores ondas de emigração política da Europa, equiparando-se somente com a Guerra Civil em Espanha.¹ Os destinos escolhidos por estes emigrantes eram vastos, tais como Europa, América do Norte e Latina e Norte da África, especialmente Argélia. Na Europa, a Espanha, antes do franquismo, recebeu alguns exilados, assim como Bélgica e Bruxelas, mas mais tardiamente, contudo França foi o país europeu com maior número de exilados portugueses. Já no continente americano encontram-se diversos grupos, como nos Estados Unidos da América, Argentina, México, Venezuela, e o Brasil, do qual estamos tratando.² O maior fluxo de imigrantes políticos portugueses para o Brasil foi a partir década de 50, em parte devido ao fato de Portugal ter entrado para a NATO, que permitiu um maior fôlego e estruturação interna por parte do regime e conseqüentemente apertou ainda mais a repressão política, e fez com que muitas pessoas deixassem o país.

Entre 1958 e 1974 cerca de 1,5 milhões de portugueses deixaram sua terra natal para se radicarem em outros locais. O Brasil, até a década de 1950 era um dos principais destinos para os portugueses, e foi o maior, dentre todos os destinos, nos anos que corresponde este trabalho, entre 1958 e 1960. Apesar disso acabou perdendo espaço para países aonde não era necessária a longa travessia oceânica, que poderia ser mais cara e burocrática, e acabaram por se radicar na Europa central.³

Um dos fatores de extrema relevância ao tratar dos exilados do Estado Novo está ligado à longevidade do regime. Parece lugar comum fazer esta afirmação sempre que se aborda tal temática, mas na verdade é sempre necessário fazê-lo, para evitar assim problemas de conceitos e contextualizações. Se, para analisar a natureza ideológica do regime de Oliveira Salazar não pode se perder de vista a sua dimensão no tempo, o mesmo se refere quando tratamos de seus opositores, e por consequência, exilados.

1 *Idem.* p. 179.

2 *Idem.* p. 181.

3 FREITAS, Eduardo de. "O fenômeno emigratório: a diáspora europeia". In: *Portugal Contemporâneo*. Vol. V. Lisboa, Publicações Alfa, 1990, p. 191.

2.1 O EXÍLIO NA HISTÓRIA

Exílio⁴

e.xí.li.o *sm* (*lat exiliu*)

1 Ato ou efeito de exilar.

2 Degredo.

3 Desterro.

4 Lugar onde reside o exilado.

5 Retiro.

6 Solidão.

“Fui sempre um exilado, mesmo antes de sair de Portugal”

Jorge de Sena⁵

O exílio é um evento - ou fenômeno - que sempre esteve presente na História, contudo, na contemporaneidade ele apresentou proporções maiores, segundo Fabio Oliveira “o século XX produziu um tipo muito característico de intelectual, envolvido intimamente com as principais tramas de seu tempo e marcado pela tendência multifacética e totalizante, com atividade política engajada que lhes rendeu uma vida de exílios e fugas”.⁶ Enquanto que Heloisa Paulo ressalta que as ligações pelas quais estão unidos os homens do século passado, perpassam por momentos como revoluções, duas grandes guerras, guerra civil, mudanças de regimes e golpes de estado, fatos que fortaleceram o estabelecimento de “laços”.⁷

O que leva um indivíduo a exilar-se? Como tece suas relações com o novo lugar? Qual sua relação com a pátria, a partir desta nova situação? Estas são questões pontuais que ajudam na complicada rede de ligações estabelecidas por esses indivíduos e que lança bases e suposições que alimentam a discussão. O número de pesquisas sobre portugueses exilados

4 Dicionário Michaelis. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/>. Acesso em: 18/05/2011

5 Entrevista a João Camacho Costa e João Lopes. Abril, 3 (Abril de 1978) p. 36-38. Reproduzindo em Diário Popular, suplemento Letras e Artes, 27/04/1978. Disponível em: <http://www.lettras.ufrj.br/lerjorgedesena/port/>. Acesso em: 19/05/2011.

6 OLIVEIRA, Fabio. *Trajetórias Itelectuais no Exílio: Adolfo Casai Monteiro, Jorge de Sena e Vítor Ramos (1954-194)*. Rio de Janeiro, Niterói, 2010. (Tese de Doutorado). p. 250.

7 PAULO, Heloisa. “Da Revolução ao Exílio: trajetórias de vida e de combate”. In: *Memória das Oposições (1927-1969)*. Lisboa, Minerva Coimbra, 2010. p. 98.

tem aumentado ano após ano. Sejam teses de doutoramento, dissertações de mestrado, biografias escritas por autores de diversas áreas como antropologia, ciência política, história e jornalismo e ainda as autobiografias e livros de memórias, escrito por testemunhas oculares e exilados políticos. Esta nova leva – e por que não dizer – descoberta do tema, vem a colaborar em muito com o debate sobre os mecanismos e meios de organização da oposição no exílio⁸.

Cartas, jornais, depoimentos, entrevistas, recortes de jornais, livros de memórias e fotografias, enfim, há uma infinidade de documentos que se mostram um verdadeiro labirinto na composição desta pesquisa. Entender os motivos pessoais, as razões que fizeram estes cidadãos exilarem-se noutra lado do Atlântico é como encontrar uma engrenagem nova, que por sua vez faz girar um segundo mecanismo, dando movimento e sentido à pesquisa. Heloisa Paulo mostrou o quão instigante e delicado é montar a rede de conexões entre esta “verdadeira irmandade de opositores” em cujas vidas foram produzidos diversos documentos, verdadeiros rastros que ligam a outro companheiro, por vezes em outro continente, mas unido por uma causa, ideologia e ideais em comum.⁹ Quanto mais profunda se mostra a pesquisa, mais a particularidade de cada caso ganha importância.

Quais são as diferenças entre emigrantes, emigrados políticos e exilados? Tal como a citação do dicionário no início deste capítulo, a palavra pode sugerir diversos significados, inclusive pode ter outro sentido: se apenas o colocarmos na voz passiva, “exilado” pode sugerir expulsão, degredo – ou seja, alguém indesejável para sua Pátria, enquanto que “exilar-se” põe o indivíduo como centro da ação, que definiu sua própria condição/destino com base na sua situação de vida no seu país, o que pode significar protesto, ou estranhamento, como exemplo, a frase de Jorge de Sena colocada no início.

Emigrante comum é a opção por uma nova vida, que não necessariamente há retorno com sua Pátria, de forma que

a sua relação com os poderes estatais da sua terra natal é marcada pelo culto constante dos vínculos que possam estabelecer entre a colônia e seu lugar de origem, numa demonstração constante da preocupação em afirmar a sua ligação com a terra, com o intuito de se fazerem sempre “presentes”. Neste quadro, as contrapartidas oferecidas pelos regimes aos pedidos e ofertas da colônia são fundamentais no reforço das amostras de “fidelidade” que a colônia pode vir a demonstrar.¹⁰

Já a condição de exilado – ou emigrado político como aponta Heloisa Paulo – pode sugerir ao indivíduo uma condição de trabalho e de vida diferenciada do emigrado comum.

8 PIMENTEL, João Sarmiento. *Memórias do Capitão*. Lisboa, Seara Nova, 1974; SERTÓRIO, Manuel. *Humberto Delgado, setenta cartas inéditas*. Lisboa: Publicações Alfa, 1990; há ainda, uma produção historiográfica mais recente: GOBBI, Márcia Valéria Zamboni; FERNANDES, Maria Lúcia Outeiro; JUNQUEIRA, Renata Soares (orgs.) *Intelectuais Portuguesa e a Cultura Brasileira. Depoimentos e Estudos*. São Paulo, EDUNESP/EDUSC, 2002; LEMOS, Fernando, LEITE, Rui Moreira. (orgs.) *A Missão Portuguesa. Rotas Entrecruzadas*. São Paulo, EDUNESP/EDUSC, 2002.

9 PAULO, Heloisa. *Op Cit.* p. 99.

10 PAULO, Heloisa. “Um olhar sobre a Oposição e o Exílio no Portugal de Salazar”. In: *Memória das Oposições (1927-1969)*. Lisboa, Minerva Coimbra, 2010. p.177.

Isto porque o exilado muitas vezes entra em contato com a intelectualidade do local que o acolhe, bem como estabelece laços com militantes ou formadores de opinião, consonantes com os seus. Ao contrário do emigrado comum, a nova vida estabelecida não é - *a priori* - permanente, pelo contrário, dá continuidade na luta ou posição política que exercia no seu país de origem, o que configura uma relação conflituosa balanceada por elementos que neste contexto se mostra paradoxal, tais como saudade, pátria, amizade, solidão e família.

2.2 PRIMEIRA GERAÇÃO DE EXILADOS

Faz-se necessário ressaltar que não é nova a relação do Brasil com exilados portugueses, já que o histórico do Brasil como “opção de fuga” é antigo, seja nas Revoluções Liberais de 1820, como também no advento da República, a colônia de exilados formava-se ora por liberais, ora por monárquicos. Tal relação de receptividade tem, à primeira vista, fatores que parecem óbvios: o idioma e a História comum dos dois países.

Um ano após o Golpe Militar em 1926, chegou o primeiro exilado português em terras brasileiras: tratava-se de João Sarmento Pimentel, uma figura muito importante na Proclamação da República em cinco de outubro de 1910. Participou da Revolta de Fevereiro de 1927, contra a recém instaurada Ditadura Militar, e com o fracasso, foi expulso do exército e exilado. No Brasil aliou-se ao Centro Republicano Português, que fora fundado em 1908 na cidade de São Paulo e editou a *Revista Portuguesa*, entre 1930 e 1945, e, apoiou ainda o Centro Republicano Dr. Afonso Costa no Rio de Janeiro, que editava o *Jornal Republicano*.¹¹

A chegada dos *Budas*¹² a partir da década de 1940 marcou uma mudança na oposição portuguesa no exílio brasileiro, já que antigos republicanos acolhem os recém-chegados, e o grupo ficou assim formado por Jaime de Morais, Moura Pinto, Novais Teixeira, Jaime Cortesão, Lúcio Pinheiro dos Santos, Sarmento de Beires entre outros. Alguns destes membros agiam, sobretudo, através de crônicas jornalísticas em jornais do Rio de Janeiro como *Diário de Notícias*, *Diário Carioca* e *Correio da Manhã*, aonde fazem oposição ao colonialismo português, discorrem sobre a Europa fascista e os problemas que o continente viria a enfrentar, assim como críticas diretas a Salazar e Franco.¹³

O Centro Republicano Português, cuja sede era em São Paulo, existia no Brasil desde 1908 e congregava boa parte da oposição no exílio brasileiro, tornando-se assim uma sede social e ponto de referência para os exilados que aos poucos chegavam. Deste grupo,

11 OLIVEIRA, Fabio. *Op. Cit.* p. 78.

12 Grupo formado por Jaime de Morais, Moura Pinto e Jaime Cortesão, exilados em virtude da Revolta de 3 de fevereiro de 1927, no Porto. Sobre os *Budas*, ver PAULO, Heloisa. “Da Revolução ao Exílio: trajetórias de vida e de combate”. In *Memória das Oposições (1927-1969)*. Lisboa, Minerva Coimbra, 2010.

13 PAULO, Heloisa. *Op Cit.* p.118.

sairiam os responsáveis pela edição do jornal *Portugal Democrático* e os que davam vida ao Comitê de Intelectuais Portugueses na década de 1950.

Sarmiento Pimentel foi figura chave na organização e inserção de uma nova geração de exilados no Brasil. Em virtude da amizade de Pimentel com o diretor do jornal *O Estado de S. Paulo*, Ruy Mesquita Filho, diversos jornalistas portugueses encontraram trabalho na redação do jornal, sobretudo o grupo proveniente do *Diário Ilustrado*, entre estes jornalistas estavam Miguel Urbano Rodrigues, que participou de jornais oposicionistas no Brasil como *Portugal Democrático* e *Portugal Livre*. Este contato pré-estabelecido entre as redações dos jornais é um exemplo claro de um caminho que a vida de exilado pode tomar, pois se baseia em uma rede de conexões e ajuda mútua que, neste caso, acabam por influenciar os rumos que a luta desta nova geração de oposicionistas viria a realizar no Brasil.¹⁴

O *Diário Ilustrado* teve pouca duração, entre 1956 e 1963, sendo que Miguel Urbano Rodrigues trabalhou como diretor responsável e recrutou a primeira redação.

Vida curta e atribulada, mas que indubitavelmente foi uma escola de jornalismo onde despontaram valores seguros da imprensa portuguesa [...] o estimulante projecto de renovação de que eram mentores perdeu-se com eles, pois não foi possível encontrar substitutos á altura e o jornal não conseguiu impor-se, acabando por desaparecer como eles¹⁵

A pretensão do jornal era ser diferente dos demais tablóides portugueses, em especial *Diário de Lisboa* e *Diário Popular*. Carlos Branco, colega de liceu de Miguel Urbano Rodrigues, ficou como diretor do jornal, e desta forma expôs a idéia inicial do jornal para Urbano Rodrigues, que ficou incumbido de reunir uma gama heterogênea de jornalistas para formar a redação. No entanto, esta diferença proposta inicialmente traduziu-se, segundo Urbano, em uma falta de um projeto conciso e coerente. Por outro lado o periódico apresentava uma grafia diferente do que a imprensa portuguesa mostrava, com cores diferentes nos cabeçalhos das duas edições diárias, que apareciam com três horas de intervalo.¹⁶

Outra novidade foi a transcrição de artigos inteiros do jornal francês *France Soir*, que mesmo com o crivo da censura, algumas matérias interessantes passavam despercebidas e eram publicadas, o que fez do *Diário Ilustrado*, leitura obrigatória para quem ansiava em acompanhar a conjuntura internacional¹⁷. Se junta a isto a rapidez com que a redação publicava notícias, sendo muitas vezes os primeiros a noticiar ou quando conseguiam um furo e reportagem ou cobertura fotográficas exclusivos, o que era bastante frequente.

14 BATISTA, Elisabeth. *Entre a literatura e a Imprensa: Percursos de Maria Archer no Brasil*. (Tese de Doutorado da Faculdade de Letras da Universidade de São Paulo), São Paulo, 2007. p.53.

15 PALLA, Maria Antonia, "A Revolução da Imprensa, Apesar da Censura", In: *Portugal Contemporâneo*, Antônio Reis (Direcção), Lisboa. Publicações Alfa, 1989, p. 209.

16 RODRIGUES, M. U. *Op Cit.* p. 118.

17 *Ibidem.* p. 102.

A proximidade dos donos do jornal com simpatizantes do regime fez com que alguns salazaristas entrassem para o quadro da redação, o que trouxe problemas maiores de censura. Mas foi através de uma perseguição política, com falsa acusação de roubo sobre Carlos Eurico, feita por Lucas de Souza, que a situação complicou-se ainda mais. Insatisfeito com esta situação, Miguel Urbano Rodrigues declarou que iria enviar uma carta de demissão aos administradores, e assim explicou seus motivos, os quais muitos colegas aderiram às suas razões. O fato tomou dimensões maiores, e ficou conhecido rapidamente nas outras redações, e no próprio regime, ganhando contornos políticos com o afrontamento coletivo

O episódio do *Diário Ilustrado*, nomeadamente, inseriu-se num momento importante da vida portuguesa. O punhado de jovens que ali recusou submeter-se carregavam vivências diferentes, mas o seu comportamento anunciou a tendência emergente em sectores da pequena burguesia intelectual para romper o torniquete da submissão que asfixiava, despersonalizando-as, as camadas médias de uma sociedade pantanosa e imobilista.¹⁸

Após o acontecimento Miguel Urbano Rodrigues ficou alguns meses desempregado, tentou contatos em algumas redações, mas sem sucesso. José Freitas, seu colega de profissão do *Diário Popular*, disse-lhe “Não és um militante político, mas o teu nome passou a figurar na lista negra do regime. Mesmo fora do jornalismo não vais encontrar emprego com facilidade”.¹⁹ Até ser informado por Veiga Pereira que o maior jornal brasileiro, *O Estado de S. Paulo*, estava a procura de jornalistas portugueses, então, por indicação de Jaime Cortesão junto de Júlio de Mesquita Filho, não demorou para que Miguel Urbano Rodrigues fosse convidado para o cargo.²⁰

Como colocado no início deste capítulo, as redes de contato eram fator chave e que pesavam na escolha do destino. Neste caso as possibilidades e abertura com que Rodrigues teve com os jornalistas brasileiros permitiram que novos exilados viessem para o Brasil, sob sua indicação, como por exemplo, dois outros jornalistas provenientes do *Diário Ilustrado*, que vieram a fazer parte do quadro do jornal *OESP*, Victor da Cunha Rego e João Alves das Neves, ambos residiram temporariamente na casa de Urbano Rodrigues, com suas respectivas esposas.²¹

Este novo contingente recém chegado ao Brasil contrastou com a colônia de portugueses já existentes lá, porém, excluindo a nacionalidade em comum, os motivos que os reuniam no mesmo país eram distintos, e, portanto, são igualmente distintas as categorias ou classificações destes novos portugueses.²² Desta forma, eram “imigrantes políticos” e não

18 *Idem*. p. 11.

19 *Ibidem*. p. 132.

20 *Idem*. p. 135.

21 *idem*. p. 152.

22 Os primeiros exilados da ditadura de Salazar foram acolhidos pelos que partilhavam dos mesmos ideais, mas mal vistos pelos conservadores, emigrados sobretudo no Rio de Janeiro. Sobre a colônia de portugueses no Brasil, que apoiavam o regime de Salazar, ver: PAULO, Heloísa. *Aqui também é Portugal: a colônia portuguesa do Brasil e o Salazarismo*. Coimbra. Quarteto, 2000.

“imigrantes econômicos”. Bem da verdade, a categoria imigrante pode não ser suficiente, ou mesmo válida, o mais preciso seria exilado ou refugiado. Nesta mesma linha de pensamento também não podemos nomeá-los como colônia e sim diáspora.²³

A década de 1950 no Brasil foi palco de encontro de duas gerações de exilados, distintas na idade e experiência histórica e, sobretudo, formação ideológica. O grupo com o qual Heloisa Paulo vem pesquisando trata-se de uma primeira geração, que viu, e muitas vezes participou, da instauração da República e fez oposição à Ditadura na década de 1930, antes mesmo da instauração do Estado Novo. Esta geração tem formação mais conservadora, composta ainda por monárquicos e republicanos, que tem em Jaime Cortesão e Sarmiento Pimentel dois exemplos. Já a segunda geração, da qual tratam autores como Fábio Ruela e Douglas Mansur, são de exilados que nasceram, ou cresceram, dentro do regime, e participaram das instituições paramilitares de caráter fascista como a Mocidade Portuguesa e Legião Portuguesa, na segunda metade da década de 30. Houve então, um de mentalidades e divergências políticas, cuja compreensão destas diferenças ideológicas pode resultar em uma interpretação mais rica e dinâmica sobre o funcionamento e debates que a oposição travou a partir do exílio.

2.3 PORTUGAL DEMOCRÁTICO: O JORNAL PIONEIRO

Estabelecido na cidade de São Paulo, o professor Vítor Ramos juntamente com Manuel Ferreira de Moura, fundam o jornal *Portugal Democrático* na tentativa de agrupar este contingente de exilados. O jornal durou mais de duzentas edições mensais, entre 1956 e 1974, e possuía como objetivo denunciar as irregularidades e ilegalidades do Estado Novo para o mundo, além de manter a colônia portuguesa – e a sociedade brasileira de uma forma geral – atualizada com os fatos e o clima tenso em Portugal e posteriormente o andamento da Guerra Colonial na África. Em seu quadro de redatores e colaboradores passaram nomes como Barradas de Carvalho, Victor da Cunha Rêgo, Miguel Urbano Rodrigues, Sarmiento Pimentel, Jaime Cortesão, Jaime de Moraes, Jorge de Sena, Maria Archer, Vitor Ramos, Adolfo Casais Monteiro, Fernando Lemos, Fernando Muralha, Joaquim Quitério entre outros que se dividiam entre uma série de funções como diagramação, editoração, anúncios, impressão, distribuição, assinaturas, doações de terceiros e muitas outras. O grupo contou, ao longo de seus quase 19 anos, com o apoio de diversos intelectuais brasileiros como os sociólogos Florestan Fernandes e Octávio Ianni e dos historiadores Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior e Carlos Guilherme Mota.²⁴

²³ *Idem.* p. 54.

²⁴ Sobre o jornal *Portugal Democrático*, ver: SILVA, Douglas Mansur da. *A oposição ao Estado Novo no exílio brasileiro, 1956-1975*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006. (Col. Estudos e Investigações – 42); RAMOS, Ubirajara Bernini. *Portugal Democrático: um jornal de resistência ao Salazarismo publicado no Brasil*. (Dissertação de Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica (PUC): São

A proposta foi muito além do que editar um jornal, e sim, servir como um ponto de referência para todos os exilados em terras brasileiras. Organizou encontros e congresso como o Comitê Pró-Anistia de Presos Políticos e discussões em universidades brasileiras sobre temas portugueses, mas que interessavam ao mundo inteiro, tal como o colonialismo. Caracterizava-se como um *movimento* que articulou os integrantes com a sociedade brasileira com uma rede de contatos com opositores exilados em outros países, contribuindo para uma rede internacional de emigrados.²⁵ Porém mesmo escrito a partir do exílio, era pautado por questões que aconteciam dentro de Portugal, exemplo disto é a orientação da luta do PCP na segunda metade da década de 1950, quando se optou por uma luta pacífica, o já citado “desvio de direita”, fato que acabou por influenciar a redação do *Portugal Democrático*.

Inicialmente era caracterizado pela formação heterogênea de sua redação e colaboradores, como os republicanos liberais João Sarmento Pimentel e seu irmão Francisco Pimentel, e uma célula do Partido Comunista Brasileiro, da qual portugueses faziam parte alguns portugueses e monarquistas como Thomaz Ribeiro Colaço, além de anarquistas e socialistas. A unidade sempre foi um tema corrente entre os artigos e crônicas nas páginas do *Portugal Democrático*, contudo foi aos poucos sendo liderado quase que exclusivamente pelo núcleo comunista, o que acabou por desagradar outros envolvidos. Assim a solução pacífica adotada pela redação batia de frente com as novas questões e efervescências recém trazidas de Portugal por Humberto Delgado e foi questão de meses para que estas divergências se tornarem incontornáveis.

O jornal se viu obrigado a adaptar-se à conjuntura política brasileira, a qual vivia uma ascensão das esquerdas e havia passado por um golpe militar em 1964, forçando o grupo a silenciar frente a esta questão, caso quisessem sobreviver a esta nova situação de duplo exílio. Muitos deixaram o Brasil, outros mudaram o tom de sua crítica a Salazar, centralizando a crítica em cima da guerra colonial em curso. Haja vista a condenação internacional ao colonialismo, que contava com o apoio da ditadura militar brasileira. Ainda sim foi o único jornal editado no país que conseguia falar abertamente em marxismo e luta de classes sem ser impedido pela censura. Entre os últimos anos tratou de denunciar os abusos e violações dos direitos humanos junto à Organização das Nações Unidas (ONU) e a fazer críticas a falta abertura de Marcello Caetano. Mas voltaria a utilizar e apoiar a abordagem direta na oposição ao Estado Novo.

Paulo, 2004. Sobre alguns portugueses que participaram do jornal, ver OLIVEIRA, Fabio Ruela. *Trajetórias Itelectuais no Exílio: Adolfo Casai Monteiro, Jorge de Sena e Vítor Ramos (1954-1994)*. Rio de Janeiro, Niterói, 2010. (Tese de Doutorado); BATISTA, Elisabeth. *Entre a literatura e a Imprensa: Percursos de Maria Archer no Brasil*. (Tese de Doutorado da Faculdade de Letras da Universidade de São Paulo). São Paulo, 2007.

25 SILVA, Douglas Mansur da. *A ética da Resistência: os exilados anti-salazaristas do Portugal Democrático (1956-1975)*. (Dissertação de mestrado) Universidade Estadual de Campinas, 2000. p.25.

2.4 UM NOVO EXILADO: HUMBERTO DELGADO E O MNI

“Prolongamento da Pátria, no Brasil não sentimos o gosto amargo do exílio”²⁶

O general Humberto Delgado era um homem do regime, anticomunista, apoiou tanto no golpe militar, quanto na instauração do Estado Novo. Foi condecorado e representava Portugal em diversas questões internacionais. Quando morou por cinco anos nos Estados Unidos da América, como adido militar da Embaixada Portuguesa e membro militar da NATO, tomou conhecimento da democracia americana, e sua visão acerca do salazarismo começou a mudar, até ser convidado pela oposição para ser candidato à Presidência da República.²⁷ A partir da década de 1940 estabeleceu uma série de contatos com instituições democráticas, através de negociações com os ingleses entre 1941 e 1943, foi ainda representante português na Organização Internacional da Aeronáutica Civil (1947-1950) em Montreal, e depois de 1952 a 1957, chefe da Missão Portuguesa junto a NATO.²⁸ Esta “descoberta” por si só não despertou repentinamente o interesse pela democracia, mas sim se misturou a um espírito inquieto e predisposto para aceitar estas transformações. Se junta a isto uma forte anglofilia de Delgado, como exemplo o caso da base dos Açores em 1941-1943.²⁹

Humberto Delgado teve sua formação ideológica forjada dentro dos quadros militares do Estado Novo, com todos de sua geração. Seu rompimento com o regime, e sua “tomada de consciência” sobre o funcionamento da democracia, sobretudo a americana, não resultaram em uma visão progressista do mundo. Assim seu comportamento e relação com os demais, era sempre pautada por uma concepção autoritária do trabalho político.³⁰

Fernando Rosas define que houve quatro diferentes condições políticas, que abriram a crise no regime, na primavera de 1958. A primeira condição constituiu-se na “consumação, com caráter a partir daí irremediável, do processo de desagregação interna do regime, latente desde o pós-guerra”³¹. “A segunda é que toda a oposição parecia estar unida em torno de uma política de “transição pacífica”, através, sobretudo de um golpe palaciano, ou por via constitucional”.³² Enquanto que a terceira condição estaria ligada ao perfil, personalidade e estilo do “candidato independente”. A última “condição favorável à mudança decorria de uma nova situação internacional que começava a ter seus reflexos em Portugal”.³³ Como já afirmado anteriormente, o regime vivia nos anos 50, um dos maiores períodos de estabili-

²⁶ “Definindo posições”, Humberto Delgado, *Portugal Livre*, ed. 1, Fl. 1 - Novembro de 1959 - CD25a. Esta frase Delgado deve ser lida com bastante cuidado, primeiramente por estar no artigo de abertura da primeira edição do *Portugal Livre*, e, portanto tem um efeito muito mais de agradecimento ao povo brasileiro do. E segundo por se tratar de Delgado um exilado singular e reconhecido, o que acabava por gerar uma série de cortesias e solidariedade tanto por seus compatriotas quanto do próprio governo brasileiro.

²⁷ Ver: DELGADO, Iva; PACHECO, Carlos; FÁRIA, Telo (orgs.) *Humberto Delgado - as eleições de 58*. Lisboa: Editora Veja, 1998.

²⁸ RÁBY, D. L. *Op. Cit.*, p.179.

²⁹ *Ibidem*, p.180.

³⁰ RODRIGUES, M. U. *Op Cit.* p.158.

³¹ ROSAS, Fernando. “O Estado Novo, 1926-1974”. In: José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. VII. Editorial Estampa, Lisboa, 1994, p. 503.

³² *Ibidem*. p.XVIII.

³³ *Idem*, p. XXIII.

dade interna e prestígio externo desde o início,³⁴ porém dentro de Portugal “borbulhavam as contradições de uma sociedade que conhecia um profundo processo de transformação a todos os níveis”:

Os anos 50 marcam, talvez, o período de mais importantes transformações de economia portuguesa desde o início do presente século. Neles emerge como força econômica e social claramente hegemônica – ao cabo de um longo processo histórico maturação – o capital e a burguesia industrial, que então aprofundam as transformações estruturais exigidas pelo seu desenvolvimento e expansão.³⁵

Alguns autores definem que foi na campanha de 1958 que Salazar e o Estado Novo iniciaram sua longa queda

É sabido, por outro lado, que o fato político, como fato de superfície, é mais facilmente datável. Daí a escolha do ano de 1958 para assinalar o início deste período da nossa História contemporânea, Trata-se de um ano que marca, sem dúvida, o imaginário político dos portugueses. O fenômeno de massas que se gera a partir da candidatura presidencial do general Humberto Delgado.³⁶

Mais do que oposição direta ao regime “as eleições de 1958 arrancam num quadro claro de fortíssima disputa pela hegemonia entre as oposições, factor fundamental que havia obstado à apresentação de um candidato único”.³⁷ A campanha durou pouco, apenas um mês, mas foi tempo suficiente para que a população sentisse esperança. Marcada pela célebre frase “Obviamente demito-o!”, pronunciado em uma conferência de imprensa dia 10 de maio de 1958, no Café Chave d’Ouro, em Lisboa, quando perguntado o quê ele faria a respeito de Salazar, caso eleito. Foi uma campanha enérgica, forte, que movimentou o país de cima à baixo, unificando a oposição na candidatura de Humberto Delgado contra Américo Tomaz, sobretudo após a desistência do Dr. Arlindo Vicente. Contudo, como era de se esperar, o resultado fraudulento deu vitória ao candidato de Salazar. “A sua preocupação em fazer cautelosas declarações públicas, acordos entre pequenos grupos de intelectuais e das profissões liberais e em cumprir as regras do jogo foi substituída por uma política de massas e uma ação ousada e direta”.³⁸ Os portugueses não estavam acostumados, e mesmo a censura e constante vigilância da PIDE não permitiam, tamanho barulho. O apelido de “General Sem Medo” foi atribuído pelo Dr. Carlos Cal Brandão, de uma frase dita por ele em uma conferência de imprensa em Lisboa, mas dada no comício do Coliseu do Porto.³⁹ Na ocasião em que se reuniram duzentos mil populares e gerou repressão por parte da PIDE.

O resultado foi desanimador, mas esperado: os votos de Delgado foram descaradamente roubados, e levou o general a escrever uma carta para o presidente, enumerando

34 ROSAS, Fernando. “O País, o regime e a oposição nas vésperas de 1958”. In: Portugal Contemporâneo. Vol V. Lisboa, Publicações Alfa. 1990.p.7.

35 *Ibidem*, p.7.

36 REIS, António. (Dir.) *Portugal Contemporâneo*. Vol V. Lisboa, Publicações Alfa. 1990.p.7.

37 MADEIRA, João. “O PCP entre o rescaldo da campanha de Delgado e os caminhos para derrubar o regime (1958-1959)” In: *Memória das Oposições (1927-1969)*. Lisboa, Minerva Coimbra, 2010 .p. 160.

38 *Idem*, p.217.

39 RABY, D. L. *Op. Cit.* p.199.

todas as irregularidades do processo eleitoral. Nos dias que sucederam as eleições, o regime suspendeu os direitos militares do general Humberto Delgado, que era cada vez mais perseguido pela PIDE, e segundo o próprio,

Salazar fez esta eleição porque não gosta que o considerem um ditador, por isso mostra à América e à Inglaterra que também tem eleições. Mas estão a ver: disparando, arrombando ... três vezes entrou a polícia no meu quartel-general, roubando os meus papéis. É um escândalo! Infame. E eu ando sempre num carro descoberto, a mostrar-me! Não tenho medo de ser assassinado!⁴⁰

A forma de ação de Delgado, entre o período do fim das eleições até seu asilo prévio na embaixada brasileira em Lisboa, foi a escrita, em conjunto com seus correligionários, de uma série de cartas com denúncias da fraude eleitoral e enviar para representações do governo e da República⁴¹.

Não havendo mais espaço para continuar sua luta, resolveu pedir asilo político na embaixada brasileira, cujo representante era Álvaro Lins⁴², e lá ficou de janeiro a abril de 1959, após um primeiro convite feito pelo presidente do Centro Republicano Português, de São Paulo, Carlos Cruz⁴³. Este período de espera foi fortemente acompanhado pela imprensa internacional, sobretudo a brasileira, aonde a oposição ansiava por uma resposta positiva na sua viagem ao Brasil, que acabou se concretizando. Humberto Delgado, por sua vez, afirmou que teria vindo ao exílio justamente para não lhe ser negado a possibilidade de luta, fato que se tornou inviável em Portugal.⁴⁴ A demora de sua saída do consulado brasileiro em Lisboa fez com as diferenças ideológicas existentes na oposição relaxassem de certa forma, na medida em que os esforços e as atenções voltavam-se para o desfecho do caso.⁴⁵ A câmara e o senado brasileiros recém empossados em 1959 declararam pleno apoio, com exceção de apenas um senador, ao embaixador Álvaro Lins no “Caso Delgado”, buscaram argumentos na relação histórica entre Brasil e Portugal e no comprometimento com a democracia.⁴⁶

O avião que o trazia chegou às doze horas e quarenta e cinco minutos no voo DC-7C da Panair, embaixo de gritos confusos e repetitivos de “Brasil! Portugal! Delgado! E liberdade!”, acompanhado de bandeiras tremulantes dos dois países.⁴⁷ Logo após o desembarque no Brasil, Humberto Delgado já pôde perceber as diferenças políticas e pessoais que existiam na oposição: “reparei então ao chegar ao hotel que os meus bolsos abarrotavam de cartas de elementos da oposição, contendo críticas aos seus compatriotas e oferecendo-se para meus conselheiros”.⁴⁸ As duas principais organizações oposicionistas existentes no Brasil eram o

40 (Daily Express, 3 de Junho 1958) In: <http://quitexe-historia.blogs.sapo.pt/26949.html> consulado em dezembro de 2011.

41 OLIVEIRA, César. “A Evolução Política” in *Nova História de Portugal*, dir. SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira. (dir.). vol. XII, Portugal e o Estado Novo (1930-1960), ROSAS, Fernando (coord.), Lisboa, Presença, 1992, p.81.

42 O “Caso Delgado” será melhor analisado no quarto capítulo.

43 DELGADO, I. (et al) *Op Cit.* p. 139.

44 ROSA, F. D. *Op. Cit.* p. 813.

45 RODRIGUES, M. U. *Op. Cit.* p. 157.

46 *Portugal Democrático* Ed.23, Fl. 1. (CD25a).

47 *Portugal Democrático* Ed.24, Fl. 2. (CD25a).

48 DELGADO, I. (Et al); *Op.Cit.* p.165.

Centro Republicano Português e a Associação Humberto Delgado, da qual o general era patrono, e presidida por Luís Carvalhal. Entretanto situava-se no Rio de Janeiro e contrabalanceava a existência da fundação Oliveira Salazar.⁴⁹

Durante a coletiva no Hotel Glória, logo após a sua chegada, Delgado revelou que o governo de Salazar tentou suborná-lo com a proposta de um “curso de ciências econômicas no estrangeiro” aonde receberia a título de gratificação de 40 contos, o que seria quatro vezes mais do que seu salário no exército. E sua declinação perante este suborno teria sido o estopim que o levou há uma série de perseguições, inquéritos disciplinares e o derradeiro asilo.⁵⁰

Delgado chegou a São Paulo no aeroporto de Congonhas, dia 14 de maio, pouco depois do meio dia, com milhares de pessoas o esperando, mas o que surpreendia era o número de estudantes universitários que o proclamavam como líder de uma revolução latente e necessária que se aproximava em Portugal⁵¹. Ainda no saguão do aeroporto foi levado nos ombros por exilados compatriotas, embaixo de vivas, cartazes e faixas, terminando com um trajeto até o hotel Jaraguá, que ficava no mesmo edifício da redação do *OESP*, acompanhado de cinco batedores da polícia.⁵²

Um dia após sua chegada foi realizado um jantar em um dos mais tradicionais restaurantes de São Paulo, o Fasano - celebre e famoso até hoje - para mais de trezentas pessoas entre oposicionistas, senadores, jornalistas, simpatizantes, professores universitários, compatriotas e líderes de diversas instituições. Na ocasião apenas três discursos foram proferidos e interrompidos a todo o momento com palmas e cumprimentos calorosos, como do professor catedrático da Universidade de São Paulo e presidente do diretório paulista do Partido Socialista Brasileiro, Dr. Saldanha Marinho, como também do comandante Sarmiento Pimentel, aclamado como líder republicano dos oposicionistas paulistas e, por último, do próprio general.⁵³

O discurso de abertura de Saldanha Marinho foi breve e buscou elementos comuns entre os dois países para justificar o apoio do governo brasileiro ao “Caso Delgado”, e passando para uma série de elogios ao general, “V. exa. Representa, portanto, a raça que estabeleceu a liberdade. Primeiro a da sua ação. Em seguida, a dos mares, transformando o Cabo das Tormentas em Boa Esperança.”.

49 *Ibidem.* p.166.

50 *Portugal Democrático* Ed.24, Fl. 2. (CD25a).

51 VER Anexo I.

52 *Portugal Democrático* Ed.25, Fl. 1. (CD25a).

53 *Portugal Democrático* Ed.25, Fl. 3. (CD25a).

Enquanto que o discurso de Sarmento Pimentel foi taxativo: Humberto Delgado representava a mudança completa na forma de agir de toda a oposição portuguesa, seja ela dentro ou fora do país. Mesmo ciente de que estariam longe demais para começar um movimento revolucionário, Pimentel ressaltou que a vinda do general fez com que a situação político social de Portugal se tornasse cada vez mais conhecida no Brasil, e as atenções estavam voltadas para este país agora, e o general representaria o símbolo deste pretense movimento revolucionário.⁵⁴

Delgado não revelou sua frustração e indignação que sentiu do comandante Sarmento Pimentel no seu discurso, pois, mais do que preparar qualquer movimento revolucionário, pretendia, sobretudo agradecer ao Brasil pela hospitalidade e falou ainda sobre a democracia, do apoio da oposição que formou a Plataforma de sua campanha presidencial, e ainda das relações entre Brasil e Portugal. O estranhamento de Delgado em relação a Pimentel era justamente colocá-lo como um símbolo, porém, as declarações fervorosas e impactantes do General fazem-no cair em constante contradição. Quando ainda estava em Portugal, sem planos para vir ao Brasil, ele concedeu uma entrevista ao *New York Times* afirmando que “Não me vou embora. Vou ficar em Portugal. Dentro ou fora da prisão – sou uma espécie de mito. Quero continuar a ser um mito – um mito anti-salazar”⁵⁵.

Arajaryr Campos secretária brasileira de Humberto Delgado enquanto esteve exilado no Brasil, já demonstrava sua admiração por ele antes mesmo de sua chegada em terras brasileiras, lia sempre as notícias sobre o “Caso Delgado” quando esteve na embaixada brasileira em Lisboa. A ótima comunicação, prática em datilografia e, sobretudo vontade de doar-se, fizeram de Arajaryr uma ótima secretária, a qual o general sempre se lembrava de agradecer. Viajou duas vezes para Portugal, logo em seguida aos acontecimentos da revolta da Beja em 1961 e uma última vez em 1965, quando então foi assassinada junto com Delgado em uma emboscada planejada pela PIDE na fronteira entre Portugal e Espanha.

A admiração e, muitas vezes a absorção do que representava a figura do general após as eleições de 1958 e sua recepção no Brasil, personificado como a esperança da oposição no exílio, pode ser claramente notada nas declarações de Campos acerca da organização e coesão dos exilados. Dentre suas anotações deste contexto destacam-se o seguinte trecho:

Qualquer um que tenha uma exteriorização política, que escreve ou discursa, ou dá uns trocos para um telegrama ou panfleto – julga-se um segundo Churchill [...] a piorar este quadro acresce que os mais antigos, ou se retiraram da política, ou cooperam nela apenas financeiramente de longe em longe, ou andam em guerrilha a disputar o primeiro lugar ou, ainda são indivíduos sem categoria mental ou moral que agora pertencem à atual oposição como pertencerão a qualquer outra toda a vida. É preciso ter em conta que a oposição recebe tudo, inclusive os inadaptáveis

⁵⁴ *Portugal Democrático*. Ed.25, Fl. 6. Acervo do Centro de Documentação 25 de abril – Coimbra – Portugal. (CD25a).

⁵⁵ “Delgado pledges a free Portugal” em *New York Times*, 6 de junho de 1958. *Apud*. MENESES, F. R. de. p.464.

à sociedade, com ambição ou vaidade desmedida quando compara aos seus fraquíssimos valores reais.⁵⁶

Em outros momentos utiliza de adjetivos pesados para descrever determinadas personagens no exílio, como Sarmiento Pimentel chamando-o de “caquético” e “homem velho já a gagá”, a quem a oposição escolhera como símbolo de ação na falta de outro nome oficial. Primeiramente não cabe aqui um juízo de valor quanto a caracterização da oposição pintada por Arajaryr, nem tampouco a citei para utilizar sua explicação, sem fazer uma crítica pertinente. Os depoimentos são memórias contemporâneas aos fatos, como um diário que Arajaryr escrevia com frequência, e somente décadas depois sua filha, juntamente com Iva Delgado, transformariam em livro. Assim, as memórias de Campos podem levantar questões e possibilidade de interpretações interessantes quando à opinião e voz do próprio Humberto Delgado.

As conclusões de Rosa não são dispares de Campos, ao afirmar que “os oposicionistas ativos no Brasil eram uma minoria com terríveis defeitos, a começar pela tendência de se digladiarem internamente”.⁵⁷ O autor pinta um quadro de um grupo exilado nada coeso, com figuras “gagas” e trapaceiras, que pareciam estar à espera de Delgado – então eleito pelo povo em 1958 e líder absoluto dos oposicionistas - para organizar o caos no exílio brasileiro.

Estava em jogo a proeminência de um setor de forte influência comunista, que tinha o seu órgão no jornal *Portugal Democrático*, editado em São Paulo, e que preservava Sarmiento Pimentel no papel de vetusto `comandante` - quando na realidade não comandava coisa nenhuma.⁵⁸

Como afirmado anteriormente, uma das principais formas de ação do general era a escrita de cartas e telegramas, sejam para chefes de estados de diferentes continentes, colegas de oposição ou imprensa. Muitas destas cartas foram escritas às pressas, de forma um tanto caótica, utilizando todos os cantos possíveis do papel, enquanto que outras eram datilografadas, em papel timbrando e com as devidas formalidades. Neste momento era crucial o trabalho de Arajaryr que, não somente lia e redigia os documentos, como muito provavelmente conversava com Delgado e absorvia muito das opiniões políticas por ele expressa nas cartas ou mesmo em discursos públicos. Não obstante, parte das palavras usadas pela secretária é consonante com descrições de Delgado sobre este mesmo panorama.

Obviamente não se quer aqui diminuir a participação de Arajaryr Campos na luta contra o regime de Oliveira Salazar, até porque há diversos momentos que ela emite opiniões riquíssimas e muito próprias sobre o Estado Novo, ou a relação entre Brasil e Portugal, sem

⁵⁶ CAMPOS, Arajaryr. *Uma brasileira contra Salazar*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006. p. 43.

⁵⁷ ROSA, F. D. *Op. Cit.*, p.801.

⁵⁸ *Ibidem*, p.807.

contar a forma que com que ela entregou-se à causa, haja vista que não recebia pelo trabalho de secretária e pagou do próprio bolso suas viagens para Portugal. Contudo o que se quer aqui é entender as razões de sua opinião sobre o tema desta dissertação em questão. Assim, é interessante reler e ponderar suas colocações, que numa possível hipótese, era um reflexo da posição do homem com o qual trabalhava, ou então sobre influências muito fortes da visão desse.

O jornal *Portugal Democrático*, juntamente com a imprensa brasileira, foram um dos grandes responsáveis em divulgar cada passo do longo calvário de Delgado até o exílio, e, desta forma, ajudou a consolidar sua imagem de líder sufragado. Entre os editoriais houve a publicação de suas cartas enviadas para ministros e membros das forças armadas. Uma destas, endereçada ao ministro do interior, o general pedia para diminuir a brutalidade utilizada pela PIDE, principalmente na prisão de Caxias, e apelava para a condenação internacional para os abusos cometidos pela polícia política.⁵⁹

Outro exemplo é a única edição extra entre as 205 publicadas pelo jornal, para cobrir o asilo pedido na embaixada brasileira. Na capa, embaixo de uma foto de Humberto Delgado, o seguinte texto.

Mais do que nunca, o general Humberto Delgado simboliza o espírito de resistência dos portugueses contra a opressão, os roubos e os crimes da ditadura salazarista. O chefe indiscutido da Nação Portuguesa – porque é um homem sem medo – não tardará em vibrar no fascismo os golpes que destruirão o iníquo regime. “Portugal Democrático” incita todos os portugueses livres e dignos à luta contra a tirania de Salazar sob a chefia de Humberto Delgado⁶⁰.

O jornal publicou na íntegra em duas edições, dois meses antes de Delgado chegar ao Brasil, o inquérito disciplinar instaurado sobre ele em dezembro de 1958 contendo vinte e um quesitos sobre seu envolvimento em ações logo após as eleições, como circulares assinadas pelo MNI, cartas abertas, cartas endereçadas a generais e ministros, ao Papa João XXIII e sobre entrevistas concedidas a jornais estrangeiros. Delgado respondeu todas as questões positivamente, mas não sem antes desconstruir as perguntas do interlocutor e re-colocá-las conforme sua ótica. O documento serviu ainda mais para consolidar sua áurea de líder opositorista que nada teme.⁶¹

Não há dúvida que o “Caso Delgado”⁶², imensamente noticiado pelas publicações opositoristas, criou um grande entusiasmo e expectativa entre os exilados brasileiros, porém a relação entre estes e o general estava prestes a mudar, sobretudo com *Portugal Democrático*, cuja degradação foi gradual e irreversível. Antes, o jornal publicava todos seus passos em

59 *Portugal Democrático*, Ed.17, Fl. 1. (CD25a).

60 *Portugal Democrático*, Ed. Extra, Fl. 1. (CD25a).

61 *Portugal Democrático*, Ed.22, Fl. 1. Acervo do Centro de Documentação 25 de abril – Coimbra – Portugal. (CD25a).

62 Ver: GONÇALVES, Williams da Silva. *O realismo da fraternidade: Brasil-Portugal. Do tratado da Amizade ao caso Delgado*. Lisboa: ICS, 2003.

Portugal, e, seja por causa da conhecida vaidade do general ou por uma estratégica política, este enviou uma carta ao jornal tecendo elogios sobre suas ações e publicações e enviando cumprimentos ao diretor, carta esta que foi publicada em primeira página.⁶³

Miguel Urbano Rodrigues afirmou não ser fácil analisar e julgar a personalidade de Humberto Delgado, e não cabe aqui trazer todos os pontos positivos enumerados pelo autor. O que é interessante para análise do trabalho é entender a sua ambiguidade de comportamento perante uma organização coletiva na luta contra o salazarismo. Segundo Rodrigues, o general apresentava “ambição com facetas infantis, era vaidoso, exibicionista, autoritário, conflituoso e não tinha o menor senso do ridículo”.⁶⁴

Assim como ocorreu com a campanha eleitoral de Delgado na oposição em Portugal, em território brasileiro o general também pode ser considerado um divisor de águas, tanto no que tange às posições políticas, quanto nas posturas em relação ao modo de operar da oposição a partir do exílio.⁶⁵ Ao afirmar: “quanto a mim, tinha decidido nunca mais abandonar a luta, quer pela pena, quer pela espada. Por isso continuei a escrever”⁶⁶, Delgado assume uma postura de luta através da pena, o recurso que mais estava a seu alcance naquele momento, e que o acompanharia durante todo o período no exílio brasileiro, como veremos.

O Movimento Nacional Independente (MNI) foi fundado em 8 de junho de 1958, presidida pelo Dr. João Rodrigues,⁶⁷ na ocasião Delgado reúne-se com representantes locais e nacionais dez dias após as eleições nos escritório do advogado Gustavo Soromenho. O movimento preconizava a continuação da luta pela democracia iniciada nas eleições, com os objetivos de buscar a legalidade pela reunião e realização de comícios, apoiar moralmente, legalmente e quando possível financeiramente, as vítimas da repressão, bem como a “liberdade de lutar pela instituição das liberdades democráticas”. Para tal escreveu-se um documento formal com o pedido para que o movimento funciona-se legalmente, porém, como era de se esperar o pedido de autorização foi negado, e o MNI seguiu em uma semi-clandestinidade pautada em planos e golpes de estado. Como exemplo as cartas escritas por Delgado aos chefes do Estado-Maior das Forças Armadas, apelando aos generais que reconhecem as eleições, protestassem pela troca de oficiais, entre demais itens, documento que acabou sendo negado.⁶⁸

A primeira ação do movimento em Portugal foi uma carta em 21 de junho de 1958 assinadas por Humberto Delgado para denunciar as fraudes cometidas pelo regime durante

63 *Portugal Democrático*, Ed.18, Fl. 1. (CD25a).

64 RODRIGUES, M. U. p.159.

65 MOREIRA, A. Op. Cit. p.24.

66 DELGADO, Iva; (Et. Al). Op. Cit. p.135.

67 *Idem.*, p.166.

68 MOREIRA, A. Op. Cit. p.23.

a campanha presidencial e na apuração dos votos da mesma, endereçada ao presidente da república: “foi ao presidente da república que enviei a impugnação das eleições pela forma como estas decorreram, não só para ficar na História, mas como meio de encorajar, provocar e criar uma atmosfera propícia para eventuais ações.”⁶⁹ A carta obteve resposta obviamente negando as acusações, mas fez com que Delgado conseguisse uma audiência com o presidente da república, o que foi considerado um grande passo no que tange à abertura e diálogo.

As cartas seguintes foram enviadas aos generais Júlio Botelho Moniz, Frederico Lopes da Silva, Carlos da Costa Macedo e José Bezerra Ferraz em 17 de junho de 1958, propondo um golpe de estado começado pelas Forças Armadas.⁷⁰

É claro que a tempestade desencadeada pelo delgadismo varreu todos os cálculos e raciocínios táticos da transição ordeira. Delgado despertou o apoio transbordante de um imenso movimento popular, mas com isso perdera o apoio dos oficiais “craveiristas”, sem nunca em algum momento, o ter chegado a conquistar”.⁷¹

Delgado deixou claro que não queria ajuda dos generais para chegar à presidência: “parto do princípio de que os destinatários desta carta não irão de forma primária ver nela o jogo ardiloso de um camarada que, sem tropas na mão [...] vem procurar junto de outros camaradas uma ajuda para chegar à Presidência da República”.⁷²

A primeira sede do MNI no Brasil ficava no Rio de Janeiro, mesma cidade da Associação General Humberto Delgado, porém as ações do movimento em Portugal eram muito abstratas e estavam presentes mais nas palavras do general do que em ações concretas e segundo as memórias de Miguel Urbano Rodrigues, “após as eleições de 1958 não tinha existência e nem havia condições para se estruturar em Portugal, a continuidade do MNI foi muito mais figurativa, do que ativa em si”,⁷³ mesmo assim Delgado assume como chefe da oposição no exílio, buscando continuidade nas lutas do MNI.

Humberto Delgado surgia então como conciliador destas diferentes facções existentes no exílio, trazendo para o Brasil o Movimento Nacional Independente que deveria se organizar em torno “do líder sufragado”. Lançou, em 1959, a diretiva Geral número 6, que estabelecia a fundação do MNI no Brasil, que daria continuidade à Candidatura Nacional Independente, com intuito de representar a unidade na oposição. Para tal definiu os órgãos competentes e nomeou, ele mesmo, as pessoas ligadas ao movimento como Henrique Galvão, Tomás Ribeiro Colaço, Francisco Oliveira Pio e Luís Carvalhal.⁷⁴

69 DELGADO, I. (et al) *Op Cit.* p. 109.

70 *Ibidem.* p. 124.

71 ROSAS, F. *Op. Cit.* p. XXII.

72 *Idem.* p.131.

73 RODRIGUES, M. U. *Op. Cit.* p. 163.

74 *Idem.* p.811.

A Directiva número 6 não foi muito bem aceita pelos opositores brasileiros, especialmente os envolvidos com o jornal *Portugal Democrático*, os quais Delgado considerava comunistas com vontade de poder, e que não reconheciam o MNI:

O Partido Comunista provou ser outro obstáculo, bem como o mais antigo jornal opositor no Brasil – *Portugal Democrático* – que se opunha a qualquer plano para derrubar a ditadura por meios violentos. Preferiam fazê-lo por meio de eleições, mas não explicavam como tencionavam conseguir-lo com as eleições que o governo português autorizava⁷⁵.

De fato eles não o reconheciam, tanto que enviaram uma carta com trinta e nove signatários repudiando a ação de Humberto Delgado e explicando que estavam a longa data combatendo o regime, discordavam da estrutura do movimento, e diziam que o mesmo ia contra as leis brasileiras, e que o exílio brasileiro era considerado periferia dentro do movimento de oposição e não caberia à periferia dirigir a oposição e ação direta de derrubada do Estado Novo.⁷⁶

⁷⁵ DELGADO, I. (*et al*) *Op Cit.* p. 173.

⁷⁶ *Idem.* p.813.

CAPÍTULO 3

PORTUGAL LIVRE: AS AÇÕES

O presente capítulo centra-se na fundação, seguido pelo abalo gerado com a primeira edição do *Portugal Livre*, passando pelas dúvidas e dificuldades que permeavam seu editorial, até a organização, edição e a colaboração de todos os envolvidos. O jornal prometia um movimento brusco e firme em direção à derrubada do fascismo, sem cair na ingenuidade de que esta queda deveria partir de um golpe vindo de gabinete, de forças militares ou esperar a lenta abertura do regime.

3.1 A FUNDAÇÃO

O início dos desentendimentos da oposição no exílio brasileiro deu-se através da publicação do artigo “E depois de Salazar?”, de Miguel Urbano Rodrigues no *Portugal Democrático*, aonde propunha um debate acerca do futuro do país, e sua nova organização política e social para além do Estado Novo. No texto o autor propõe um socialismo aberto, com contornos por serem definidos pelo povo. Já Victor da Cunha Rego, em contrapartida, publicou uma resposta apontando os projetos e caminhos ideológicos que a tomada do poder deveria galgar em Portugal, mostrou a importância do pensamento individual, mas acentuou na execução prática de tais projetos.¹ Rego, assim como a sugestão de Rodrigues, chamou a atenção para a necessidade de se pensar no Portugal do futuro, de como a população deveria organizar-se pra que o país não caia em um caos e mergulhasse novamente em outra ditadura, ou para evitar que as regras fossem ditadas por sobreviventes ao regime ou capitalistas protegidos pelo mesmo. Para tal a sociedade deveria estar unida dentro de um sentimento, aonde a revolução deve ser alimentada por quem sonha e percebe os problemas da nação, arquitetada em parceria com técnicos aptos para fazer as mudanças necessárias. Tais alterações se faziam urgentes em diversas áreas, como na precariedade das universidades portuguesas, saúde e o latifúndio no Alentejo. Apesar de propor um esboço de um projeto futuro, o artigo clama a todos pela unidade e por levar em conta todos os partidos, aproveitando a organização e doutrinação comunista, que seriam necessárias para a reorganização do estado português. O autor encerra considerando o anticomunismo como um mal estúpido, pois, aos que pensam que o PCP poderia mergulhar o país em outra ditadura, esquecem-se do contrapeso que faria deste uma concepção impossível: a igreja católica, igualmente doutrinária, mas com séculos de experiência e muito bem fundamenta na sociedade.²

Os artigos não surtiram o efeito como ambos esperavam e, para esquentar o debate, que parecia passar despercebido por parte dos demais integrantes do jornal, principalmente

¹ RODRIGUES, M. U. *Op. Cit.* p.178.

² *Portugal Livre* Ed.1, Fl. 4. nov. de 1959. (CD25a).

os comunistas, Miguel Urbano Rodrigues convidara Eduardo Lourenço para escrever sobre o tema. Segundo Rodrigues, Lourenço havia saído do PCP há pouco tempo, em virtude das divergências que ele tinha com o partido, sobretudo acerca das formas de ação política e o modo de ver o mundo³. Este colaborou sob o pseudônimo de Criticus, “para evitar que sobre ele recaiam as iras do Sr. Salazar e, o que seria pior, as atenções da PIDE”, sob o título “A Nova República deve nascer adulta”. O artigo era longo para os padrões do *Portugal Democrático* e, portanto dividido em duas edições. Lourenço, no entanto havia muito que dizer, e assim o fez, primeiramente buscando falhas e caracterizando o regime de Salazar, para em seguida mostrar um caminho não somente para derrubá-lo, e sim o que fazer em Portugal depois dele. Segundo o autor:

A substituição de pessoas não é tudo, muito menos a substituição de *slogans*. O essencial é a construção positiva de uma Nova Republica capaz de integrar harmoniosa, mas firmemente, as antinomias mortais dos últimos cento e cinquenta anos da vida política nacional.⁴

Também ressaltou a importância da coexistência das diferentes correntes de pensamentos, de forma que deveriam cooperar e não competir entre si. O pensamento comum deveria deixar a mentalidade de oposição e arquitetar a configuração da “Nova República”, haja vista que a verdadeira oposição seria o próprio regime. O diálogo, seja em Portugal ou nas colônias, é a palavra chave para chegarem à maturidade de um regime legitimamente democrático. Ao fim, conclui que “a democracia é a resposta a um problema político não a uma questão moral, metafísica ou religiosa.”⁵

Vitor Ramos e Manuel de Moura, dois militantes do PCP do jornal *Portugal Democrático*, não haviam levantado objeções contra os artigos iniciais, mas responderam a Lourenço. Segundo Ramos, o debate sobre o que viria depois da queda do regime era muito menos útil do que discutir a queda em si.⁶ Isto foi a gota de água para um grupo que não se via mais como tal, principalmente no que tangia às diferenças políticas.

O jornal *Portugal Democrático* publicou em seu editorial de julho de 1959 um apelo à unidade e organização em torno de Humberto Delgado, ao afirmar que “desde sempre, este jornal se valeu pela unidade que deve, necessariamente, presidir a ação dos opositoristas de todos os matizes ideológicos na sua luta comum na libertação de Portugal”. Indicar e insistir nesta questão, justo após a chegada de alguém que deveria representá-la sugere o quão frágil e possivelmente inexistente ela pode ser.⁷

3 Miguel Real afirma que não há confirmação desta filiação de Eduardo Lourenço ao PCP. Pois as obras e artigos que publicou, não só desmentem esta informação, como são opostas à ela. Como em *Heterodoxia I* (1949) e *O Desespero Humanista* de Miguel Torga (1955) além da infinidade de textos publicados no Porto ou Lisboa. REAL, Miguel. “Democracia e anti-colonialismo em Eduardo Lourenço: 1959-1963”. Metacritica Dossier. BD/ME, p. 59-78.

4 *Portugal Livre* Ed.1, Fl. 4, nov. de 1959. (CD25a).

5 *Portugal Livre* Ed.2, Fl. 8, dez. de 1959. (CD25a).

6 *Ibidem*, p. 179.

7 *Portugal Livre* Ed.2, Fl. 1, dez, de 1959. (CD25a).

A relação entre os comunistas e Miguel Urbano Rodrigues haviam ficado abalada em virtude desta insistência de temas e divergências de visão quanto à ação política. Porém, outra iniciativa de Rodrigues juntamente com Victor da Cunha Rego, foi a criação do “Manifesto”, documento que causou ainda mais polêmica. Definido pelo próprio autor em suas memórias, o documento era uma forma imatura de intervir diretamente na luta contra o salazarismo a partir do exílio. Segundo o próprio Rodrigues, a redação do documento apresentava-se de forma organizada e estruturada para chamar a sociedade portuguesa para a luta quando na verdade não havia estrutura alguma, haja vista que o teor do texto é repleto de pretensões revolucionárias, fruto da inexperiência política do seu autor. A ideia inicial foi colocada em pauta em uma reunião realizada na casa de Manuel Sertório e recebeu o apoio de Cunha Rego, Pedroso Lima, Santana Mota, Thomás Ribeiro Colaço, Henrique Galvão e Francisco Vidal.

O projeto recebeu inúmeras críticas e foi abandonado, mas serviu para aumentar as divergências dentro do *Portugal Democrático* e acabou por isolar alguns membros do grupo, como por exemplo Urbano Rodrigues, que afastou-se do trabalho coletivo e foi informado por Humberto Delgado que Paulo de Castro, pseudônimo de Francisco Cachapuz, havia proferido palavras em nome de Miguel e acusou-o de iniciar uma “caça as bruxas”. O general ofereceu-lhe apoio para dismantelar a calúnia, mas Urbano Rodrigues decidiu por afastar-se de vez do *Portugal Democrático*.⁸

Insatisfeito com o rumo que o *Portugal Democrático* estava tomando, Miguel Urbano Rodrigues então procurou Víctor da Cunha Rego para esboçar sua idéia sobre o lançamento de um novo jornal, que também fora apresentado e aprovado por Henrique Galvão. Humberto Delgado alinhou facilmente com o jornal, pois não gostava de Sarmiento Pimentel e Paulo de Castro, e tinha um pé atrás com os comunistas, mesmo mantendo boas relações com Veiga de Oliveira, Augusto Aragão e Vítor Ramos. O projeto recebeu ainda o apoio de Tomaz Ribeiro Colaço e Francisco Vidal do Rio de Janeiro e de Pedroso Lima e Santana Mota, de São Paulo, não obstante, são os mesmo integrantes que haviam apoiado Miguel Urbano Rodrigues na criação do natimorto Movimento Manifesto.⁹ Segundo Rodrigues o novo jornal

“teria uma linha revolucionária [...] não suportávamos a linguagem dos republicanos históricos, não acreditávamos na democracia burguesa, nem na tese sobre a desagregação irreversível do fascismo. Defenderíamos uma unidade voltada para a acção e não uma unidade imobilista”.¹⁰

8 *Idem*.p.182.

9 *Idem*.p. 189.

10 *Idem*.p.180.

Junta-se a isto as ações e palavras proferidas por Humberto Delgado logo após sua chegada, que acabou por dividir a oposição no Brasil dividiu e fez com que os portugueses tomassem partido. Esta era justamente a intenção de Delgado, exaltar os ânimos e ver as reações de quem estava, ou não, com ele. Como vimos anteriormente, alguns membros do jornal *Portugal Democrático* deixaram de colaborar com o mesmo e procuraram Delgado, assim que chegou de uma viagem à Venezuela. Eles afirmavam que o jornal vinha sofrendo uma série de imposições e restrições da ala comunista, e se propuseram a fundar um novo jornal, o qual seria destinado a órgão do MNI.¹¹

Humberto Delgado logo percebeu que a concentração maior de oposicionistas estava na cidade de São Paulo e, portanto, lá também ficaria estabelecida a sede central do MNI. Assim, o jornal *Portugal Livre* foi declarado como órgão oficial do movimento, fato que estava explícito nas primeiras edições do jornal, principalmente na primeira: “Portugal Livre não é apenas um jornal de oposição – é o órgão da Democracia Portuguesa, o porta-voz do MNI, cada um dos seus leitores que o faça chegar a Portugal e prestará à causa da Liberdade um grande serviço”¹². Era perceptível reconhecer “a voz” de Delgado nas mensagens das primeiras edições e, de fato, o jornal tinha um caráter exclusivista e centralizador.

Pode-se afirmar por fim, que o jornal nasceu da ânsia por uma nova solução ao modo de ação da oposição a partir do exílio, impulsionado pela campanha de 1958 e, sobretudo, pela vinda de Humberto Delgado para o Brasil. Contudo o general não é o protagonista ou figura central desta reorganização política da oposição no exílio brasileiro, mas sim funcionou como catalisador de forças e vontades que já se apresentavam latentes no seio da oposição. Ainda que o nome do jornal, *Portugal Livre*, remete à campanha de Delgado e aos inúmeros cartazes colados nas ruas de São Paulo para recepcionar o general, com a sua foto emoldurada pelas cores vermelho e verde e as duas palavras na parte superior, (ver ANEXO 2).

3.2 OS ENVOLVIDOS

Para editar e colocar em circulação o *Portugal Livre*, não houve tantas dificuldades como aconteceu com o início do *Portugal Democrático*, isto por trata-se de um jornal redigido, acima de tudo, por jornalistas, que soma a própria experiência dos envolvidos. Os redatores principais eram Miguel Urbano Rodrigues, Victor da Cunha Rego e Santana Mota - os três advindos do *Diário Ilustrado* e colegas de trabalho no *O Estado de S. Paulo* - contavam ainda

¹¹ *Idem*.p.815.

¹² *Portugal Livre*, ed. 1, Fl. 3, nov. de 1959 - CD25a.

com o apoio de jornalistas e escritores brasileiros, como Paulo Duarte e Cláudio Abramo e claro, figuras controversas, como Henrique Galvão e Humberto Delgado.¹³

Paulo Duarte era brasileiro, arqueólogo, escritor, e professor da Universidade de São Paulo, mas foi no cargo de editor da revista *Anhembi*, que deu apoios a diversos portugueses que criticavam o governo de Salazar¹⁴. O próprio Duarte demonstrava um excesso de elogios por Humberto Delgado, e acabava comprando brigas e rixas que este fazia em terras brasileiras, como exemplo a querela com os comunistas ou com Sarmiento Pimentel¹⁵. Paulo Duarte era contra qualquer tipo de censura, e publicava facialmente artigos assinados por Adolfo Casais Monteiro e outros democratas, inclusive textos com pseudônimos.

Claudio Abramo, neto de anarquista italiano, era declaradamente de esquerda, cresceu sobre influência de líderes socialistas brasileiros como Paulo Emílio Salles Gomes, Lívio Xavier, Mário Pedrosa e Hermínio Sacchetta, entre outros. Iniciou seus trabalhos no O Estado de S. Paulo em 1948, a convite de Sérgio Millet e Paulo Duarte, ambos simpatizantes das lutas anti-salazarista, organizando durante os anos cinquenta a reforma gráfica e editorial do mesmo, conferindo um aspecto mais moderno aos editoriais brasileiros. Em 1956 ofereceu-se como responsável na fundação do jornal *Portugal Democrático*, pois a legislação no Brasil exigia que o editor de qualquer jornal publicado no país fosse brasileiro. Contudo não chegou a trabalhar na prática no jornal, mas somente no *OESP* até 1964.¹⁶ A ele coube o cargo de diretor do *Portugal Livre*, pelos mesmos motivos que o levaram a colaborar anteriormente, as leis brasileiras. Sua participação no jornal era mais restrita ao apoio para o funcionamento, emprestando o nome para obter o aval do estado brasileiro, do que uma direção propriamente dita, quase nunca aparecendo nas reuniões do jornal, mas apenas trocando informações com os demais integrantes na redação do *OESP*.

Celso Ribeiro Bastos era brasileiro, filho de portugueses residentes no Brasil. Seu pai chamava-se Joaquim Ribeiro Bastos, um comendador português que acreditava na derrota de Salazar, e financiava projetos oposicionistas, tal como o fez com o *Portugal Livre*. Legalmente ele aparecia como editor e proprietário do jornal, em virtude da necessidade da lei brasileira, como já fora salientado. Mas, diferente de Abramo, o jovem estudante universitário de direito atuava no jornal, seja com artigos ou auxiliando em funções administrativas. Além disto, Celso Ribeiro Bastos fazia uma ponte interessante com a juventude universitária brasileira, então um movimento estudantil crescente, e aparecia como porta-voz

13 Este último não será descrito e analisado neste sub-capítulo, haja vista a ampla explanação do capítulo anterior.

14 Escreveu a obra DUARTE, Paulo. *História da Imprensa em São Paulo*. São Paulo, ECA/USP, 1972.

15 Entrevista de João Alves das Neves Urbirajara Ramos Bernini em 22/01/2004.

16 OLIVEIRA, F. R. *Op. Cit.*, 95.

desta mocidade que simpatizava com a luta dos portugueses, e reconhecia em Portugal um país gêmeo de passado comum, e, portanto luta comum:¹⁷

Como estudante brasileiro, sinto-me com autoridade moral suficiente para não me conformar com os procedimentos de meus condiscípulos d'Além-mar", devem vencer as muitas dificuldades impostas e se organizarem de forma maciça em tornos de centros acadêmicos ativos, verdadeiros e conscientes.¹⁸

Para título de descontração e curiosidade, vou colocar aqui uma passagem no mínimo cômica entre tantas que se vivenciaram no exílio, que envolveu o pai de Celso Ribeiro Bastos. Era então o primeiro dia de Humberto Delgado no Brasil, e este, ao ver a programação de sua recepção, chamou a atenção de Miguel Urbano Rodrigues para o jantar daquela noite e sugeriu o seguinte: "Os últimos meses foram para mim tão duros, que sinto falta de um convívio civilizado em ambientes marcados pela distinção. Sugiro que o traje neste jantar seja de rigor, os homens de smoking e as mulheres de vestido longo"¹⁹. A noite fora na casa de Joaquim Ribeiro Bastos, pai de Celso, com a presença de no máximo doze convidados, entre eles: Joaquim e sua esposa Aparecida, altamente deslumbrante, e ao mesmo tempo deslumbrada, um colunista do *OESP*, Humberto Delgado, Miguel Urbano Rodrigues e Sarmiento Pimentel, então delegado como coadjuvante em um canto da mesa. Durante o brinde Delgado fez um discurso inflamado enaltecendo os supostos valores antifascistas de Ribeiro Bastos, lutador incansável e honrado, ao contrário dos comendadores parasitas do Estado Novo, "gente ignorante, vaidosa, reacionária, faminta de condecorações e honrarias", e terminou seu discurso que em um dia não tão distante receberia este perfeito casal no Palácio de Belém: "Neste dia, meu caro Ribeiro Bastos, fá-lo-ei Grande Oficial e a Vossa Excelentíssima Dona Aparecida, comendadora!"²⁰

O capitão ex-deputado por Angola, Henrique Galvão nunca esteve exilado no Brasil antes do assalto ao Santa Maria, nem tampouco participou das reuniões da redação e da administração do jornal, mesmo assim foi o colaborador que mais publicou no jornal, em um total de quinze artigos assinados, sem contar as quatro últimas edições, repletas de artigos assinados pelo DRIL, do qual Galvão era líder juntamente com Sotomayor. Os textos de Galvão eram enviados ora de Portugal, ora de Buenos Aires, e a maioria de Caracas, Venezuela, país que lhe concedeu asilo político sem antes pedir asilo no Brasil. Em carta enviada para o então presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek, Galvão afirma que fora convidado pela Universidade de Caracas para lecionar em um curso de estudos africanos, e ainda demonstra sua indignação e tristeza em virtude da demora para obter o visto para o Brasil a partir da embaixada brasileira situada em Buenos Aires.²¹

17 "A Vossa luta também é nossa" Celso Ribeiro Bastos. *Portugal Livre*, ed. 1, Fl. 5 - Nov. de 1959 - (CD25a).

18 Celso Ribeiro Bastos. "Estudantes de Portugal: o que esperais?" *Portugal Livre* Ed.5. mar. 1960, Fl. 1. (CD25a).

19 RODRIGUES, Miguel Urbano. *Op. Cit.* p. 165.

20 *Ibidem*, p. 166.

21 "Galvão e o Brasil", Henrique Galvão, *Portugal Livre*, ed. 1, Fl. 3, nov. de 1959 - (CD25a).

Se o jornal pretendia agir, mais do que noticiar, Galvão é o exemplo maior desta ação: contatara uma série de portugueses e espanhóis em Caracas para preparar a “Operação Dulcinéia”, mais conhecida como o assalto ao transatlântico Santa Maria. Além disto, ele era dono de uma opinião forte, sem meias palavras e beirava a inconsequência, seja para falar de comunistas ou expor seu ponto de vista acerca das colônias portuguesas, ou ainda através da literatura, com a coluna “Pax Lusitana”, Galvão publicou uma série de poesias engajadas, algumas destas inéditas. Tanto o assalto ao Santa Maria, quanto opiniões sobre o colonialismo quanto a poesia de Galvão são temas para o capítulo seguinte.

Miguel Urbano Rodrigues teve papel fundamental em vários setores e momentos do exílio brasileiro - como mostrado no capítulo anterior, foi responsável pela reformulação no *Portugal Democrático* e partiu dele a idéia de fundar um novo jornal. O jornalista ganhou notoriedade com uma série de artigos sobre Portugal oprimido pela ditadura de Salazar, que escreveu para o jornal *O Estado de S. Paulo* logo nas primeiras semanas em que fazia parte da redação do jornal.²² É muito relevante ressaltar que a sua condição de vida no Brasil mudou para melhor, morou em uma casa de dois pisos ampla, com quintal e jardim, fato que não seria possível em Portugal, com tanta facilidade.²³ Não obstante a sua casa foi ponto de morada provisória e também de acolhimento para muitos de seus conterrâneos, com suas respectivas esposas, como Victor da Cunha Rego. O exemplo da trajetória de Rodrigues pode ser um contraponto a tantas outras que não tiveram a mesma sorte, ou contatos, em terras brasileiras.

De modo generalizante os textos do jornal seguiam uma estrutura básica, que passava pela desconstrução do Estado Novo, com caracterização extremamente pejorativa e caricata de Salazar, até chegar numa exaltação do Brasil e sua relação com o Portugal para terminar com glorificação à liberdade e à democracia. Entretanto, os textos de Miguel Urbano Rodrigues mostraram-se mais maduros e propunham, em sua maioria um debate mais rico e caloroso com questões pontuais e detalhadas, tendo escrito um total de oito artigos assinados sobre seu nome, além do cargo de redator.

Victor da Cunha Rego conheceu Miguel Urbano Rodrigues quando este era diretor do *Diário Ilustrado*, ainda em Portugal, quando abandonou o curso de direito e havia pedido emprego no referido jornal. Sua escrita não se revelou muito boa no início, mas sua criatividade para obter furos jornalísticos foi suficiente para, aos poucos, subir do cargo de arquivista para a redação. Esteve ao lado da decisão de Miguel Urbano Rodrigues quando da demissão coletiva do *Diário Ilustrado*, e foi para o exílio no Brasil. Virou jornalista

²² *Ibidem.* p.145.

²³ RODRÍGUES, M. U. *Op Cit*, p. 150.

noticioso nos quadros *O Estado de S. Paulo*²⁴; e, paralelamente publicou uma série de artigos no *Portugal Democrático* no ano 1958, que trouxeram ao público a ação da censura a frente do *Diário Ilustrado*, o que acabou por desmontar os sonhos de diversos jovens, segundo o autor, sem uma consciência ideológica ou coerência política formada, mas que exerceram a coragem de desafiar o poder vigente.²⁵ Cunha Rego escreveu um total de nove artigos durante a breve duração do jornal além de algumas notas curtas, que comunicavam sobre assinaturas, além de alguns editoriais e matérias informativas, aquelas que expressavam uma opinião coletiva e não possuíam assinatura.

Thomaz Ribeiro Colaço era um monarquista com acentuado caráter anticomunista, morava inicialmente no Rio de Janeiro e apoiou o general desde sua chegada. Estava radicado com sua família no Brasil desde o início da década de quarenta, e já possuía netos nascidos em território brasileiro. Em virtude deste contexto, os motivos que o fizeram sair de Portugal está fortemente ligado à Segunda Guerra Mundial, como afirmado pelo próprio autor: “exilei-me de Portugal porque a ditadura se acumpliciava com o imperialismo espanhol sequioso de anexar a minha pátria e com um Hitler disposto a escravizar-nos”.²⁶ Entretanto ele não esperava que a influência de Salazar pudesse alcançar tão longe, pois ainda no Estado Novo de Getúlio Vargas foi-lhe impedido de escrever por um ano e meio, em virtude da pressão sofrida pelo governo português através da embaixada no Brasil. Contudo após o incidente, Colaço escreveu artigos ainda mais fortes contra a Ditadura de Salazar, e recebeu uma ameaça de cassarem sua nacionalidade.²⁷ O editor do *Diário da Manhã* foi proibido pelo DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) de publicar artigos assinados por Ribeiro Colaço, porém o editor não gostou da proibição e permitiu que continuasse a escrever sobre outro nome, e passou a adotar provisoriamente o pseudônimo de Raimundo Calado.

Costa de Amorim escrevia regularmente uma coluna pequena, intitulada “Crônica do Rio”, que trazia sempre um texto com forte crítica política, mas com muita ironia e bom humor. Nem sempre os nomes principais eram revelados, às vezes eram feitos comparativos e anedotas, como a relação feita por Amorim entre líderes do regime e com personagens de Eça de Queiroz, aonde Salazar aparecia como a Tia Patrocínio presente na obra *A Relíquia*, igualmente austera, católica, pudica, odienta e implacável.²⁸ As crônicas de Costa de Amorim eram verdadeiras caricaturas escritas.

24 *Idem.* p. 109.

25 *Idem.* p.134.

26 Thomaz Ribeiro Colaço. “Requerimento ao Presidente da República do Brasil”. *Portugal Livre* Ed.3, jan. 1960. Fl. 2. (CD25a).

27 Thomaz Ribeiro Colaço. “Requerimento ao Presidente da República do Brasil”. *Portugal Livre* Ed.3, jan. 1960. Fl. 2. (CD25a).

28 Costa de Amorim. “Crônica do Rio: a tia Patrocínio”. *Portugal Livre* Ed.7, mai. 1960. Fl. 8. (CD25a).

3.3 A ESTRUTURA E MANUTENÇÃO DO *PORTUGAL LIVRE*

O jornal passava por uma verdadeira maratona para chegar às ruas mensalmente, cujos integrantes e colaboradores faziam uma ou duas reuniões mensais para tratar dos temas, selecionar textos, dividir funções e solucionar problemas referentes à parte burocrática. A sede provisória ficou no centro da cidade de São Paulo. No quinto andar da Rua Direita, em um edifício muito bem localizado, contudo ficaram somente um mês neste endereço. Já em janeiro de 1960 a redação muda para a rua Quinze de novembro, e passa a ter um expediente fixo. A sala não era muito grande, e durante os dois primeiros meses ficava quase sempre vazia, com algum secretário ou voluntário, mas de qualquer forma o local funcionava mais como ponto para receber correspondências do que como uma redação propriamente dita. Vale ressaltar novamente que os envolvidos faziam jornadas duplas para manter-lo e, portanto, a boa vontade e o voluntariado eram indispensáveis para seu pleno funcionamento. Victor da Cunha Rego e Miguel Urbano Rodrigues desdobravam-se em muitas tarefas burocráticas, para além das tarefas de redação, como escrita e diagramação, acompanhavam a montagem tipográfica e iam aos correios, pois era através de cartas que a relação com diversos colaboradores era mantida, sobretudo a distribuição internacional. E ainda distribuía o jornal, com a ajuda de Celso Ribeiro Basto, o filho de Ribeiro Bastos.

A presença de um número maior de jornalistas profissionais na redação do *Portugal Livre*, fez com que este apresentasse um projeto gráfico ligeiramente melhor que o *Portugal Democrático*.²⁹ O jornal apresentava um formato padrão para época: continha, em média, oito páginas, sendo cada uma delas dividida em cinco colunas contendo os textos, que por sua vez eram ligeiramente mais extensos que os encontrados em jornais diários, isto por se tratar de um jornal de freqüência mensal, cujos escritores possuíam um tempo maior para preparar artigos mais longos. Aqui e acolá apareciam algumas imagens de personalidades da oposição, de elementos do regime ou das colônias africanas, em uma média de quatro fotografias por edição. O *Portugal Livre* não fazia cobertura fotográfica completa, tal como seu “rival”, que disponibilizava mais de uma folha para ilustrar um evento, como exemplo a cobertura da chegada de Humberto Delgado, ou os jantares comemorativos do 5 de outubro. As fotografias eram cedidas por colaboradores com acervos pessoais ou através de jornalistas colegas de outros jornais, como o *OESP*.

O capital inicial para editar e colocar o jornal em circulação era escasso e, portanto, cada ajuda era bem vinda. Além da contribuição dos envolvidos através dos serviços prestados, cada integrante se comprometia a ajudar com uma quantia mensal, que não era

²⁹ *Idem*, p.191.

fixa. Outra forma de contribuição vinha de seu financiador, Joaquim Ribeiro Bastos, pai de Celso Ribeiro Bastos que mais tarde viria a contribuir também com o DRIL³⁰. Em um segundo momento três novas fontes de renda ajudaram a manter o *Portugal Livre*, tais como os escassos anúncios publicitários, as assinaturas, cheques e contribuições do estrangeiro.

Uma pequena parte dos fundos para a manutenção e edição do jornal era proveniente de anúncios feitos em suas páginas, uma vez que estes eram raros, tendo havido somente duas propagandas em todas as edições. Ambas as propagandas eram bem ilustradas e informativas. A primeira era uma chamada publicitária de folha inteira da NAB - Navegação Aérea Brasileira S.A, que apresentava tarifas baixas com vôos a partir de São Paulo para todo o Brasil. O outro era da empresa Ypiranga Auto-Locadora, com filiais em São Paulo e Rio de Janeiro, cujo slogan era: "Alugue e dirija você mesmo!". As duas empresas eram de donos brasileiros e a pesquisa não permitiu concluir se estes possuíam ligações com o movimento oposicionista no Brasil ou se somente viam no jornal um meio de divulgar sua empresa. O fato é que o *Portugal Livre* saía em tiragem limitada e para um público bem específico, e isto poderia dificultar a venda de suas páginas para anúncios comerciais.

Nos primeiros seis meses o jornal tinha uma circulação menor, com tiragem de três mil exemplares, e quase sempre conseguia vender um pouco mais que a metade deste valor. O preço de um exemplar avulso era de Cr\$5,00 (cruzeiros), enquanto que a assinatura regular anual era de Cr\$100,00. O preço de capa não era caro, se comparado aos demais periódicos brasileiros da época, incluindo jornais diários, que custavam uma média de Cr\$3,00 por edição. Já nos dois últimos meses passou a custar Cr\$10,00 em São Paulo e Cr\$15,00 para os demais estados.

Havia representantes do jornal situados em outras cidades brasileiras, a exemplo de Luis de Almeida Carvalhal, no Rio de Janeiro e Virgolino Pereira Vilhena em Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais. Suas funções eram tratar de assuntos administrativos, pagamentos e assinaturas, como também a venda avulsa de alguma edição. A partir de abril de 1960 o jornal passou a ser vendido em Paris, França, em um quiosque de jornais na região central da cidade.

Durante o jantar de comemoração do 5 de outubro realizado no Rio de Janeiro de 1960, Miguel Urbano Rodrigues desabafou sobre os percalços financeiros que a oposição enfrenta³¹. Segundo Urbano, há um enorme abismo entre o dizer e o ser, de forma que é muito fácil defender uma posição, mas difícil agir em prol, pois muitos oposicionistas

30 Infelizmente não foi possível quantificar o valor tanto das doações de Ribeiro Bastos, quanto dos demais colaboradores, acreditamos que tais contribuições não eram sempre documentadas, baseadas em acertos orais e informais.

31 O jantar foi presidido por Humberto Delgado, com a presença de mais de trezentas pessoas, incluindo o e ex-embaixador Alvaro Lins, com discursos de João Alves das Neves, Vitor Ramos, Miguel Urbano Rodrigues, e ainda os discursos que foram publicados no jornal de Manuel Sertório e Paulo de Castro.

tem adesões formais, sem nenhum sacrifício, e isto não conta pagar uma mensalidade de jornal, ir a um jantar ou bater palmas no aeroporto com a chegada de Humberto Delgado. O panorama seria diferente se todos se doassem mais à causa, e isto inclui financeiramente, já que a falta de recursos dificulta a introdução de propagandas em Portugal e mesma uma rede sólida entre portugueses emigrados pelo mundo.³²

“Apesar de justificado pela necessidade de comemorar um belo exemplo, o jantar do 5 de outubro é em si a demonstração de um absurdo. Estarão aqui nesta sala uns trezentos portugueses que gastaram uns 200 contos numa só noite para se associarem a uma manifestação da oposição. Essa verba corresponde aproximadamente ao orçamento de meio ano de um jornal de oposição. Com ela poderia imprimir-se uma imensa quantidade de material de propaganda ou proceder-se à edição e distribuição pelo mundo de cerca de 40.000 jornais!”³³

Ao fim pediu desculpas aos brasileiros presentes e disse que não é vergonha falar em má situação financeira em comparação com a pobreza em Portugal. Assim, o Rodrigues fez um apelo para que contribuam mensalmente, pois apenas algumas dezenas o fazem, e para começar, que deixassem o mesmo valor da importância do jantar na saída para a causa. Ao final diz que é um tabu falar em dinheiro em ocasião como estas, mas muitos tabus precisam ser quebrados para derrubada do regime.

A própria assinatura dos jornais era, para muitos dos outros exilados que não se envolviam diretamente com questões oposicionistas, um meio de apoiar esta causa. José de Oliveira Carvalho era português e simpatizante de Delgado, morava no Rio de Janeiro, havia apoiado o general quando recém chegara ao Brasil. Apoiava o jornal divulgando sua publicação e conseguindo cada vez mais assinantes, tais como Manoel Ferreira da Silva de Niterói, e Averaldo Lopes Rodrigues e Manoel Oliveira e Silva, ambos residentes do Rio de Janeiro,³⁴ ao passo que o jornal agradeceu, e salientou que era de extrema importância estabelecer comunicação com democratas portugueses afastados do contato direto com as organizações de resistência³⁵. Este era um dos principais objetivos do jornal: divulgá-lo para a colônia portuguesa no Brasil e, acima de tudo, dentro do território português, o que configurava como a tarefa mais complicada.

A Portugal chegavam algumas dezenas de exemplares. A maioria seguia em envelopes timbrados de instituições inexistentes (Como nomes sagrados como os de Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral, Nossa Senhora de Fátima, e de congregações religiosas fantasistas.³⁶

Em todas as dezesseis edições do *Portugal Livre* encontram-se apelos para enviarem o jornal para Portugal, pois, mais do que escrever para oposicionistas exilados o jornal deveria ser lido por conterrâneos que não tinham acesso a muitas informações, em virtude

32 Miguel Urbano Rodrigues. “Um apelo de M. U. Rodrigues”. *Portugal Livre* Ed.13. nov. 1960. Fl. 4. (CD25a).

33 Miguel Urbano Rodrigues. “Um apelo de M. U. Rodrigues”. *Portugal Livre* Ed.13. nov. 1960. Fl. 7. (CD25a).

34 Correspondência de J. Oliveira para *Portugal Livre*. Espólio J. Oliveira Carvalho, correspondência 17. [3/8/60].. (CD25a).

35 Correspondência de *Portugal Livre* para J. Oliveira. Espólio J. Oliveira Carvalho, correspondência 18. [3/8/60].. (CD25a).

36 RODRIGUES, M. U. *Op. Cit.* p.189.

da censura, como no trecho seguinte: “para o objetivo que presidiu o lançamento de “Portugal Livre” seja alcançado, é indispensável que o órgão do MNI chegue a todas as vilas de Portugal, levando lhes, mês após mês as palavras de esperança de Humberto Delgado”.³⁷

Um correspondente de Lisboa reportou sobre a ampla repercussão das primeiras edições do *Portugal Livre* em Lisboa, inclusive entre os militares, aonde eram possíveis ver cópias mimeografadas dos artigos nos gabinetes.³⁸ Esta é uma informação que não foi possível verificar a veracidade, mas a PIDE sabia da existência do jornal, e mantinha a presidência do conselho informada sobre suas ações e matérias. Durante a pesquisa foram encontrados cortes de jornal nos arquivos Oliveira Salazar, e relatando o início de suas atividades em terras brasileiras.³⁹

3.4 OS COLABORADORES

Além dos nomes acima citados, o jornal recebia textos de escritores colaboradores, não somente para dar conta da demanda de artigos sobre Portugal de Salazar, mas para expor pontos de vista de determinados especialistas que escreviam dossiês temáticos espalhados em várias edições do jornal. Por outro lado, a colaboração em forma de artigos era uma maneira de contribuir para oposição no exílio, sobretudo para aqueles que não residiam em terras brasileiras. Assim, a colaboração exerce outra função importante: de conectar diferentes pessoas ou núcleos oposicionistas situados em diferentes partes do mundo, tais como França, Venezuela, Argentina, Argélia, Angola, Estados Unidos e o próprio Portugal. As colaborações vinham sob nomes reais, quando estes residiam fora de Portugal, anônimo ou sob pseudônimo, principalmente de correspondentes especiais em Lisboa ou no Porto, que precisavam manter sua identidade longe do crivo da PIDE. Infelizmente não foi possível descobrir todos estes nomes secretos envolvidos com o *Portugal Livre*, lacuna criada em virtude de uma clandestinidade necessária pela qual passavam estes colaboradores.

O jornal funcionava como uma espécie de caixa de ressonância, pois republicava matérias de outros jornais cujo acesso não era tão fácil, tais como os periódicos ingleses *Evening Standard* ou *Daily Mail*, na ocasião da cobertura da visita de Humberto Delgado à Europa, ou o brasileiro como *O Estado de S. Paulo*, como já salientado possuía uma redação repleta de portugueses. A manobra tinha algumas importantes funções, como divulgar a opinião internacional acerca do regime dentro do território português e cobrir eventuais furos na diagramação que a pressa da redação exigia, o que acabou por solidificar o laço

³⁷ *Portugal Livre*, ed. 1, Fl. 5, Nov. de 1959 - CD25a.

³⁸ “1960 - ano da esperança”. *Portugal Livre* Ed.3, jan. 1960. Fl. 6. (CD25a).

³⁹ Arquivo Salazar, PC-77 cx. 593, subd. 30. ANTT, Lisboa, Portugal.

com jornalistas estrangeiros que simpatizavam com a causa dos anti-salazaristas, como era o caso dos colaboradores Basil Davidson e Marvin Harris.

Basil Davidson era colaborador do *OESP* e colunista do semanário de esquerda inglês *The New Statesman*, jornal que deu amplo apoio à fuga de Galvão e à viagem de Delgado, e estava sendo processado por Salazar. A sua relação com o *Portugal Livre* deu-se com a publicação de um artigo de sua autoria, e o envio de uma carta, pelo jornalista inglês, saudando o jornal pela sua atitude de reeditar seu texto e, sobretudo na posição anti-colonialista assumida pela redação.⁴⁰

Outro importante colaborador internacional foi Marvin Harris, antropologista da Universidade de Columbia, escreveu um trabalho sobre Moçambique “A first hand report on Labor and Education in Mozambique”⁴¹ quando visitou o continente africano. Seus artigos, claros e didáticos, eram direcionados para todos os leitores e não somente para portugueses e opositores. Obviamente que o jornal era aberto a todos, inclusive brasileiros, mas o texto de Harris esclarecia dúvidas sobre diversas questões das colônias portuguesas, fugindo dos jargões de textos fervorosos contra os horrores do Estado Novo ou à favor da liberdade.⁴² Foi de sua autoria um longo dossiê sobre a presença portuguesa em África, intitulado *Portugals African Wards* (Tutelados Africanos de Portugal), que passou por detalhes bem específicos sobre a condição social do nativo até os problemas enfrentados pela negligência do sistema colonial. O texto discute os mecanismos de regulamentação do nativo, através do “regulamento dos serviços indígenas” e outros meios de coerção e controle, como o estatuto de cidadania para os africanos, buscando sempre separar o que dizia a lei e o que ocorria efetivamente na prática.⁴³

Uma das poucas mulheres que colaboraram com o jornal foi Yovone Felman, jornalista de São Paulo e ex-redatora dos jornais *Diário de S. Paulo* e *Última Hora*, caracterizou-se por uma escrita politizada de gênero e em defesa da democracia. Escreveu um dossiê intitulado “Diálogo com a Mulher Portuguesa”, aonde busca encorajar as mulheres na luta contra o salazarismo, evocando a importância feminina na História de Portugal e seu papel, então adormecido, no mundo contemporâneo.

Francisco Vidal escreveu o mais longo dossiê do jornal, trata-se de uma série de artigos detalhados com os problemas de Portugal na área da saúde, com dados atualizados e fornecidos pela Organização Mundial da Saúde e números divulgados pelo próprio regime. Os artigos continham descrição comentada do *Estudo sobre a carreira médica*, editado pela

40 Basil Davidson. “Questões do Ultramar português”. *Portugal Livre* Ed.4, Fl.2 Fev. 1960. (CD25a).

41 Basil Davidson. “O colonialismo Salazarista”. *Portugal Livre* Ed.2, dez. 1959 Fl. 5. (CD25a).

42 Marvin Harris. “A política de Portugal em África II – O indigenato”. *Portugal Livre* Ed.6. abr. 1960 Fl. 4. (CD25a).

43 Marvin Harris. “A política de Portugal em África III – controle do indígena”. *Portugal Livre* Ed.7, mai. 1960. Fl. 2. (CD25a).

Secção Regional de Lisboa da Ordem dos Médicos, o que denotava uma linguagem técnica e bem específica em cada uma das dez edições. Entre os temas tratados por Vidal estão a criação do Ministério da Saúde, as doenças infecciosas e a luta contra a tuberculose,⁴⁴ e ainda a mortalidade infantil, assistência psiquiátrica e o atendimento domiciliar.⁴⁵

A partir da quarta edição Humberto Delgado iniciou uma série de artigos organizados em torno dossiê temático intitulado “A corrupção nas forças armadas”, no qual buscava mostrar os bastidores das forças armadas portuguesas, usando segredos que somente um general poderia saber, para firmar sua argumentação áspera e condenatória. Na mesma edição Guilherme Morrey Rodrigues iniciou uma série de artigos sobre Cabo Verde, com breve introdução sobre sua História, para em seguida passar aos problemas de infra-estrutura, educação, saúde e, sobretudo condições de trabalho no arquipélago. A primeira edição foi dedicada à Ilha de Santiago, para na edição do mês seguinte debruçar-se somente sobre os problemas da ilha de São Vicente.⁴⁶ Não obstante, Morrey Rodrigues fundou e presidiu “União dos Cabo-verdeanos Livres” naquele mesmo ano, na cidade de São Paulo.

O jornal transcreveu alocuções de Sertório e Delgado, este último incessantemente repetido, para celebrar o início da transmissão da rádio *A Voz de Portugal Livre*, “algures ao largo da costa americana”, situado na costa da Venezuela. Os programas eram dirigidos para Portugal, Espanha, Brasil, Estados Unidos e África portuguesa, cada um com horários, banda e frequência específicos.⁴⁷ Durante o segundo mês não foi possível transmitir as ondas de frequência da rádio para Portugal e África em virtude de avarias em alguns equipamentos e deficiência técnica, mas o jornal dedicou uma folha inteira em quatro de suas edições mensais.⁴⁸ A rádio contou com a ajuda do português Camilo Mortágua, jornalista e técnico de radiodifusão. Mesmo com os percalços para colocar em funcionamento, foi a primeira tentativa de estabelecer uma rádio clandestina a partir do exílio.

3.5 A MENSAGEM DA PRIMEIRA EDIÇÃO

Todo o contingente que vinha escrevendo regularmente no *Portugal Democrático* e que havia concordado em participar da redação do *Portugal Livre*, preparou textos novos para o recém criado veículo da oposição portuguesa. Os artigos tocavam todos em um mesmo tom, e este não estava subentendido e nem nas entrelinhas, pois apresentava uma mensagem e clara e pesada: propunha uma reorganização em torno da figura de Humberto

44 Francisco Vidal. “A saúde pública em Portugal”. *Portugal Livre* Ed.4,Fl.4 Fev. 1960. (CD25a).

45 Francisco Vidal. “A saúde Pública em Portugal II”. *Portugal Livre* Ed.5. mar. 1960, Fl. 4. (CD25a).

46 Morrey Rodrigues. “I- Ilha de Santiago”. *Portugal Livre* Ed.4,Fl.5 Fev. 1960. (CD25a).

47 “Portugueses: escutai a emissora revolucionária”. *Portugal Livre* Ed.8, jun. 1960. Fl. 4. (CD25a).

48 “Portugueses: escutai a emissora revolucionária”. *Portugal Livre* Ed.9, jul. 1960. Fl. 5. (CD25a).

Delgado, com intenções de gerir, à partir do exílio uma oposição dinâmica, que articularia diferentes núcleos em outros continentes, para assim chegar até Portugal.

Segundo Miguel Urbano Rodrigues, a adesão de Humberto Delgado fora sem qualquer compromisso, e aconteceu, sobretudo, pela participação de Galvão.⁴⁹ Entretanto a primeira edição evoca os nomes do general e do capitão a todo instante, sejam nas fotografias de capa, uma com Delgado acenando para o povo no aeroporto em São Paulo, e outra de Henrique Galvão e Thomaz Ribeiro Colaço juntos, como nos dois editoriais publicados na capa. Já na página seguinte há uma cobertura da vigem de Delgado à Venezuela, realizada entre 17 de outubro e 5 de novembro de 1959, com um artigo sobre a visita, juntamente com Galvão e outros líderes da Junta Patriótica Portuguesa e do Comité Venezolano pro-democracia Y Libertad de Portugal. Os textos são diretos e enfáticos, mais do que mostrar os projetos do jornal, o artigo de Delgado é polêmico, e não havia como não se manifestar diante dele, como o próprio nome sugere “Definindo Posições”, aonde indica que este não seria um veículo que representaria um único partido e sim, a “voz da massa portuguesa” e porta-voz de todos os oposicionistas:

Não professamos o anticomunismo demagógico do Estado corporativo. Condenemos as violências e os crimes cometidos contra indivíduos comunistas, como atentatórios do respeito devido a pessoa humana, mas deixamos claro que entre eles e nós nada há de comum. Para além de fachadas e “slogans” e reconhecendo que foram heroicos os sacrifícios de certos militantes, é tempo de dizer que o vírus comunista é um dos fatores que tem impedido os democratas portugueses de se entenderem.⁵⁰

No editorial de Henrique Galvão, “Salazar e os comunistas”, há ligações entre o comunismo e todas as formas totalitárias e ditatoriais de governo que supostamente o partido comunista opõe, afirmando que “existe uma verdadeira aliança tática entre o cordeiro carnívoro de Santa Comba e os falangistas do bolchevismo”, haja vista que os comunistas usam da democracia para justificar sua oposição, quando na verdade a ideologia é antidemocrática. Galvão usa de diversos exemplos de regimes vermelhos onde o projeto político e social original fora traído, contudo, procurar demonstrar respeito e consideração pela garra de determinados membros do PCP, já que Galvão os considera adversários “e não inimigos” e, portanto, não há possibilidades de aliança, contatos políticos ou entendimentos: “pois eles tem objetivos distintos dos democratas”⁵¹.

Como afirmado anteriormente, a primeira edição traz muitas mensagens sobre a nova configuração da oposição a partir do exílio, mas, sobretudo, para além dele. Isto porque o jornal *Portugal Livre*, então órgão oficial do MNI e porta-voz de Humberto Delgado, o presidente eleito da nação portuguesa, pretendia agir, mais do que comunicar e divulgar

⁴⁹ *Ibidem*.p.190.

⁵⁰ “Definindo posições”, Humberto Delgado, *Portugal Livre*, ed. 1, Fl. 1 - Novembro de 1959 - (CD25a).

⁵¹ “Salazar e os comunistas”, Henrique Galvão, *Portugal Livre*, ed. 1, Fl. 1 - Novembro de 1959 - (CD25a).

os fatos. O artigo de Miguel Urbano Rodrigues da primeira edição apontava para este novo caminho, ao tentar responder a pergunta: “como se explica que Portugal suporte passivamente, há mais de trinta anos, a ditadura do Dr. Salazar?”. Rodrigues busca no que o autor define como “falta portuguesa”, o traço que justificaria esta docilidade: “tenho para mim que a estranha docilidade lusitana é filha de uma crise de Esperança”. Para em seguida sugerir que Portugal terá muito trabalho quando o salazarismo terminar: é um erro “admitir que a simples substituição de um regime totalitário por um regime democrático resolverá instantaneamente os problemas da Nação”.⁵² Mas os argumentos do autor caminham para chegar a uma proposição: que todos devem unir-se em torno de uma pessoa, e este nome, então símbolo da idéia da Libertação em Portugal é Delgado, pois não há caminho para a derrubada do fascismo que não passe por ele. “Quem melhor do que o general Humberto Delgado pode ser o símbolo desta fraternidade? Ninguém. Por isso, todos os meses, a partir de agora, a sua palavra chegará a Portugal”.⁵³ Assim Delgado transforma-se em um símbolo, e o veículo principal deste símbolo é o *Portugal Livre*. Curiosamente foi o fato de ter sido declarado um símbolo da oposição por Sarmiento Pimentel no jantar em homenagem a sua chegada, que Delgado mostrou-se desgostoso. Agora, mais do que nunca, o jornal firmava-o como um ícone, tanto através das pequenas notas, das fotografias, quanto, e mais importante, a partir da opinião de seus colegas.

O desprezo de Delgado pelo comunismo está intimamente ligado à sua formação militar, e foi reforçado durante a campanha para presidente da república. Ao lembrar o porquê que o exército era anticomunista afirmou que “a tropa é anticomunista, principalmente porque, em primeiro lugar, tem de guardar a honra e oito séculos de História; e em segundo lugar tem nojo de ver homens equiparados às feras, ou melhor, colocados abaixo delas”⁵⁴. Enquanto que durante as eleições de 1958 afirmou “no início, fui ferozmente atacado pelos comunistas, que, por não poderem chamar de desonesto, estúpido, ignorante ou mau administrador, me chamaram fascista”.⁵⁵ e “continuei mesmo assim a ser acusado de pertencer ao Partido Comunista”⁵⁶. Segundo Fernando Rosas,

a escolha inicial do PCP de outro candidato – que não Delgado – não decorria, pois ao menos nessa época, de divergências de fundo sobre a estratégia e a tática de luta contra o regime. A hostilização inicial do PCP ao que apelidou de “general coca-cola” e de “general fascista” ter-se-á prendido, sobretudo, à tentativa de retomar a hegemonia política e organizativa da “unidade anti-fascista” perdida, com essa mesma unidade.⁵⁷

52 “Esperança e Fraternidade”, Miguel Urbano Rodrigues, *Portugal Livre*, ed. 1, Fl. 5, Nov. de 1959 – (CD25a).

53 “Esperança e Fraternidade”, Miguel Urbano Rodrigues, *Portugal Livre*, ed. 1, Fl. 7, Nov. de 1959 – (CD25a).

54 “Palestra feita na Emissora Nacional pelo Capitão-Áviador Humberto Delgado” em Diário da Manhã: Lisboa, 4 de setembro de 1936. *Apud.* MENESES, F. R. de. p.448.

55 DELGADO, Iva. (ET al.). *Memórias de Humberto Delgado*. (Cord.) Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1991. p.94.

56 *Ibidem.* p.95.

57 ROSAS, Fernando. *O País, o regime e a oposição nas vésperas de 1958*. In: Portugal Contemporâneo. Vol V. Lisboa, Publicações Alfa. 1990.p.20.

O jornal nasce com um paradoxo no que concerne sua própria função: como um jornal que se pretende ser o símbolo da união de todos os democratas, nega declaradamente a conciliação com o Partido Comunista Português? Veremos no próximo capítulo que este não é o único paradoxo que permeará os debates, dúvidas e intrigas no seio não somente da oposição no exílio, como do próprio *Portugal Livre*.

CAPÍTULO 4

A OPOSIÇÃO

O editorial de um ano do *Portugal Livre* centrava-se na palavra “independência” em diversos prismas: independência política de Portugal, independência partidária da linha editorial e independência das colônias africanas.¹ Entretanto veremos que estes mesmos temas, foram alguns dos fatores que levaram ao fechamento do jornal e que ilustram este quarto e último capítulo. A primeira parte aponta para o modo com que os exilados viam o Brasil e os assuntos pertinentes aos dois países, enquanto que os projetos neocolonialistas de Delgado e Henrique Galvão são analisados em seguida, juntamente com uma série de intervenções e colaborações do capitão para com o jornal, principalmente através das suas “Cartas abertas”. As duas últimas partes versam sobre as divergências dentro da oposição e o assalto ao pacote Santa Maria, que como veremos, mudaria novamente os rumos da oposição no exílio.

4.1 A RELAÇÃO COM O BRASIL

Como se trata de um jornal editado em território brasileiro, era inevitável ou mesmo natural, que assuntos pertinentes aos dois países figurassem as páginas do *Portugal Livre*, e portanto, não poderiam ser excluídos da pesquisa. Vimos como os exilados misturavam-se em diversos círculos, como em redações de jornais ou no meio acadêmico, em uma relação que por vezes transpassava os interesses políticos. Além disto, o discurso dos colaboradores era repleto de agradecimentos e imagens construídas com base na História em comum entre as duas nações e uma pré-estabelecida relação de irmandade entre as nações.

O governo brasileiro em nenhum momento proibiu a circulação do *Portugal Livre*, contudo isto não significa que a sua relação com os oposicionistas era tranquila. Ao contrário disto, o presidente Juscelino Kubitschek protagonizou alguns dos temas mais corriqueiros percebidos nas folhas do periódico e acabou por ser alvo de críticas de jornalistas, políticos, brasileiros e portugueses. Desta maneira, a viagem para Portugal a convite de Salazar em virtude das comemorações henriquinas e as querelas envolvendo o embaixador Álvaro Lins no “Caso Delgado” são os temas abordados nesta parte da dissertação².

Álvaro Lins era advogado, jornalista, professor e crítico literário, cuja obra ultrapassa mais de vinte livros escritos. Em 1955 foi eleito para Academia Brasileira de Letras e poucos anos antes, foi um dos jornalistas responsáveis por alavancar a campanha política de Juscelino Kubitschek para presidência da república. Não obstante, tornou-se chefe da casa

¹ “O nosso aniversário”. *Portugal Livre* Ed.13. Fl. 3, nov. 1960. (CD25a).

² Sobre a relação entre JK e o colonialismo português, ver: GONÇALVES, W. S. *O realismo da fraternidade: as relações Brasil-Portugal no governo Kubitschek*. 2 v. Tese (Doutorado em Sociologia) - Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994. E RAMPINELLI, W. J. *As duas faces da moeda: as contribuições de JK e Gilberto Freyre ao colonialismo português*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

civil do novo presidente entre janeiro e novembro de 1956 e em seguida foi enviado para ser embaixador em Portugal, país que havia estudado na sua mocidade.

O período no qual Humberto Delgado pediu asilo na embaixada brasileira em Lisboa ganhou forte repercussão internacional e gerou uma crise diplomática entre os países, fato que a imprensa internacional chamou de “Caso Delgado”, como vimos no segundo capítulo³. Entretanto aqueles acontecimentos continuaram a repercutir entre os opositores brasileiros, que acabaram por receber o apoio efetivo do ex-embaixador Álvaro Lins em diversas manifestações, além de jornalistas e intelectuais brasileiros.

O jornal abriu espaço para Álvaro Lins testemunhar sua versão dos fatos através da publicação de trechos de seu livro inédito, então intitulado *Diário*, com detalhes da ação que levou à crise diplomática entre Brasil e Portugal.⁴ A matéria da sétima edição teve uma repercussão positiva e logo outros escritores se manifestaram a seu favor e Lins tornou-se, aos poucos, porta-voz brasileiro da oposição no exílio. Como exemplo, o jantar realizado em sua homenagem realizado em São Paulo, dia 5 de julho, aonde fez um pronunciamento que condenava não a viagem que JK realizaria para Portugal em poucos meses, mas a posição de Kubitschek como co-anfitrião das comemorações. O jornal classificou o longo discurso como o início de uma “campanha nacional contra a viagem do presidente a Portugal”.⁵

Dias após o jantar, Álvaro Lins devolveu a Grã-cruz da Ordem de Cristo, então cedida a ele em 30 de dezembro de 1957 pelo governo português, e compartilhou seu descontentamento ao publicar o documento enviado à embaixada em 27 de julho de 1960. Uma semana depois, em 3 de agosto, remeteu uma carta para o presidente Kubitschek e rompeu as ligações com o mesmo. Ambos os documentos tiveram ampla divulgação e repercussão na política e na mídia brasileira, com apoio de notáveis jornalistas, como Julio de Mesquita Filho, então editor da *OESP*, maior jornal brasileiro na época, através do editorial dedicado a este assunto em quatro de agosto daquele ano.

O polêmico convite feito por Salazar para o presidente brasileiro tornar-se co-anfitrião das comemorações henriquinas que tomariam parte em diversas localidades em Portugal, como Guimarães e Sagres, se entrelaça com a querela envolvendo Álvaro Lins, pois este iniciou a sua divulgação, como acima citado. A viagem era pouco contestada, mas tomou proporções maiores com a circulação clandestina em Portugal, assim como no Brasil, de um manifesto intitulado “Carta Aberta ao Presidente Kubitschek de Oliveira”, publicado nas páginas do *Portugal Livre* e do *OESP*. O documento, entre outros temas, vinha

³ Lins relatou sua versão dos fatos na obra LINS, Álvaro. *Missão em Portugal*. Editora Civilização Brasileira, 1960.

⁴ “O caso Delgado no “Diário” de Álvaro Lins”. *Portugal Livre* Ed.7, Fl. 6 mai. 1960.. (CD25a).

⁵ “O Brasil contra a visita de J. Kubitschek a Portugal”. *Portugal Livre* Ed.8, Fl. 7 jun. 1960.. (CD25a).

assinado genericamente pelos Democratas Portugueses, e colocava em cheque as intenções do presidente brasileiro em visitar Portugal, e as consequências que isto poderia lhe causar. Ao fim faz um apelo para que esta viagem não se realizasse, pois as intenções de Salazar era mostrar a imagem de que o governo e o povo brasileiro apoiavam o Estado Novo.⁶

Houve uma repercussão do manifesto nos jornais *A Última Hora* e *OESP* e logo recebeu apoio de entidades nacionais,⁷ como a UBE - União Brasileira de Escritores - que transmitiu sua indignação junto a uma extensa matéria de capa da revista *Mundo Ilustrado* de 18 de junho de 1960, assinada por diversos escritores brasileiros que não apoiavam JK. O periódico carioca *Diário da Manhã* escreveu uma série de artigos sobre a polêmica visita, centrando a análise no uso político que Salazar fez do Tratado de amizade e Consulta, vigente entre os dois países, que foi republicada no *Portugal Livre*⁸

É interessante aqui destacar dois artigos, entre todos os colaboradores que escreveram sobre o tema, nas páginas do *Portugal Livre*. O texto “Brasil – caução do colonialismo português” de Eduardo Lourenço, publicado na edição nove, o qual analisa a visita do presidente sob outro ponto de vista e,⁹ ao contrário dos demais autores que buscavam o elemento político para justificar a visita, Lourenço procurou “atingir a natureza da viagem presidencial” através de uma análise cultural.¹⁰

Assim, povo ex-colonizado de Portugal, o povo brasileiro surgia agora na cena internacional celebrando as glórias expansionistas do Infante D. Henrique a par com o povo colonizador, permitindo que, por via da união celebratória entre ambos, Portugal se apresentasse ao mundo como país colonizador exemplar.¹¹

Outro autor a mencionar a simbologia por trás do encontro dos líderes dos dois países foi Costa de Amorim, na crônica sub-intitulada “À propósito de uma viagem”. A pena ácida, bem humorada e crítica de Amorim chama o líder brasileiro de “Doutor Juscelino”, referência a formação de médico do presidente brasileiro, a quem faz às vezes de “quase eleitor do Sr. Salazar” visto que sua presença nas celebrações daria foro de legalidade “a um governo de fantoches.”¹²

Para um último recurso contra a viagem, a redação enviou uma carta em apelo ao senador Afonso Arinos para interceder junto ao senado na não realização da visita de JK.¹³ O senador fez um pronunciamento neste sentido, mas não recebeu o apoio aberto de todos os colegas, sobretudo aqueles simpáticos com Salazar e Kubitschek, ao afirmarem que não

6 “O povo de Portugal e a viagem do presidente”. *Portugal Livre* Ed.8, Fl. 6, jun. 1960. (CD25a).

7 “Uma grave responsabilidade”. *Portugal Livre* Ed.9, Fl. 1, jul. 1960. (CD25a).

8 “Um tratado político”. *Portugal Livre* Ed.9, Fl. 3, jul. 1960. (CD25a).

9 Segundo Miguel Real este é “um dos textos fundadores da hermenêutica cultural eduardiana” que apareceria em toda a sua obra a partir deste ponto.

10 O artigo foi republicado na obra LOURENÇO, Eduardo. “Brasil – caução do Colonialismo Português”, (1960) In: *O fascismo nunca existiu*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1976. p. 37-49.

11 REAL, Miguel. Democracia e anti-colonialismo em Eduardo Lourenço: 1959-1963. Metacritica Dossier. BD/ME, p. 58.

12 Costa de Amorim. “Crônica do Rio: Carneiro com batatas”. *Portugal Livre* Ed.6, abr. 1960. (CD25a).

13 “Carta ao Sen. Afonso Arinos”. *Portugal Livre* Ed.10, Fl. 2, ago, 1960. (CD25a).

caberia aos portugueses reclamarem sobre isto, ao passo que o jornal respondeu que não aceitava a tese de que os problemas brasileiros não poderiam ser opinados por estrangeiros.

Os esforços não lograram efeito e o jornal dedicou o editorial da décima primeira edição à visita de fato, na qual trazia duas fotografias na capa: Salazar e JK sorrindo lado a lado, e outra de Álvaro Lins abaixo (ver Anexo 4). A redação reconheceu que a visita do presidente brasileiro representava uma vitória para o regime ao afirmar que depois de uma análise realista, uma declaração eufórica não seria prudente.¹⁴ A crise diplomática gerada com o asilo de Humberto Delgado dois anos antes foi sanada com a presença do presidente brasileiro nas comemorações henriquinas e finalizado com acordos e assinatura falsos e de fachada, como tratado de extradição e o de dupla nacionalidade, que regulariza a situação de emigrados.¹⁵

Como pudemos perceber no decorrer deste capítulo, esta não foi a primeira demonstração de cordialidade do presidente brasileiro juntamente ao líder português. A redação compreendeu que não estavam em terreno neutro, aonde até a maioria dos jornalistas e a própria população brasileira pareciam se mostrar simpáticos aos oposicionistas, mas o mesmo não se verificava no seu governo. A todo o momento o jornal criticava a estranha relação estabelecida entre os dois países, situação esta que não se repetiria com seu sucessor, Janio Quadros, que, como veremos não apoiou o governo de Salazar - declarou tratar-se de pirataria internacional o sequestro do paquete Santa Maria - e ainda concedeu asilo a todos os envolvidos na operação. A simpatia com os movimentos de esquerda por parte de Janio Quadros já havia sido demonstrada quando este concedeu uma entrevista coletiva em São Paulo em virtude da sua visita a Cuba. Nas declarações foi extremamente favorável à Revolução Cubana, pois traria bons resultados, sobretudo a reforma agrária, e mostrou-se entusiasmado com a figura de Che Guevara e com a fase revolucionária na qual aquele país estava passando, com melhoria nas condições de vida e justiça social, sem ainda a influência comunista.¹⁶

Um último adendo interessante de elencar nesta parte do trabalho é a imagem criada sobre o Brasil a partir dos discursos dos exilados portugueses. Era praxe um oposicionista iniciar um discurso nos jantares comemorativos, ou mesmo um artigo no *Portugal Livre*, com saudações ao Brasil e buscando referências na história dos dois países, seja para agradecer a hospitalidade do exilados ou sobre o apoio na luta contra Salazar. Bem da verdade, observou-se um guia padrão de termos que ajudavam a cimentar a suposta irmandade entre as referidas nações, portanto, notou-se assim a obrigatoriedade do agradecimento, seja pela

14 "A posição atual". *Portugal Livre* Ed.11, set. 1960. Fl. 2. (CD25a).

15 "Os acordos de Lisboa: uma mistificação". *Portugal Livre* Ed.11, Fl. 3, set. 1960. (CD25a).

16 "A Revolução Cubana vista por dois brasileiros e um francês". *Portugal Livre* Ed.7, Fl. 4, mai. 1960. (CD25a).

cooperação de jornalistas e políticos brasileiros, ou mesmo de forma direta, agradecendo o leitor, que representaria todo o Brasil. Os países estariam ligados através de uma suposta lusofonia, conceito abstrato que apontava balizas culturais entre países falantes do idioma português, e portando, dividiam semelhanças que remeteriam a uma irmandade¹⁷.

Eduardo Lourenço, escritor português que fez uma breve colaboração com o *Portugal Livre*, definiu que a chamada “comunidade luso-brasileira” trata-se de “um mito inventado unicamente pelos Portugueses”. Já Maria de Lourdes Soares procurou no discurso de Eduardo Lourenço, escritos no referido jornal, elementos que contestam esta igualdade de pensamento, sobretudo ao mostrar que este sentimento de lusofonia, supostamente compartilhado entre brasileiros e portugueses, não é igual e recíproco. De um lado o Brasil nega a história portuguesa, e busca uma brasilidade para justificar seu passado baseado na inter-relação das etnias portuguesa, indígena e africana, cuja primeira seria claramente diminuída em relação às demais. Os discursos por parte do Brasil seriam cobertos de ressentimentos e recalque em relação a Portugal.¹⁸

4.2 O PARADOXO DO COLONIALISMO

Se pensarmos os assuntos tratados pelo jornal, ao longo de sua curta existência, em forma de blocos, é possível considerar que o colonialismo, e demais temas ligados a ele, foi o mais abordado, e também um dos mais polêmicos. O mundo estava, aos poucos, condenando as velhas nações colonialistas e o jornal percebeu, assim como já vinha fazendo o *Portugal Democrático*, que denunciar os abusos e problemas ocorridos em África, ajudaria a dar sobrevida às lutas oposicionistas através de apoio de nações estrangeiras. Este fator continuou mesmo depois do fechamento do *Portugal Livre*, isto porque durante a ditadura militar brasileira o *Portugal Democrático* foi o único jornal que falou abertamente de luta de classes sem ser fechado pela censura, visto que os militares não queriam ir contra um jornal assumidamente anti-colonialista, a frente de toda comunidade internacional, e em plena guerra colonial ocorrendo na África. Mas, mesmo sendo o assunto mais discutido, não significa que as opiniões estivessem em uníssono, pelo contrário, foi um dos fatores que ajudou transformar em abismo, os rachas já existentes entre a oposição.

Enquanto que a Guerra Fria deu sobrevida ao regime, a independências das colônias britânicas e holandesas pôs um grande dilema para o Estado Novo. Os sentimentos independentistas e anti-colonialistas, que afloraram com o término da Segunda Guerra Mundial,

17 Sobre o discurso sobre a lusofonia ver LOURENÇO, Eduardo. A nau de Ícaro seguido de imagem e miragem da lusofonia. Lisboa: Gradiva, 1999. p. 156-158. E MUNIZ, Tullio de Souza. “As impossibilidades da “lusofonia” e as narrativas acerca do “outro” e do “eu” entre Brasil e Portugal”. In: Revista Brasileira de História & Ciências Sociais. Volume 1 – Número 2 – Dezembro de 2009.

18 SOARES, Maria de Lourdes. “Eduardo Lourenço e as labirínticas relações Brasil-Portugal”. In: Revista Letras, Curitiba, n. 59, p. 215-223, jan./jun. 2003. Editora UFPR. p.217.

devem-se a três fatores: a Carta do Atlântico, firmada entre EUA a Grã-Bretanha, que previa a independência e direito à auto-afirmação de todos os povos e universalidade dos princípios da democracia e liberdade; aos apelos e pressão de dirigentes das potências aliadas, como o general De Gaulle da França; e por último, a participação dos povos nativos nas colônias, e os militares que serviam nas tropas aliadas.¹⁹

Dimensão central do nacionalismo do Estado Novo, a sobrevivência nas colônias foi a variável mais importante da política externa da ditadura. À medida que a cena internacional se tornou progressivamente desfavorável, o colonialismo transformou-se “gradualmente na quinta-essência do regime” e “substituiu-se ao corporativismo” no núcleo ideológico central do regime.²⁰

Havia a percepção e necessidade de uma grande transformação na estrutura do país, desde a valorização do negro, ao incentivo à ciência. Mas a mudança no sistema colonialista só viria com uma revolução nos hábitos econômicos e sociais, uma vez que os demais países caminhavam para reconhecer a igualdade perante os países africanos, com exceção de Portugal de Salazar, que segundo Harris, era “o guri com espingarda na mão”.²¹

Desde as primeiras edições o jornal posicionava-se contra o colonialismo, seja através de dossiês sobre a precariedade da vida em Angola e Moçambique ou denunciando o trabalho forçado e o massacre dos indígenas. Diziam compreender e respeitar esta luta, pois também era a mesma dos portugueses, mesmo reconhecendo que não seria fácil vencer a batalha. Contudo, o discurso era recheado de culpas, e afirmavam que o colonialismo não representava todos portugueses, e havia uma vontade de preservar os laços morais e manter amizade com os povos africanos,²² opiniões estas que nem sempre eram consonantes com a visão editorial, o que acabou por aumentar ainda mais as diferenças no jornal. Entre os integrantes com visão neocolonialista destacam-se Tomás Ribeiro Colaço, Henrique Galvão, e em menor escala, Humberto Delgado.²³

Os democratas apoiavam a causa patriótica e nacionalista do MPLA contra o Estado Novo, mas repudiavam o extremismo quando estes dirigem o ódio a todos os portugueses e condenam a presença portuguesa em África.²⁴ Segundo Miguel Urbano Rodrigues a redação mantinha boas relações com o MPLA e com PAIGCV, através da troca de comunicados e documentos políticos entre ambos.²⁵

No jantar para comemoração do 50º. Aniversário da Revolução de outubro de 1910 realizado em São Paulo no ano de 1959, Humberto Delgado apresentou uma visão colonialista

19 OLIVEIRA, César. “A Evolução Política” In: *Nova História de Portugal*. Lisboa, Presença, 1992, p. 67.

20 PINTO, António Costa. “O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX”. In: *O Corporativismo em Português. Estado, Política e sociedade no salazarismo e no varguismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.27.

21 *Portugal Livre* Ed.2, Fl. 7, dez. 1959. (CD25a).

22 “Nós e a África”. *Portugal Livre* Ed.2, Fl. 1, dez. 1959. (CD25a).

23 RODRIGUES, M. U. *Op. Cit.*, p.192.

24 “O M.P.L.A., Angola e nós”. *Portugal Livre* Ed.11, Fl. 2, set. 1960. (CD25a).

25 RODRIGUES, M. U. *Op. Cit.*, p.192.

sob o título “Movimento Nacional Independente – Plano Colonial da Oposição”. Tratava-se de uma proposta para resolver a questão colonial, o qual enviou para o presidente Kennedy, dos EUA, a Mac-Millan e ao secretário-geral das Nações Unidas, Hammarskjöld²⁶. O plano estava dividido em dezesseis tópicos que expunham a visão de Delgado sobre o colonialismo, como também uma nova proposta neocolonialista baseada em estados federados. Com um discurso agressivo e conservador acerca dos africanos, o general defendeu a criação de uma Federação de Estados Portugueses, que incluiria as colônias, projeto que em muito se assemelhava com a proposta neocolonialista de Jorge de Sena, esboçado no *Portugal Democrático*.²⁷

Logo após o evento do Santa Maria, Humberto Delgado mudou sua posição quanto à questão colonial, passando a condenar veementemente o colonialismo português e a defender a autodeterminação dos povos. Segundo Rodrigues, o general “teve de vencer a resistência de sua formação de militar e conservador”²⁸ para não ficar em descrédito entre seus companheiros, como aconteceu com Galvão. Em decorrência disto a redação preparou uma nota de reparação, e este esclarecimento recebeu um contorno gráfico na edição de aniversário do jornal e acompanhado das respectivas assinaturas; “Pelo “Portugal Livre”: Francisco Vidal, José Pedroso de Lima, José Santana Mota, Miguel Urbano Rodrigues, Victor da Cunha Rego”. Afirmavam não haver somente um ponto de vista sobre o assunto, e nem tampouco um que prevalecesse sobre os demais e, portanto a ideia de Delgado não representava a unidade.²⁹ Meses depois foi a vez de Henrique Galvão protagonizar um episódio semelhante, cujo impacto seria maior do que a declaração de Delgado. Mas antes é interessante percebermos que a própria trajetória do capitão esteve sempre conectada com as questões coloniais, seja sua obra literária, sua opinião política, os projetos na assembleia, passando pelo próprio contexto de ruptura com o Estado Novo.

Henrique Carlos Malta Galvão foi organizador da Exposição Colonial realizada no Porto em 1934, apologético do colonialismo português e principalmente, defensor do exército, como representante da “Alma Nacional”. Em 1936 já havia publicado 21 livros passando por áreas técnicas, relatos de viagens, história, teatro, romance e poesia. Por ironia, sua ruptura com o Estado Novo foi justamente sobre a questão colonial, ponto que o capitão defendia arduamente, ainda que com um conceito idealista sobre o assunto. Em 1948 depôs como testemunha de defesa para seu amigo, o coronel Carlos Selvagem, que havia tentando um Golpe Militar no ano anterior. Enquanto que no ano seguinte, nas eleições de 1949, demonstrou comportamento ambíguo na candidatura de Norton de Matos e apresentou

26 DELGADO, Iv. (et al). *Op. Cit.* p. 188.

27 RODRIGUES, M. U. *Op Cit.* p. 159.

28 RODRIGUES, M. U. *Op Cit.* p.159.

29 “Esclarecimento sobre a questão colonial”. *Portugal Livre* Ed.13. nov. 1960. Fl. 3. (CD25a).

junto à Assembléia Nacional um projeto sobre o “aviso-prévio para o trabalho forçado em Angola”. Os projetos idealistas e reformistas de Galvão pretendiam o desenvolvimento econômico e maior integração entre as colônias.

Galvão criticou a mudança do termo “províncias ultramarinas” para “colônias”, um conceito historicamente condenando que acabaria por manchar a imagem de Portugal junto à ONU, e achou que seria possível a criação de projeto “República-Federal Euro-Africana” para prolongar a influencia portuguesa na África, ao invés do país perder tudo gradualmente.³⁰ Ficaria então caracterizado novamente pelo excesso de denúncias em público acerca dos problemas nas colônias, sobretudo com intervenções na Assembléia Nacional, quando representava Angola, na tentativa de corrigir os abusos laborais e também na defesa de conspiradores militares de 1947³¹.

Em entrevista exclusiva e polêmica para o *Portugal Livre*, Henrique Galvão dividiu opiniões e iniciou uma nova fase na organização da oposição no exílio e no próprio jornal, ao expor sua opinião sobre a solução para as colônias portuguesas no ultramar, iniciando por conceituar a sua visão da África, do que ele considera ser a verdadeira, complexa e desconhecida imagem dos países africanos em comparação com a visão tradicional, imposta por políticas imperialistas ambiciosas, religiões e forjada pela literatura.³²

Portugal, pelo seu histórico de quatro séculos na África conhece seus problemas, e, segundo o capitão, tinha uma missão naquele continente, que foi interrompida pela ditadura de Salazar. O plano previa a emancipação gradual através de um projeto político e social semelhante ao ocorrido no Brasil, para preservar os laços de fraternidade e o próprio sentimento “de ser português” das colônias africanas. Desta forma, havia sinais positivos nesta relação com os países africanos, pois se não fosse por Portugal a África sucumbiria aos “elementos destrutivos” já existentes no local, como “a escravatura dos chefes indígenas, as guerras tribais, a feitiçaria e o canibalismo”, e é, pois, do próprio colonialismo que emergem esses sentimentos de emancipação. A solução seria uma comunidade, federação ou confederação de estados de língua portuguesa, pois seria a forma mais natural e humana para realizar-se a emancipação, que só seria possível após a queda de Salazar e do Estado Novo.

Galvão responde que a emancipação total e radical é irresponsável e inviável, e faz parte de teóricos e “teorizantes” que desconhecem a configuração política tribal e local, pois, se levada a cabo agravaria o sofrimento através de uma sangrenta guerra civil, o regresso à

30 *Idem*.p.175.

31 MENESES, Filipe Ribeiro de. *Salazar – Uma biografia política*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 2010. p.453.

32 Henrique Galvão. “África portuguesa de hoje e amanhã”. *Portugal Livre* Ed.5. mar. 1960, Fl. 5. (CD25a).

barbárie e chacina de outras tribos ou ainda a absorção imediata a outro julgo imperialista, através de potência com interesses na África.

Encontram fórmulas tão capciosas quanto as de Salazar para justificarem a permanência dos portugueses – como senhores – no solo africano. Lamentavelmente errado estes democratas, uns iludidos pelos séculos de propaganda dos nossos feitos coloniais, outros por inconfessáveis desejos de domínio da futuro II República em territórios alheios, defendem sim a libertação das colônias, mas apenas quando os povos seus naturais, os donos da terra, tenham adquirido consciência política que lhes permita governarem-se a si próprios.³³

Para o autor não se trata de uma reedição do colonialismo de Salazar, e sim algo novo, moderno e humano, e o conhecimento de causa de Portugal o qualifica e o obriga a esta função, pois teria uma vocação para a convivência pacífica com povos de outras raças. Ao final Galvão deixa claro que este é um pensamento seu, mas acredita ser de toda oposição democrática.

Além da entrevista, o problema se agravou ainda mais com a visita de Galvão a UEE (União Estadual dos Estudantes de São Paulo), em uma sala repleta com jovens estudantes que acompanhavam a guerra colonial. Contudo, Galvão decepcionou, pois defendeu a mesma saída neocolonial para Angola “um projecto de uma futura comunidade de Estado Luso-Africanos com a capital em Nova Lisboa (Huambo)”. Assim, pressionado pela série de perguntas dos estudantes, acabou por soltar declarações que expunham seu pensamento colonialista e racista, falou de raças, da presença portuguesa, de tribos e da incapacidade dos africanos de se autogovernarem. Urbano Rodrigues teve que inventar uma desculpa, dizendo que Henrique Galvão precisaria descansar e não poderia mais responder perguntas. Com a saída do Capitão, Rodrigues tentou consertar as declarações, mas não obteve êxito.³⁴

4.3 AS INTERVENÇÕES DE HENRIQUE GALVÃO

Henrique Galvão publicou uma série de cartas abertas, que haviam sido escritas entre 16 de janeiro e 17 de fevereiro de 1959, quando esteve na embaixada da Argentina, com a intenção de publicá-las clandestinamente, mas a vigilância constante não permitiu dar a elas a publicidade desejada. Suas “cartas abertas” eram contundentes e direcionadas, conforme sugeria o título, para agentes do regime como um agente da PIDE, ou o próprio Salazar e ainda para “o homem comum”. A linguagem informal e direta, em forma de um diálogo tornava estes textos de muito fácil entendimento. Diferentemente das epístolas, Galvão publicou cinco poesias inéditas no jornal, todas elas caracterizadas pelo forte engajamento político, como exemplo “Ó Portugal”, que expunha os contrastes e contradições do Estado Novo, escrita em janeiro de 1959, no Hospital de Santa Maria, a ser publicado na obra de

³³ Francisco Vidal. “Democracia e colonialismo”. *Portugal Livre* Ed.15, jan. 1961. Fl. 1. (CD25a).

³⁴ *Idem*, p.220.

poemas Satíricos “Grades Serradas”.³⁵ Nesta mesma linha destacam-se as poesias “Coisas”, “Ecos”, e “Herança”. (Ver Anexo V e VI)

Em “Carta aberta a um agente da PIDE”, Galvão ironiza a situação de um agente sem rosto, o “pobre inimigo”, para assim dirigir-se à instituição inteira. Este homem seria uma pessoa ordinária, protegido pela situação e seduzido pela estabilidade econômica, incapaz de perseguir alguém sem que lhe seja feita uma denúncia, e é, sobretudo, um sujeito com medo, nas palavras de Galvão “até para te salvares a tempo, é necessário um mínimo de coragem moral”.³⁶ Já a “Carta aberta ao homem comum” foi escrita para o povo que ansiava por ter notícias do próprio Galvão. “Como foi que ele fugiu? Onde está? Por que não seguiu exemplo de Delgado? Que pretende ele? Irá desistir da luta?”,³⁷ são perguntas parcialmente respondidas por Galvão, deixando seus leitores mais calmos e tranquilos, além de chamar a população para a luta, pois esta também tem suas responsabilidades, mas não nos cafés, aonde a PIDE espregueia. E que devem não ter medo, pois na prisão também se luta.

Com intenção de ludibriar a apreensão por parte da PIDE e a venda por preços abusivos da *Carta Aberta a Salazar*, o MNI reimprimiu a 4ª. edição do documento de cento e quatro páginas escritos por Galvão ainda no leito do hospital Santa Maria. Os redatores do *Portugal Livre* transcreveram um trecho, condensando-o em duas páginas para torná-lo mais acessível a todos e criar mais um meio de ludibriar a censura da polícia política portuguesa.³⁸ No documento, ao qual Miguel Urbano chamou de “retrato mais violento, irresponsável, completo e autentico de Salazar”³⁹, Galvão faz um esboço retrospectivo direcionado diretamente a Salazar, de forma corrida, por vezes bem humorada e sempre crítica e acusatória, a escrita passa por todas as características do Estado Novo português e a série de problemas que vêm assolando Portugal. Mostra sua ascensão ao poder, a instituição do estado corporativista, a relação do país com o mundo, fome, guerras, colonialismo, eleições, oposição e o seu futuro, que será uma inevitável queda.

Em uma correspondência enviada de Caracas para o ministro das relações exteriores do Brasil, Horácio Lafer e publicada no *Portugal Livre* e no *OESP*, Galvão agradeceu as palavras de apoio do ministro, que o classificou de “homem de grande envergadura política e moral”, ao pedir desculpas, com seis meses de atraso, em nome do governo brasileiro a negação do pedido de asilo. Galvão deixou claro que quis vir para o Brasil, em virtude da facilidade com a língua e a atração e admiração que os portugueses sofrem em relação ao Brasil, mas isto já estava superado, e que sua rixa era com a negação do Itamarati em con-

35 Henrique Galvão. “verso e reverso”. *Portugal Livre* Ed.3, jan. 1960. Fl. 6. (CD25a).

36 Henrique Galvão. “Carta a um agente da PIDE”. *Portugal Livre* Ed.2, dez. 1959 Fl. 2. (CD25a).

37 Henrique Galvão. “Carta aberta ao homem comum”. *Portugal Livre* Ed.3, jan. 1960. Fl. 5. (CD25a).

38 Henrique Galvão. “Carta aberta a Salazar, 4ª. edição”. *Portugal Livre* Ed.6. abr. 1960 Fl. 4. (CD25a).

39 Miguel Urbano Rodrigues. “Salazar visto por H. Galvão”. *Portugal Livre* Ed.7, mai. 1960. Fl. 2. (CD25a).

ceder-lhe o visto e não com o povo brasileiro, mas que por ora não tinha interesse em vir ao Brasil, pois assim como Portugal, os dois países que mais amava, o obrigava a manter afastado.⁴⁰

Os debates sobre seu pedido de asilo não pararam por aí. Em exclusividade para o *Portugal Livre* e para *La Esfera* de Caracas, Galvão responde o posicionamento de Salazar sobre este tema. Segundo Salazar os pedidos de asilo tem a intenção de criar dificuldades ao governo e fazer publicidade a quem, mesmo sem haver base jurídica em Portugal para concessão de asilo, o governo ainda assim o faz, mas somente em casos de real perigo para a nação e para a vida do envolvido. Ao passo que Galvão contra-argumenta utilizando sua própria trajetória e os perigos que passou em Portugal para desmentir a nota de Salazar.⁴¹

4.4 AS DESAVENÇAS, ENTRE FORMAS DE AÇÃO E PARTIDARISMO

Conforme exposto anteriormente, a própria fundação do jornal previa uma mudança de atitude frente à oposição no exílio, porém a atitude, ou ação, quase nunca era de comum acordo entre os exilados, e este desacordo não se restringiu somente entre as diferenças entre democratas e comunistas, ou as ideias do *Portugal Democrático* contra o *Portugal Livre*. A falta de coesão estava presente na redação, a opinião mudava a cada matéria, a cada página, influenciados pelo desejo de ação vindo do DRIL, em Caracas, ou por Humberto Delgado, que, aos poucos perdia sua credibilidade. As perguntas mais latentes eram: como derrubar o Estado Novo? Devemos fazê-lo sozinhos ou com ajuda popular? Uma revolução, golpe militar ou revolta interna? Temos que esperar o regime abrir-se aos poucos? Qual forma de governo adotar depois, e importa pensar nisto agora? Eis agora a opinião da redação, colaboradores, leitores e críticos sobre algumas destas questões.

Não havia menções diretas ou ataques em todo o período de coexistência dos jornais *Portugal Democrático* e *Portugal Livre*; os jornais ignoravam-se mutuamente, fato que Miguel Urbano Rodrigues já havia constatado em suas memórias.⁴² Entretanto, era possível perceber uma série de notas indiretas, ou mesmo nos textos anticomunistas de Galvão e Delgado, e os comunistas, por sua vez, estavam ligados diretamente ao PD. Um dos poucos artigos que toca na questão da unidade no *Portugal Democrático*, mas sem mencionar nomes e partidos, é de autoria de Manuel Dôres, escrito em novembro de 1960, intitulado “A Oposição, as Colónias Portuguesas e a unidade”, onde o autor faz uma distinção oportuna, ao afirmar que “unidade não quer dizer união pura e simples, abdicação de princípios,

40 Henrique Galvão. “Henrique Galvão escreve ao ministro das relações exteriores do Brasil”. *Portugal Livre* Ed.4, Fev. 1960. (CD25a).

41 Henrique Galvão. “O direito de asilo e a sofistica dos ditadores”. *Portugal Livre* Ed.7, mai. 1960. Fl. 7. (CD25a).

42 *Ibidem*. 154.

filosofia ou teorias seguidos pelos diversos setores ou partidos”. Para isto Manuel Dores propõe que sejam discutidas e respeitadas, estas diferenças, para assim cada um distinguir o limite do outro e encaixá-lo dentro de um projeto maior, e que não devem parar de militar ou participar de outros projetos políticos, pois isto é indispensável saudável para uma nação que se quer livre e democrática.⁴³

Cunha Rego trouxe o debate de como Salazar ainda se mantém no poder depois de tantos anos. A questão foi levantada por jornalistas de diversas partes do mundo, em especial Inglaterra e Estados Unidos, que procuravam uma resposta da oposição ao regime. A suposta malemolência dos opositores levou Rego ao título “Velhos temas para novas perguntas” e assim revisitar a configuração atual: o problema viria desde o golpe de 28 de maio 1926 e desdobra-se hoje em dois setores da oposição com programas declarados, os católicos e os comunistas. Uma vez que a ação de ambos os programas não permite o crescimento de outra oposição, mesmo tendo a “unidade” como tema central do PCP.⁴⁴

Enquanto que para Miguel Urbano Rodrigues a esquerda em Portugal é apenas uma caricatura do que poderia ser, pois a maioria se parte em um jogo de oportunismos divididos entre democratas e comunistas. Estes últimos apresentaram, para o autor, um plano de unidade inofensivo e vazia, aonde a única integração girava em torno de plataformas eleitorais que no fundo não se verificavam, e nada alterava, transformando a ação da oposição em um círculo vicioso e invisível. Os planos e ações eram artificiais e rasos, os opositores não se doavam por inteiro, queriam despertar uma consciência revolucionária ao povo, mas sem mostrar o que ganhariam com isto.⁴⁵

A participação popular no processo revolucionário, ou mesmo o despertar de uma consciência, são pontos fulcrais nas discussões do jornal. Segundo Rego, o importante era criar as “bases de uma politização popular em larga escala que possibilite ao povo português a escolha livre e consciente num futuro próximo”, pois de formação política não exclui o sentimento revolucionário e de mudança.⁴⁶ Já Mota afirmou que o povo português não possuía a vaga idéia de como sair do regime, cabendo à oposição trilhar este caminho e ditar as bases deste processo. Assim, mesmo o povo aqui colocado como “massa inconsciente”, não deveria perdê-lo de vista. Santana Mota afirmou que não bastava que um general se insubordinasse, era preciso superar a fase de supervalorização do alto escalão do exército no processo revolucionário, e nascer do povo o desejo de liberdade, mas muito mais do que liberdade proveniente da democracia, há a necessidade de rever a propriedade

43 *Portugal Livre* Ed.42, Fl. 7. Acervo do Centro de Documentação 25 de abril - Coimbra - Portugal. (CD25a).

44 Victor da Cunha Rego. “Velhos temas para novas perguntas”. *Portugal Livre* Ed.12, out 1960. Fl. 8. (CD25a).

45 Miguel Urbano Rodrigues. “O dever da esquerda na revolução portuguesa”. *Portugal Livre* Ed.15, jan. 1961. Fl. 1. (CD25a).

46 Victor da Cunha Rego. “Coexistência e Unidade na Oposição”. *Portugal Livre* Ed.3, jan. 1960. Fl. 1. (CD25a).

privada, saúde e educação, além de sanar problemas na tributação, previdência e assistência social, passando desde o latifúndio no Alentejo até a aparelhagem da indústria, para poder alcançar uma auto-suficiência econômica com a liberdade e autonomia sendo, paulatinamente, concedida ao ultramar. O autor conclui dizendo que a ditadura de Salazar só foi instituída, em parte, pela projeção e esperança que o próprio povo depositou no estado, o mesmo vale para o projeto de um Portugal para além do Estado Novo, se o povo não se prontificar a participar, tanto na derrubada quanto nas discussões do novo governo e delegar as funções aos grupos políticos, não sairá da miséria.⁴⁷

Uma carta anônima foi enviada para a direção do jornal cujo conteúdo fazia críticas fortes ao modo de operar da oposição portuguesa, mesmo que não tenha sido destinada para publicação, a redação resolveu publicá-la com o acompanhamento de uma nota explicando os itens da carta. O texto, sob o pseudônimo de Portus Cale, é de um português que se voltou contra o salazarismo, mas que se mostra descontente com a oposição e seus personagens que nada dizem e só trazem mesquinhasias pessoais, tais como Henrique Galvão, e jornais que repetem as mesmas ladainhas proferidas por oposições fracassadas como *Portugal Democrático* e o próprio *Portugal Livre*. Ao fim, dirigiu a palavra diretamente a Miguel Urbano Rodrigues, chamando-o de ingênuo ao acreditar que o manifesto “Tarefa inadiável da hora presente”, publicado na edição 11 era de autoria do PCP, pois Portus Cale acreditava ser um texto redigido pela PIDE, com intenções de desunir a oposição.⁴⁸

O autor traça um plano de “tarefas inadiáveis” para uma nova oposição com passos bem definidos. Primeiro a evasão de todas as cabeças pensantes de Portugal, e agir a partir de fora, do exílio, pois a PIDE sufoca e impede uma organização mais coesa. Em seguida deve-se chamar atenção da imprensa internacional e da opinião pública com ações chocantes, em paralelo com uma forte arrecadação de fundos para a luta. A última parte seria forjar uma ideologia revolucionária com base nas aspirações populares, mas não tratando como um programa partidário, e sim de pessoas, sejam eles comerciantes, comunistas, monarquistas ou clérigos, enfim, qualquer indivíduo que tiver condições e disposição para auxiliar que a revolução.

A redação respondeu chamando-o de bem intencionado, mas muito mal informado, e rebate, uma a uma, as colocações de Portus Cale. Porém não é necessário expor toda a réplica do jornal, o interessante é perceber a mudança da visão, na qual a imagem do opositor deveria sumir para dar luz à figura do revolucionário. As cartas mereceram publicação pois mexeram com a redação do *Portugal Livre*, já que estes se viam como uma nova força revo-

47 Santa Mota. “Compete ao povo”. *Portugal Livre* Ed.6. abr. 1960 Fl. 3. (CD25a).

48 Pedro Portus Cale. “Uma resposta e anti-salazarismo”. *Portugal Livre* Ed.12. out 1960. Fl. 4. (CD25a).

lucionária, porém presos na forma de agir e acabando ao fim, por repetir parte das táticas passivas que criticavam e abominavam.⁴⁹ Vale ainda ressaltar que o autor anônimo propôs fazer do exílio o centro de operações interligando todos a partir de uma rede internacional, para agir de fora para dentro, proposta completamente contrária à visão que os exilados brasileiros tinham sobre si, a de que estavam em uma situação periférica, e a verdadeira luta se passaria dentro de Portugal.

Decorremos no capítulo anterior sobre como os primeiros editoriais traziam um teor fortemente anticomunista, sobretudo os textos assinados por Galvão e Delgado. Cada manifesto, publicação ou fato acerca do PCP tinha impacto nos editoriais do *Portugal Livre*, e quase nunca estavam de acordo com a sumula comunista. As indiretas e críticas ao partido comunista eram constantes, com exceção das notícias sobre as fugas de prisioneiros comunistas, como nos pequenos quadros espalhados por todas as edições que traziam mensagens como esta: “Hoje e sempre este jornal será de todos os democratas – mas nunca dos aspirantes a ditadores. Que aqueles nos abracem fraternalmente e que estes de nós de afastem”.⁵⁰

O discurso se repete também em declarações públicas, como a entrevista concedida pelo general para o *United Press*, acerca das suas visitas pela Europa e Venezuela, na ocasião em que Humberto Delgado fora recepcionado por comunistas. O general foi questionado sobre as acusações do governo de que ele estaria pactuando com comunistas; a resposta foi contrária, e que se tratava de uma propaganda negativa por parte do regime, e afirmou: “entendo mesmo que o PC português é um dos fatores que tem impedido que os democratas portugueses se entendam e ponham termo aos abusos da oligarquia que se mantém no poder”.⁵¹ E terminou falando sobre a unidade: “a oposição deve a sua coesão à circunstância de as correntes que a compõem se não terem definido nunca através de programas partidários”.⁵²

A unidade era um tema presente desde o lançamento do periódico e assim ficou até o seu fechamento, o que representaria, segundo Rego, subordinação a uma causa e a um comando únicos, uma forma de controle de diversas correntes oposicionistas. Mas esta subordinação deve ser a derrubada do regime, e não a um programa partidário. Cujas existências estaria ligada a uma necessidade consciência de todas as partes envolvidas, do contrário não há a possibilidade da coexistência pacífica, mas que deve ter um diálogo permanente e constante com o uso de interlocutores válidos.⁵³

49 Pedro Portus Cale. “Oposição e fracasso vs. Revolução e sucesso”. *Portugal Livre* Ed.15, jan. 1961. Fl.5. (CD25a).

50 *Portugal Livre* Ed.3, jan. 1960. Fl. 3. (CD25a).

51 “O Gen. Delgado na Europa”. *Portugal Livre* Ed.2, dez. 1959 Fl. 3. (CD25a).

52 Santana Mota. “É preciso”. *Portugal Livre* Ed.2, dez. 1959 Fl. 4. (CD25a).

53 Victor da Cunha Rego. “Coexistência e Unidade na Oposição”. *Portugal Livre* Ed.3, jan. 1960. Fl. 2. (CD25a).

O insistente discurso do PCP sobre a unidade acirrou-se após a onda otimista gerada pela campanha de Delgado. A oposição deveria “vencer o preconceito”, pois

As ações de cada esfera ou de cada corrente têm, qualquer delas, muito interesse e são, sem dúvida uma contribuição para a luta geral [...] e multiplica o valor e a força dessas ações isoladas. A unidade de todas as forças anti-salazaristas é possível, e é necessária para se conseguir o objetivo comum.⁵⁴

Portanto a união “das forças democráticas é a base fundamental para o desenvolvimento vitorioso da revolução popular e nacional”. E deveria, sobretudo, ser organizada para combater a polícia política e ir além das forças oposicionistas, precisaria englobar a aliança das classes operárias com o campesinato, juntamente com os povos das colônias.⁵⁵

O assunto voltou à ordem do dia na décima edição do jornal, quando os redatores Miguel Urbano Rodrigues e Victor da Cunha Rego escreveram textos para rebater o documento lançado pelo PCP, com título: “Tarefa inadiável da obra presente: A unidade”.⁵⁶ O *Portugal Livre* afirmou em nota, não ter recebido uma cópia do Manifesto Comunista lançado pelo PCP e por isto, não publicou no jornal as partes que acharia mais relevantes para a luta em favor da libertação portuguesa.⁵⁷ De acordo com Cunha Rego a suposta união pretendida pelo partido é irreal e divisória, pois não congregava todas as correntes de pensamento, e só terminava por catequizar ainda mais a sua doutrina, através de um texto cativamente, didático, porém sem profundidade, escrito com extrema influência de Álvaro Cunhal, então recém fugitivo. Já Rodrigues é direto ainda no título: “Um manifesto que nada diz sobre um partido desatualizado”, aonde o autor considera a unidade do PCP um engodo sem projeto, destinada às ações pacíficas e inúteis e se diz preferir a ação do DRIL às falsas promessas do PCP.

Consideramos uma pernicioso perda de tempo e de recursos a “colaboração” com a farsa eleitoral salazarista. *Portugal Livre* considera, outrossim, a revolução como tarefa da hora presente e não pode conceber o esbanjamento de meios de ação e nem a retomada de um método que nada de positivo conseguiu até hoje: nem ganhar uma “eleição” e nem criar uma consciência revolucionária nas massa.⁵⁸

União e resistência são as palavras chaves para enfrentar a ditadura de Salazar e, sobretudo, derrubá-la, de acordo com o leitor Afonso de Almeida, contudo sem recorrer aos meios oficiais e constitucionais, que se mostraram um erro, afirmando que deve se criar um sentimento forte de resistência e de boicote gradual ao governo.⁵⁹

Em virtude da personalidade forte de Delgado e sua tendência em generalizar opiniões pessoais como sendo de toda oposição, como aconteceu em relação ao colonialis-

54 *Jornal Avante!* Ed. 263. Fls.2, Disponível em www.pcp.pt/avante-clandestino acessado em 01/02/2012.

55 *Jornal Avante!* Ed. 299. Fls.5 Disponível em www.pcp.pt/avante-clandestino acessado em 01/02/2012.

56 Victor da Cunha Rego. “A unidade do partido comunista português”. *Portugal Livre* Ed.10, ago, 1960. Fl. 4. (CD25a).

57 “Manifesto Comunista”. *Portugal Livre* Ed.6. abr. 1960 Fl. 8. (CD25a).

58 “Nós e as eleições”. *Portugal Livre* Ed.14. Dez. 1960. Fl. 3. (CD25a).

59 “Tribuna de Leitores: resistência”. *Portugal Livre* Ed.5. mar. 1960, Fl. 7. (CD25a).

mo africano mostrado anteriormente, o jornal começava a romper lentamente com ele. O início foi através de uma contraditória nota de esclarecimento da redação ao afirmar que o *Portugal Livre* não era o órgão oficial do MNI, como consta na declaração do movimento publicada no mesmo jornal, que teria a “posição de tribuna aberta a todos os portugueses democratas e a sua não filiação ao movimento, órgão ou corrente política determinada, por muita consideração que, no campo pessoal, os respectivos mentores lhe merecem”.⁶⁰ Quatro meses depois, o jornal publica novamente um nota afirmando que não há uma briga entre seus colaboradores e o MNI, mas não voltou a declarar-se órgão oficial do movimento.⁶¹

4.5 SANTA MARIA E A QUESTÃO DA AÇÃO DIRETA

O plano da “Operação Dulcinéia” era sequestrar o paquete português Santa Maria nas águas das Caraíbas e navegar em direção à Angola para iniciar uma revolução que culminaria com a queda do Estado Novo. O navio, que havia zarpado de Curaçao, nas Antilhas Holandesas, e tinha Miami como destino, contava com cerca de novecentas pessoas entre passageiros (a maioria norte-americanos) e tripulantes, dentre os quais, vinte e quatro envolvidos com a operação. O grupo encontrou alguns percalços como as mudanças de data, em virtude de imprevistos financeiros, e divergências no comando do grupo; durante a tomada do navio tiros foram disparados, causando a morte de um oficial e ferimento grave em outro, e acabaria por aumentar as diferentes opiniões no grupo. Com a repercussão do acontecido o governo de Portugal iniciou uma campanha difamatória, dizendo tratar-se de “Pirataria Internacional” e apelou por ajuda junto a NATO, o que inicialmente mobilizou os Estados Unidos por buscas e escolta da embarcação por aviões militares. Esta manobra atrasou ainda mais os planos, acabando com o elemento surpresa e trazendo a tona o risco de ficarem sem combustível. O comando da operação emitiu um comunicado via rádio dizendo se tratar de uma operação política para libertação de Portugal, e os EUA optou por liberar o navio, fato que recebeu grande cobertura midiática. Sem saída, o grupo decide rumar para o Brasil, mas antes decidiu esperar pela posse do presidente eleito, Jânio Quadros, que se mostrava simpático à causa oposicionista e concordaria em conceder asilo em troca da embarcação e de todos os reféns. Em águas brasileiras sobem à bordo Humberto Delgado e Miguel Urbano Rodrigues, este último em outra embarcação e apresentado como jornalista do *OESP*.

Os passos para a formação de uma ação conjunta entre exilados portugueses e espanhóis tornaram-se reais com chegada de Henrique Galvão ao exílio na Venezuela. O

60 “Esclarecimento”. *Portugal Livre* Ed.4, Fev. 1960. (CD25a).

61 “Nós e o MNI”. *Portugal Livre* Ed.9, jul. 1960. Fl. 4. (CD25a).

grupo recebeu apoio do governo e da imprensa venezuelana nas atividades da oposição portuguesa, e era liderado pelo “Comité Venezuelano Pró-democracia y Libertad de Portugal”, entidade presidida pelo senador Alberto Randall.⁶² Os rumores da ação conjunta aumentaram após a visita de Humberto Delgado aquele país, quando passaram a funcionar em Caracas os serviços da delegação especial do MNI.⁶³ O jornal chamou, sem dar muitos detalhes, de colaboração Luso-espanhola, e informava que novas ações seriam tomadas para a derrubada de Salazar e Franco, “igualados os dois tiranos na sua bestialidade.”⁶⁴ Um documento foi distribuído na Venezuela e divulgado para os demais locais através do jornal, e deixava claras as intenções do Movimento naquele país; trazia as linhas gerais, e vagas, de como o MNI deveria agir durante o processo de queda do Estado Novo e mesmo para além dele,⁶⁵ sendo os principais pontos de ordem interna respeitar as leis do país, e fazer cumprir o direito moral e a liberdade de expressão, pacificar a família portuguesa, conseguir a promulgação de nova lei eleitoral, combater a doença e a miséria, e garantir igualdade aos povos do ultramar. Já entre as ações de ordem externa destacam-se fortalecer Portugal junto ao pacto do Atlântico e da NATO.

A notícia se espalhou e um grande número de cartas chegava à redação, enviada por jovens dispostos a lutar mais diretamente pela libertação no país. *Portugal Livre* prometeu que remeteria estes contatos para a capital venezuelana, pois não admitiam ações consideradas ilegais pelo governo brasileiro. O jornal aproveitou a oportunidade para que seus leitores não enviassem cartas para a redação do jornal, pois a PIDE estava sob vigilância constante das correspondências, de forma que todas as dúvidas deveriam ser enviadas para parentes ou conhecidas no Brasil, para estes entrarem em contato com os oposicionistas exilados.⁶⁶

Em entrevista exclusiva para José Quiroga, vinculado em 28 de fevereiro de 1960 no jornal *OESP*, Henrique Galvão revelou que a oposição de Espanha e Portugal superou a fase divisionista na Venezuela, e que os atentados com bombas em Espanha seriam somente o começo, visto que em breve ocorreria o mesmo em algumas cidades portuguesas através da “Operação de Comandos”.⁶⁷ Além de condenar a visita do presidente Eisenhower à Espanha e de Kubistchek a Portugal, o movimento procurou resumir seus objetivos:⁶⁸

62 “A expulsão do sr. Branquinho”. *Portugal Livre* Ed.4, Fl.3.Fev. 1960. (CD25a).

63 “O MNI na Venezuela”. *Portugal Livre* Ed.2, dez. 1959 Fl. 7. (CD25a).

64 “Colaboração Luso=Espanhola”. *Portugal Livre* Ed.2, dez. 1959 Fl. 1. (CD25a).

65 “A delegação do MNI em Caracas divulga importante manifesto”. *Portugal Livre* Ed.5. mar. 1960, Fl. 8. (CD25a).

66 *Portugal Livre* Ed.3, jan. 1960. Fl. 3. (CD25a).

67 Tratava-se de atentados bombistas na sede do Ayuntamiento madrileno em fevereiro de 1960, na companhia de aviação Ibérica, no edifício do Congresso franquista, fato que ajudou a aumentar as críticas sobre o movimento, classificando-o como aventureirismo e terrorismo.

68 “O directorio Revolucionário iniciou a luta final”. *Portugal Livre* Ed.5. mar. 1960, Fl. 1. (CD25a).

O DRIL apenas promete fazer aquilo que nunca se fez: levar as massas à rebeldia declarada e sublevarem-se. Numa palavra, trata-se de fazer a revolução pela violência – única saída que no seu desespero resta aos povos de Portugal e Espanha.⁶⁹

Raby vai além da ideia de que o DRIL foi uma organização luso-espanhola com ações pouco coordenadas, de vida efêmera e que tem no assalto ao paquete Santa Maria seu único feito. O movimento, apesar de realmente efêmero, teve uma importância muito além desta comumente conhecida, e apresentava ramificações internacionais e uma proposta inédita na oposição: insurreição armada, com base na revolução e ação paramilitares. Há provas claras de que o DRIL teve apoio dos governos, por vezes não oficial, mexicano, cubano, venezuelano e jugoslavo, com forte inspiração pela Revolução Cubana, que estava em andamento e não havia entrado na fase comunista.⁷⁰

O movimento era comandado pelo capitão Henrique Galvão e pelos espanhóis José Velo Mosquera e Jorge Sotomayor entre outros participantes, sobretudo jovens ibéricos exilados na Venezuela, atraídos pelo espírito de revolução e áurea de liderança que o Capitão Galvão inspirava⁷¹. Este, por sua vez, havia se decepcionado com a Junta Patriótica Portuguesa da Venezuela, entidade que o acolheu logo após sua chegada aquele país, pois Segundo Galvão, a junta estava mais preocupada em enviar telegramas e escrever protestos, e isto é claro, acentuado pelo forte anticomunismo e pela vontade de mando e ações clandestinas por Galvão. O general Humberto Delgado foi nomeado chefe supremo do DRIL, ao menos teoricamente, pois suas ações estavam limitadas com sua instalação no exílio brasileiro. Porém nomeou o capitão Fernando Queiroga como representante itinerário do MNI e o enviou para Venezuela e Cuba. O próprio Delgado fora visitar Galvão na Venezuela em duas ocasiões, entre outubro e novembro de 1959, quando então fez um documento formal nomeando-o membro do MNI.

O presidente recém empossado do Brasil, Janio Quadros, cedeu asilo a todos os envolvidos no assalto ao Santa Maria. Para tal fora enviado um alto funcionário do Itamaraty, Dario Castro Alves, para cuidar de toda a burocracia e entrevistar um a um os envolvidos. No caso de Miguel Urbano Rodrigues, ele afirmou que este teria saído ilegalmente do Brasil para participar de uma organização que sequestrou um navio, e que já possuía a carteira Modelo 19 de residente, e, portanto não haveria porque receber o asilo. Desta forma, o funcionário considerou que ele apenas estivesse fazendo seu trabalho como jornalista e editor do *OESP*.⁷²

69 “O directorio Revolucionário iniciou a luta final”. *Portugal Livre* Ed.5. mar. 1960, Fl. 1. (CD25a).

70 RABY, Dawn Linda. “O DRIL (1959-1961) Experiência única na oposição ao Estado Novo”. In: *Penélope 16. Portugal no Exílio (século XX)*, 1995. p. 63.

71 Ambos os líderes do movimento escreveram livros relatando o evento; GALVÃO, Henrique. *Santa Maria: My crusade for Portugal*. Londres: Weidenfel & Nicolson, 1961. E SOTOMAYOR, J. *Yo Robé El Santa Maria*. Madrid: Akal Editor, 1978.

72 *Idem*. p, 219.

Em maio de 1964 a maioria dos integrantes do DRIL já não apoiava Galvão, chamavam-no de traidor e colonialista. Do grupo de vinte e quatro pessoas que desembarcaram no Brasil, “dezoito mudaram-se de Campinas para a quinta Nossa Chácara, perto do Itaín, São Miguel Paulista, propriedade de um simpatizante português de nome Joaquim Ribeiro Bastos, onde prosseguiam o treino militar”⁷³. Segundo relato de Rodrigues, Henrique Galvão parecia mudado nos dias procedentes ao assalto, seu ego estava inflado, por ter sido aclamado por jornalistas, como Júlio de Mesquita Filho e a elite liberal e conservadora brasileira, que o comparava a uma nova versão de um Bandeirante. E, por consequência, acabou se afastando da esquerda brasileira.⁷⁴

Sob o título “Impudor de assassinos” o jornal *Diário da Manhã* afirmou em edição de 18 de agosto de 1960 que o *Portugal Livre* “representa as intenções do grupo de exilados que o ex-capitão Henrique Galvão chefia e manobra”, e portando deve ser responsável pela tentativa de assassinato promovida com os atentados bombistas em Espanha. Já na edição do dia seguinte o mesmo diário classifica-o como “tristíssima folha de ódios e de miséria moral”, e afirmam ainda que os integrantes do jornal oposicionista editado em São Paulo “preferem a ação terrorista em Portugal e Espanha, com bombas e assassínios”. Ao passo que o *Portugal Livre* respondeu todas as acusações ao que chama de jornal semi-oficial do Estado Novo, e negando ser órgão do DRIL, mas que fornece espaço em suas colunas para as declarações do respectivo diretório.⁷⁵

Victor da Cunha Rego era integrante do movimento e Miguel Urbano Rodrigues chegou a ingressar no navio quando o “Santa Liberdade” estava atracado em Recife, e fez negociações com os americanos, mas o jornal em nenhum momento se colocava como órgão oficial do movimento, tal como fez em relação ao MNI. Apesar das críticas o DRIL “colocou de forma insofismável a questão da luta armada. Nesse sentido, foi um precedente para acções posteriores, como a revolta de Beja e o assalto ao avião da TAP, duas operações feitas em parte por ex-militantes do DRIL”⁷⁶. Para Rego, o diretório representava uma terceira via da oposição, além das tradicionais, e imobilistas, católicas e da comunista, através de uma proposta nova e violenta.⁷⁷

Os novos presidentes do Brasil e dos Estados Unidos, Jânio Quadros e John Kennedy, mostravam-se muito mais simpáticos a causa oposicionista do que seus antecessores. De fato havia uma esperança de que o recém eleito presidente americano Kennedy não apoiasse a ditadura de Salazar, como fizera seu antecessor Eisenhower, que assim como Kubitschek,

⁷³ *Idem.* p. 78.

⁷⁴ *Idem.* p. 219.

⁷⁵ “O Diário da Manhã e o Portugal Livre”. *Portugal Livre* Ed.11, set. 1960. Fl. 5. (CD25a).

⁷⁶ *Idem.* p.84.

⁷⁷ Victor da Cunha Rego. “Possível a terceira força dentro da oposição ibérica”. *Portugal Livre* Ed.6. abr. 1960 Fl. 1. (CD25a).

também visitou Portugal e levantou protestos da oposição⁷⁸. Não obstante os dois novos líderes negaram apoio ao Estado Novo no assalto ao Santa Maria, o que denotava uma nova configuração geopolítica: as grandes potências não estavam mais dispostos a estender a mão à uma nação que insistia em manter as colônias na África.

É conveniente ressaltar a participação da redação na organização e realização, juntamente com outras entidades, da “I Conferencia Sul-Americana pró-anistia dos presos e exilados políticos Espanhóis e Portugueses”, entre os dias 23 e 24 de janeiro de 1961, na Faculdade de Direito de São Paulo. Sob a presidência de Álvaro Lins e com a participação de diversas entidades oposicionistas portuguesas e espanholas, o evento teve a presença de jornalistas e inúmeros delegados do Chile, Argentina, Venezuela, Uruguai, e obviamente, Brasil. Não sem antes uma proibição do Ministro da Justiça brasileiro, Armando Falcão, que acabou por deixar em dúvida a realização do evento, contudo, a querela terminou com a liberação através de um telegrama enviado pelo presidente Juscelino Kubitschek ao governador de São Paulo, Carvalho Pinto. O jornal ainda publicou uma grande ata com todos os signatários da conferência.⁷⁹

Entre as diversas teses apresentadas, oito foram transformadas em propostas, das quais a maioria era sobre a própria conferência, além de homenagens, saudações e a criação de uma comissão permanente para futuras conferências e a representação da mesma junto à ONU. Como esperado, o evento foi marcado por protestos junto ao governo português, sobretudo, a respeito dos abusos ocorridos nas colônias, e por último divulgou-se um manifesto com resumos da conferência.⁸⁰ O encerramento foi com um discurso do catedrático professor de sociologia da faculdade de filosofia de São Paulo, Florestan Fernandes.⁸¹

78 “Portugal e os Estados Unidos”. Portugal Livre Ed.14. Dez. 1960. Fl. 3. (CD25a).

79 “Pro-anistia dos presos políticos e exilados”. Portugal Livre Ed.4,Fl.6, Fev. 1960. (CD25a).

80 “Causa comum de Portugal e Espanha”. Portugal Livre Ed.4, Fl.7, Fev. 1960. (CD25a).

81 “Discurso do professor Florestan Fernandes”. Portugal Livre Ed.4, Fl.7, Fev. 1960. (CD25a).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois de quatro capítulos é necessário fazer algumas colocações, amarrar todas as pontas soltas e levantar alguns questionamentos. Desta forma, é indispensável esclarecer que se optou pela reunião das conclusões de todos os capítulos aqui, de modo a evitar o discurso redundante e uma melhor compreensão sobre o tema proposto. Veremos também o que levou ao encerramento do *Portugal Livre*, juntamente com as matérias trazidas na última edição, e o destino dos colaboradores envolvidos com o jornal. Por último é feito um levantamento sobre as possíveis colaborações que este livro pode contribuir com o debate acerca da oposição ao Estado Novo, e, especialmente, quais os ganchos e caminhos que ela pode sugerir.

A capa da última edição corresponde a uma moderna ilustração semelhante às obras de *art pop* da década de 1960, mas se fizermos outra leitura, a colagem pode ser considerada uma saída charmosa para a pressa e a falta de tempo para encerrar a edição (Ver Anexo IV). Trata-se de uma montagem com chamadas e destaques de jornais do mundo inteiro noticiando o assalto ao paquete de Santa Maria.¹ Não obstante, a edição aborda basicamente três temas: o assalto ao navio; o final do jornal com os problemas da oposição e o crescente descontentamento em Angola com a movimentação do MPLA. Sobre o primeiro, existe artigos de Francisco Vidal e textos de Carlos Junqueira Ambria, diretor geral do DRIL, Jorge Souto Mayor, comandante geral e de Henrique Galvão, há ainda uma série de cartas e pronunciamentos oficiais do movimento, como a epístola enviada para a Marinha do Brasil, escrita no Recife, no dia três de fevereiro de 1961, a bordo do paquete, a respeito das negociações para rendição da tripulação e condições de asilo. E, por último, a repercussão do caso, com a reprodução na íntegra de editoriais brasileiros sobre o assunto, como os jornais *OESP* e o *Diário da Manhã*.²

Nesta mesma publicação, uma nota expõe os rachas e perseguições dentro dos diferentes setores da oposição. A redação aproveitou ainda para publicar novamente alguns trechos das primeiras edições e assim reafirmar suas premissas básicas, entre as quais se destacam o apoio à ação e a criação de um sentimento revolucionário, defesa da independência e autodeterminação total das colônias, sem subterfúgios, repúdio ao personalismo e à ação burocrática, combate à tese da existência de duas oposições: interna e externa. Esta última gerou, segundo Victor da Cunha Rego, a disputa vaidosa pela liderança dentro da oposição.³ O jornal conseguiu alcançar, ou mesmo manter, estas sumulas iniciais? Este é um tema que será debatido logo em seguida, e que levaria, junto com outros elementos, ao

¹ *Portugal Livre*. Ed.16, fev/mar 1961 Fl. 1. (CD25a).

² *Portugal Livre*. Ed.16, fev/mar 1961 Fl. 1. (CD25a).

³ "Oposições". *Portugal Livre*. Ed.16, fev/mar 1961 Fl. 2. (CD25a).

fechamento da publicação. Mas, mais do que perceber a imagem que a redação criou, ou esperava de si, é fundamental entender as intenções não reveladas, ou mesmo, as não-intenções, que acabaram por ter uma dimensão muito maior do que a auto-imagem que o grupo tinha de si.

O fechamento do jornal ocorreu em meio ao atribulado, e midiático, assalto ao pacote Santa Maria. A influência da forma de ação proposta pelo evento estava implícita em todas as páginas, como a disposição das matérias na última folha, que é bastante emblemática neste sentido. Havia um comunicado do DRIL à imprensa, na parte superior e ocupando quase toda a folha, enquanto que logo abaixo vinha o comunicado oficial de despedida do jornal. A nota do DRIL foi direcionada aos jornais de todo o mundo, com o objetivo de divulgar, através de doze pontos, as intenções da Operação Dulcinéia. Afirmavam ser contrários a qualquer transição que não seja a vontade do povo e convidavam os interessados a ingressar em seus quadros. Ao final, agradece a hospitalidade do governo e do povo brasileiros e diz não ter intenções de violar sua legislação, ou seja, não estavam dispostos a criar grupos armados dentro do país que os acolheu.⁴ Já a nota na íntegra, dizia:

Portugal Livre despede-se temporariamente dos seus leitores, por lhe ser materialmente impossível sair com a regularidade que mantivera até janeiro: a maioria dos seus redatores foi convocada a funções de mais ação. O seu objetivo é o mesmo; apenas chegou a hora de os atos substituírem as palavras e de se tentar por em prática o que se vinha preconizando em teoria. Que o reaparecimento deste jornal se dê numa atmosfera de mais liberdade e mais justiça em terras portuguesas, são os votos com que nos despedimos, por ora, de todos os nossos leitores.⁵

Mas o que levou ao fechamento do jornal? Vimos, ao longo desta dissertação, que vários fatores ajudariam para o fechamento da publicação, assim não se pode elencar um único motivo, mas podem-se destacar cinco principais razões, que, combinados, levaram ao seu fim. Entre eles estão a nova postura da oposição frente à tese da ação direta; comprometimento dos redatores com outros projetos; aumento das divergências políticas e pessoais entre os colaboradores, e a releitura da questão da unidade, fatores que serão analisados, um a um, a seguir.

A menos de cinco meses do fechamento da redação, Miguel Urbano Rodrigues havia realizado um inflamado discurso, em um jantar comemorativo do 5 de outubro, sobre a necessidade de cooperação e comprometimento de todos os portugueses juntamente com as publicações oposicionistas, ao fazer a comparação de quantas páginas poderiam ser impressas com o valor do ingresso para o banquete comemorativo, mas podemos perceber claramente a mudança no discurso, apresentado pelo mesmo autor, em um artigo da última edição que afirmava:

⁴ "Comunicado do DRIL a imprensa". *Portugal Livre*. Ed.16, fev/mar 1961 Fl. 8. (CD25a).

⁵ *Portugal Livre*. Ed.16, fev/mar 1961 Fl. 8. (CD25a).

Acreditamos sinceramente que, dada a possibilidade de uma ação direta capaz de derrubar Salazar e Franco, a edição deste jornal acarretaria em encargos financeiros e físicos melhor empregues nas operações que, segundo tudo indica, serão desencadeadas em breve.⁶

Agora os fundos financeiros não eram mais necessários para produção de papel, e sim, para fomentar as ações, em outras palavras, não havia mais a vontade de escrever sobre a revolução, e sim fazê-la. E isto está conectado diretamente ao comprometimento dos redatores principais, Miguel Urbano Rodrigues e Victor da Cunha Rego, que se viam envolvidos, e empolgados, diretamente com o assalto ao Santa Maria e, portanto, não havia mais tempo para cuidar de outras tarefas, além da dupla jornada como jornalistas e oposicionistas. Tanto que, logo após a estes eventos, Rodrigues propôs para o editor do jornal *OESP*, Júlio de Mesquita Filho, uma viagem para África portuguesa, aonde realizaria uma série de reportagens sobre a Guerra Colonial⁷. Havia quem escrevesse colunas e artigos, mas quem estaria disposto a reunir todos os textos, diagramar, distribuir e cuidar das assinaturas?

A falta de disposição e comprometimento aumentava, na medida em que crescia também, as diferenças ideológicas e desentendimentos pessoais. As declarações e propostas neo-colonialistas de Henrique Galvão e Humberto Delgado geraram uma grande decepção e descontentamento entre os oposicionistas, sobretudo por estes tentarem continuamente, se estabelecerem com porta-vozes da oposição. A postura excludente, e o forte personalismo de Delgado poderiam aglutinar alguns fiéis seguidores, mas afastavam muitos outros. Ambos não faziam questão de esconder suas opiniões sobre o comunismo, e isto corroborou em muito para a separação do grupo.

Como um jornal, que pretendia representar a todos os portugueses, poderia sustentar-se frente aos contraditórios editoriais anticomunistas de seus líderes? Durante a curta existência do jornal, ele esteve fundamentado neste paradoxo: sua própria existência era em favor da unidade, mas na verdade não representava união alguma. Para haver, de fato uma unidade, um grupo teria de ceder, e não seria a coesão e disciplina partidária percebida no PCP, ou mesmo no *Portugal Democrático*, se comparado a liberdade, e a suposta abertura dos democratas envolvidos no *Portugal Livre*. Pois o primeiro grupo sempre foi muito mais coeso do que o segundo. Conforme postulado na introdução, a duração do jornal coincide com uma série de eventos turbulentos para o Estado Novo, assim pode-se concluir que o jornal foi fundado em meio à empolgação da campanha de 1958, junto com o exílio de Humberto Delgado, e encerrado durante a empolgação das operações do DRIL.

⁶ "Oposições". *Portugal Livre*. Ed.16, fev/mar 1961 Fl. 2. (CD25a).

⁷ Miguel Urbano Rodrigues propôs uma série de viagens à África Ocidental ao OESP, de forma que as despesas ficassem por conta do próprio jornalista, enquanto que o jornal se comprometia a pagar o salário para sua família, que ficaria em São Paulo. O plano era fazer uma série de reportagens em tais países, mas sem data de retorno pré-definida. Acertou tudo com Victor da Cunha Rego, colega de luta, e amigo confiante naqueles anos no exílio brasileiro. RODRIGUES, M. U. p. 222.

Após o encerramento das atividades, quase todos os colaboradores passaram a fazer parte do *Portugal Democrático*, e continuaram integrando as redações de jornais brasileiros, como exemplo Costa de Amorim, Santana Mota, Miguel Urbano Rodrigues, Victor da Cunha Rego e Paulo Duarte. Já os destinos de Galvão e Delgado são amplamente conhecidos, o primeiro exilou-se no Brasil, enquanto que o general sofreria uma emboscada que culminou com seu o assassinato pela PIDE, juntamente com sua secretária brasileira, Arajaryr Campos em 1965.

Alguns tentaram estabelecer a vida no Brasil, como Victor da Cunha Rego, que fundou a editora Felman-Rêgo em 1962 e “publicou diversas obras de análise e crítica ao regime a situação social em África, mas fechou a editora após o Golpe Militar de 1964, e deixou o Brasil.”⁸ Miguel Urbano Rodrigues mudou sua concepção de mundo durante a viagem a África, e após 1961, aproxima-se do PCP através do contato de Álvaro Veiga⁹, e voltou a fazer parte do conselho de redação do *Portugal Democrático* em 1963. O autor reflete, com bastante distancia dos eventos, seus erros na luta contra o salazarismo, segundo Rodrigues, permeada por uma imaturidade ideológica e centrada em um individualismo descontrolado, e dirige o mesmo olhar quando analisa sua confiança rápida em Henrique Galvão; sua aventura no Santa Maria; a viagem para África e seu flerte com a guerrilha, e a fundação do *Portugal Livre*.¹⁰ A palavra chave que ligaria todas estas ações seria o aventureirismo, que, assim como o personalismo, “privilegiavam o heroísmo individual”, e excluía qualquer formação de sentimento verdadeiramente revolucionário.

A construção deste livro apresenta alguns elementos que não eram objeto de estudo, mas que tangenciavam o tema principal, como ocorreu no primeiro capítulo, com a breve introdução do regime, sua natureza ideológica, a censura e a PIDE, além dos partidos políticos e as oposições ao Estado Novo. Em seguida, circunscrevendo ainda mais o tema, buscou-se elucidar as múltiplas facetas e categorias que o exílio pode trazer ao longo da História, e, principalmente os portugueses exilados no Brasil. Vimos que o *Portugal Democrático* formou uma verdadeira escola, por onde passaram dezenas de portugueses e brasileiros, e acabaria por facilitar a circulação e publicação de seu dissidente, *Portugal Livre*.

O terceiro capítulo mostrou que o jornal, impulsionado por figuras históricas e polêmicas como Delgado e Galvão, apresentou uma proposta nova: ação e revolução,

8 Entre algumas obras publicadas por sua editora estão REGO, Victor da Cunha. (org.) *Salazar Visto do Brasil*. São Paulo, Ed. Felman-Rego. PIMENTEL, João Sarmiento. *Memórias do Capitão*. Editora Felman-Rêgo. São Paulo, 1963. ARCHER, Maria. *Brasil, Fronteira da África*. São Paulo, Felman-Rêgo, 1963.

9 Na viagem, que durou seis semanas, Rodrigues, enquanto representante do DRIL, encontro-se com Sekou Touré, Amílcar Cabral, André Kaminsky. Segundo o autor, os membros do MPLA confessaram que o 4 de fevereiro em Luanda não havia sido organizado com larga antecedência, e que o assalto do Santa Maria foi um catalisador importante para os ataques, pois Angola estava repleta de jornalistas do mundo todo que vieram na esperança de ver o Santa Maria atracar na África, contudo foram logrados. A presença destes mesmos jornalistas foi o impulso para os revoltosos, que viam neles, um modo de fazer repercutir as injustiças e a Guerra Colonial. RODRIGUES, M. U. p. 227.

10 RODRIGUES, M. U. *Op. Cit.* p.12.

objetivos, que, como pudemos perceber, não foram fáceis de alcançar. Para isto contou com uma rede internacional de colaboradores, cuja contribuição foi realizada através da publicação de matérias, venda de assinaturas e tarefas burocráticas ou mesmo a tentativa de envio de edições para Portugal. Mas esta estrutura não foi suficiente frente às discussões internas, dispersão de membros, escassez de recursos e, sobretudo, divergências de opiniões em uma questão que se mostrava fundamental naquele contexto: posições neo-colonialistas e anticomunismo exacerbado, como apontado no último capítulo.

Após esta breve retomada dos principais temas desta dissertação, é extremamente válido e necessário resgatar a pergunta feita na introdução: o que um jornal, editado no exílio e de vida tão curta, pode revelar-nos acerca da oposição ao Estado Novo? Inicialmente continuamos a defender a tese que o seu tempo de duração não pode ser o parâmetro para mensurar sua importância, ao contrário disto, um dos significados do jornal reside justamente na sua mudança, no seu movimento, seja para fundá-lo ou para encerrá-lo. Também não concordamos que seu maior valor está nas pessoas que o fundaram, especialmente Humberto Delgado e Henrique Galvão, personagens amplamente estudadas neste trabalho, em virtude dos eventos fulcrais por eles protagonizados.

Acreditamos que a riqueza, e mesmo o contributo do *Portugal Livre* está nas dúvidas, desacordos e incertezas acerca da própria função de uma oposição no exílio, naquele contexto. Neste sentido, a oposição não possuía um discurso coeso sobre vários pontos, como a questão colonial, uma das partes mais sensíveis do regime e, portanto, fundamentais para a derrubada do Estado Novo, isto às vésperas da guerra colonial e quando a opinião internacional já havia condenado o colonialismo. O mesmo residia no contraditório debate em torno da unidade, que na verdade, mais dispersava, do que unia. Os exilados viam a si próprios como periferia, pois para eles, a verdadeira oposição deveria acontecer dentro de Portugal. Contudo, acreditamos que este seja um discurso retórico, pois do contrário, os portugueses não se doariam tanto para funções que não acreditassem surtir efeito.

Acreditamos na tese de que o jornal e seus colaboradores, representaram o movimento através de dois pontos de vista: Primeiramente a ação proposta pelo próprio periódico, principalmente na busca por uma fórmula de atuação efetiva e prática. Desiludido, o grupo não acreditava mais na abertura gradual do regime ou na participação pelas vias eleitorais, e propôs uma tática para além da exclusiva impressão e divulgação de páginas. Flertando com grupos revolucionários como o MNI e o DRIL, o jornal fomentou outras discussões e encontros como a “I Conferência Sul-Americana pró-anistia dos presos e exilados políticos Espanhóis e Portugueses”. O segundo prisma é o movimento da própria evolução no exílio,

que balizados pelo terremoto das eleições de um lado, e pelo assalto ao Santa Maria e guerra colonial de outro, teve uma mudança brusca na sua própria postura e objetivos.

Com isto em vista, propomos, novamente, uma visita a introdução e ao próprio título da dissertação de mestrado que deu origem a este livro: *O Jornal Portugal Livre: buscando uma identidade da Oposição ao Salazarismo no exílio brasileiro, (1958-1961)*. Sabe-se que o uso de gerúndio por portugueses, não é tão comum quanto fazem, muitas vezes equivocadamente, os brasileiros. Mas afora os usos e abusos da língua portuguesa, o gerúndio representa um verbo em ação, ou inacabado, e é exatamente isto que representa o *buscando* deste título. Assim a busca pode ser em diversos prismas, a busca por uma forma de ação, por um ídolo a ser seguido, pela unidade, enfim, a busca por uma identidade. Mas é importante observar que ele representou a busca, e não uma resposta ou um fim; sabe-se que a oposição trilharia ainda um longo percurso até a queda do regime.

Quais os caminhos que as pesquisas sobre este tema podem tomar? Durante a pesquisa nos deparamos com várias lacunas historiográficas, que são verdadeiros ganchos, ou portas, prontos para serem abertos e preenchidos. Vislumbra-se uma série de possibilidades, tanto metodológicas, quando em termos de conteúdo, se for possível separá-los em categorias distintas. Certamente a resposta da pergunta feita inicialmente não é única e objetiva, entretanto algumas metodologias e abordagens vêm ganhando força, para tratar não somente dos exilados em si, mas de todos os homens e mulheres comuns, anônimos. Assim, a retomada dos estudos biográficos colabora cada vez mais para elucidar a História Contemporânea. Entretanto, se faz necessário destacar uma das maiores discussões neste campo: a linha tênue que separa o campo da História do campo literário no que concerne ao gênero biográfico. Segundo Levi:

A biografia constitui na verdade o canal privilegiado através do qual os questionamentos e as técnicas peculiares da literatura se transmitem à historiografia [...] Livre dos entraves documentais, a literatura comporta uma infinidade de modelos e esquemas biográficos influenciam amplamente os historiadores. Essa influência, em geral mais indireta do que direta, suscitou problemas, questões e esquemas psicológicos e comportamentais que puseram o historiador diante de obstáculos documentais muitas vezes intransponíveis (atos e dos pensamentos da vida cotidiana, dúvidas e incertezas, momentos contraditórios).¹¹

Roger Chartier, por sua vez, referindo-se à historiografia atual, diz que:

O objeto da história (...) não são, ou não são mais, as estruturas e os mecanismos que regulam, fora de qualquer controle subjetivo, as relações sociais, e sim as racionalidades e as estratégias acionadas pelas comunidades, as parentelas, as famílias, os indivíduos.¹²

11 LEVI, Giovanni. *Op. Cit.*, p.168-169.

12 CHARTIER, Roger. *A história hoje: dúvidas, desafios, propostas*. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, 1994. p. 102.

Segundo Levi, a maioria das questões metodológicas da historiografia contemporânea diz respeito à biografia, sobretudo as relações com as ciências sociais, os problemas de escala¹³ de análise e das relações entre regras e práticas, bem como aqueles, mais complexos, referentes aos limites da liberdade e da racionalidade humana.¹⁴ Assim, percebe-se uma enormidade de pessoas que foram importantes, mas anônimas, na luta contra o Salazarismo e que poderiam render pesquisas interessantes, sob pontos de vista diversos.¹⁵

O objeto de estudo desta pesquisa foi temporal e espacialmente bem específico, entretanto vislumbrou-se uma série de conexões formadas entre portugueses e estrangeiros, ou entre instituições, grupos, partidos e movimentos. Muitas destas verdadeiras redes ainda estão na espera para serem estudadas, como por exemplo, uma pesquisa internacional apontando a relação e os meios de sobrevivência, de exilados em diversos países, como Argentina, Canadá, França, Marrocos, Argélia, Venezuela, Estados Unidos, Itália, Bélgica, Inglaterra, ou estudar cada grupo, de forma isolada.

Entre os grupos e publicações destacam-se os jornais *Portugal Socialista*, editado na Itália, *Portuguese and colonial bulletin*, em Londres, mesmo local do grupo socialista de esquerda dos “Portugueses democratas de Inglaterra”, enquanto que no Canadá, em Toronto foi editado *O Luso Canadiano* e mais tarde o boletim *A Verdade*; o “Comité para a Defesa da Liberdade em Portugal”, grupo heterogêneo em formação ideológica situado em Paris; no Uruguai houve a “Agrupación de Portugueses Democratas”, aonde teve um jornal de curtíssima duração igualmente chamado de *Portugal Livre*; e na Venezuela o periódico *O imigrante Português*, além do *Oposição Portuguesa*, fundado por um grupo de simpatizantes e amigos de Delgado, além da rádio *A voz de Portugal Livre*.¹⁶

Finalmente, e mais focado dentro da realidade brasileira, percebeu-se a possibilidade de estudar a influência de diversos portugueses exilados no meio acadêmico, como já vem aparecendo algumas obras sobre Jorge de Sena, Maria Archer e Adolfo Casais Monteiro. E, como já apontado por Douglas Mansur da Silva, a relação dos mesmos com as redações dos maiores jornais brasileiros da época, *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo* e *Jornal da Manhã*, veículos que acolheram diversos portugueses, e, em virtude disto, passaram por grandes reformas e modernizações, como o desenvolvimento do caderno cultural no OESP.

13 Sobre a micro-análise, ver LIMA, Henrique Espada. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.; e REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escala*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

14 LEVI, Giovanni. Op. cit. p.68.

15 O primeiro projeto para esta dissertação de mestrado era uma biografia do jornalista Miguel Urbano Rodrigues, único participante do Portugal Livre ainda vivo, mas em virtude da saúde e da dificuldade de contatá-lo optou-se por outro objeto de estudo.

16 SERTÓRIO, Manuel. *Humberto Delgado 70 cartas inéditas*. Publicações Alfa, S. A., Lisboa, 1990. p. 24,

ANEXOS

ANEXO I



Portugal Livre Ed.25, Fl. 4. Acervo do Centro de Documentação 25 de abril - Coimbra - Portugal. (CD25a).

ANEXO II



PIDE, Propaganda Aprendida, N o. 640, PT/TT/PIDE/001/00640.

ANEXO III

PORTUGAL LIVRE

ANO 1 — N.º 11 Diretor: CLAUDIO ABRAMO São Paulo, Setembro de 1968 Preço: Cr\$ 5,00

**KUBITSCHKEK
E SALAZAR**

◻

ALVARO LINS

↓



Passará o céu e a terra, mas o que dizem as minhas palavras não passará. (S. Lucas, XXI)

Andam os homens cruzando as côrtes, revol-
vendo os reinos, dando voltas ao mundo: cada um
em demanda das suas pretensões, cada um para se
introduzir ao fim dos seus desejos; todos aos en-
trões uns sobre os outros; os olhos abertos, a porta
à vista, e ninguém atina com a porta. Andais bus-
cando a honra com olhos de lince; e sendo que para
a verdadeira honra não há mais que uma porta (que
é a virtude) ninguém atina com a porta. Andai-
vos desvelando pela riqueza com mais olhos que
um Argos; e sendo que a porta certa da riqueza
não é acrescentar fazenda, senão diminuir cobiça,
ninguém atina com a porta. (...) A maior graça
da natureza, e o maior perigo da graça, são os olhos.
São duas luzes do corpo, são dois laços da alma.
Mas como os mesmos olhos ou são os próprios, com
que vemos, ou os alheios, com que somos vistos;
questão pôde ser não vulgar, e útil curiosidade, sa-
ber quais d' eles sejam o maior laço, e o maior perigo
Eu em tanta estreiteza de tempo não o tenho para
disputar: e assim digo resolutamente, que o maior
perigo, e o maior laço são os olhos do alheio. E
porquê? Porque sendo tão natural no homem o
desejo de ver, o apetite de ser visto é muito maior.
(Sermão da Quinta Terça-Feira da Quaresma,
Padre Antonio Vieira).



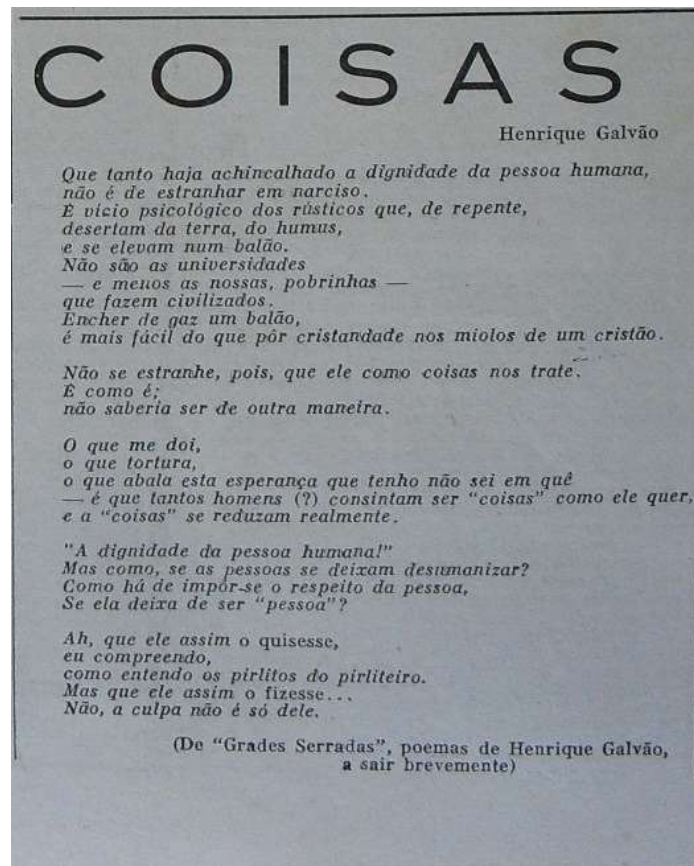
Portugal Livre. Ed.11, setembro de 1961 Fl. 8. (CD25a).

ANEXO IV

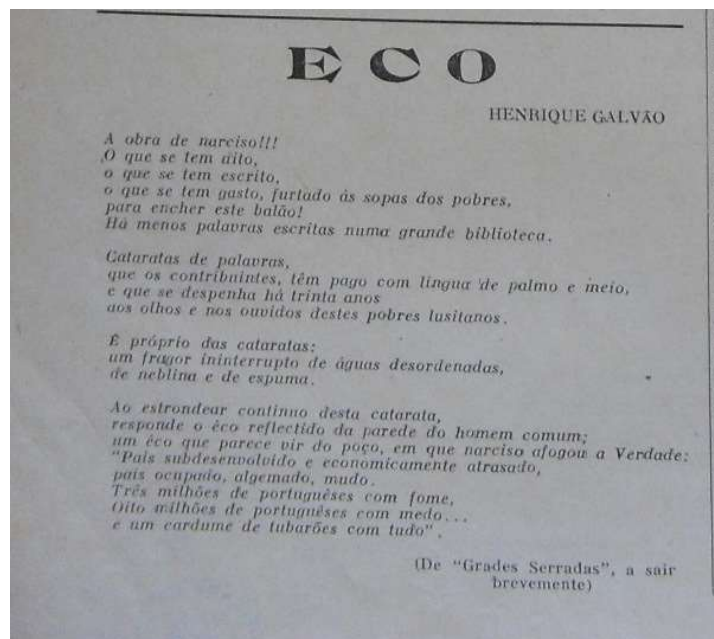


Portugal Livre. Ed.16, fev/mar 1961 Fl. 8. (CD25a).

ANEXO V

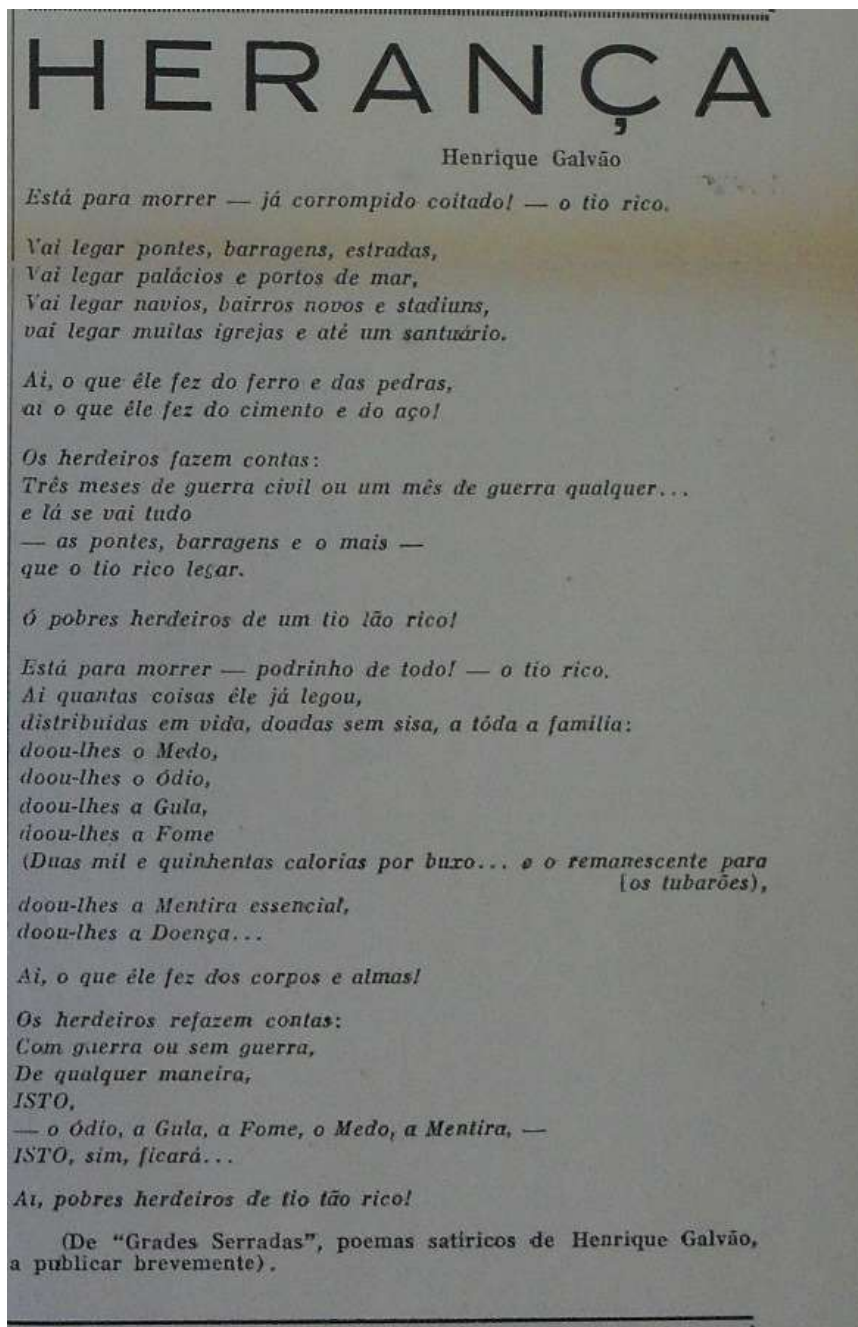


Henrique Galvão. "Coisas". Portugal Livre Ed.7, Fl. 8. Acervo do Centro de Documentação 25 de abril - Coimbra - Portugal. (CD25a).



Henrique Galvão. "Coisas". Portugal Livre Ed.7, Fl. 8. Acervo do Centro de Documentação 25 de abril - Coimbra - Portugal. (CD25a).

ANEXO VI



Coluna literária no *Portugal Livre*¹

¹ Portugal Livre Ed.4, Fl. 9. Acervo do Centro de Documentação 25 de abril - Coimbra - Portugal. (CD25a).

FICHA HEMEROGRÁFICA

I - Ficha Descritiva

A. - Cabeçalho:

1. Título: Portugal Livre
2. Subtítulo: inexistente
3. Lemas: inexistente
4. Vinhetas: inexistente

B. - Datação:

1. Cronologia:
 - a) Primeiro número (e número prospecto): Novembro de 1959
 - b) Último número: fevereiro-março de 1961.
2. Periodicidade: Mensal
3. Momento de aparição: Estado Novo Português
4. Coleção: Completa (?)
5. Sede Social:
 - a) Administração: Rua 15 de novembro, 228- Sala 508 – São Paulo – SP – Brasil.
À partir da edição 15 e 16 passa a ser na Rua Manoel de Nóbrega, 801. Casa 9, São Paulo.
 - b) Redação: Administração: Rua 15 de novembro, 228- Sala 508 – São Paulo – SP – Brasil. À partir da edição 15 e 16 passa a ser na Rua Manoel de Nóbrega, 801. Casa 9, São Paulo.
 - c) Lugar de Impressão

C. - Características Técnicas:

1. Formato:
 - a) Páginas:
 - a`) número: entre oito e nove
 - a`) dimensões: entre 60 cm x 38 cm e 75 cm x 60 cm.
 - b) Colunas:
 - b`) número: cinco colunas
 - b`) dimensões 7 cm x 43 cm
2. Estrutura:
 - a) Superfície Impressa:
 - a`) redacional: 35 cm x 43 cm, separados em cinco colunas conforme acima citado. Ocupa maior parte da área do jornal.
 - a`) cabeçalho: 3 cm x 7 cm. Retângulo preto, com o nome do jornal em branco.
 - a`) corpo: acima descrito.
 - Títulos: Em negrito, fontes diferentes uma das outras. Sem fonte padrão para os títulos, exceto pelo nome do jornal. Ilustrações: poucas, média de três fotografias por edição
 - Texto: fontes usadas no texto variam entre uma notícia e outra.
 - b) Publicitária: não aparece.
 - c) Seções
3. Impressão:
 - a) Impressor:
 - b) Sistema de Impressão: prensa tipográfica.

II. – Ficha Analítica

D. – Empresa Jornalística:

1. Aspectos jurídicos:
 - a) Fundadores: MNI (Movimento Nacional Independente) e nomes como de Miguel Urabano Rodrigues, Humberto Delgado, Henrique Galvão, Paulo Duarte. Além dos brasileiros Celso Ribeiro Bastos e Claudio Abramo.
 - b) Propriedade: Celso Ribeiro Bastos
 - c) Editor Responsável: Celso Ribeiro Bastos (também financiador)
2. Aspectos Econômicos:
 - a) Administração:
 - a`) administrador: Pedroso Lima
 - a`) lugares de subscrição: Rua 15 de novembro, 228- Sala 508 – São Paulo – SP Brasil
 - b) Preço de publicação:
 - b`) venda por número avulso: Cr\$5,00,. Já nas edições 15 e 16 os valores são Cr\$10,00 para São Paulo e Cr\$15,00 para rio de Janeiro e estados.
 - b`) subscrições: Cr\$100,00 ou Cr\$200,00 (especial), ambas anuais.
 - c) Tarifa de publicidade:
 - d) Tiragem: 3.000 exemplares
 - e) Exemplares vendidos: Em média, mais que 50% da tiragem.

E. – Equipe Redatora

1. Direção:
 - a) Conselho de redação: Miguel Urbano Rodrigues, Victor da Cunha Rego, Humberto Delgado.
 - b) Diretor: Cláudio Abramo
2. Redação:
 - a) Redatores-chefe: Miguel Urbano Rodrigues(?)
 - b) Redatores: Miguel Urbano Rodrigues, Victor da Cunha Rego.
 - c) Correspondentes: Variava dentro do grupo que esta citado abaixo.
3. Colaboradores: Humberto Delgado, Victor da Cunha Rego, Miguel Urbano Rodrigues, João Santana Mota, João Alves das Neves, Joaquim Ribeiro Bastos Paulo de Castro, Pedroso Lima, Henrique Galvão.

F. – Natureza e Orientação:

Jornal de cunho político e ideológico por exilados portugueses no Brasil, com intenção de se opor ao Estado Novo português, que tinha na figura de Antônio Oliveira Salazar, sua maior representação.

G. – Difusão:

1. Distribuição: Entre as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, Brasil.
2. Zonas de difusão:
 - a) Número de edições: 16 edições
 - b) Zona coberta por cada edição:
3. Leitores:
 - a) Número de leitores:
 - b) Composição dos leitores: Destinado à colônia portuguesa no Brasil. Contudo aberto à toda sociedade brasileira. Com a intenção de denunciar eventuais problemas com o Estado Novo, tais como a falta de liberdade de Expressão e

a Guerra Colonial na África. Contudo tinha alcance dentro da intelectualidade brasileira.

III. - Aspectos Históricos

1. Significação: Jornal de Oposição ao Estado Novo de Antônio Oliveira Salazar, editado por um grupo de exilados portugueses no Brasil.
2. Fonte Histórica:
3. Localização de Fundos: Centro de Documentação 25 de abril – Coimbra, Portugal – coleção completa. Museu da Memória e Resistência – Lisboa, Portugal, coleção completa.

IV. - Observações

Algumas informações ainda não foram possíveis de obter através da leitura do jornal. Para tanto, tais questões poderão ser respondidas em uma segunda etapa da pesquisa. Sobretudo nos arquivos brasileiros.

Bibliografia

ALMUIÑA FERNANDEZ, Celso – *La Prensa Vallisoletana durante El siglo XIX (1808-1894)*. 2 tomos, Valladolid, Serviço de Publicaciones de La Diputaciona Provincial, 1977.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICA

- BATISTA, Elisabeth. *Entre a literatura e a imprensa: percursos de Maria Archer no Brasil*. Tese. Universidade de São Paulo, 2007.
- BARROS, José D'Assunção. *O Campo da História: Especialidades e abordagens*. 2ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In: *Razões Práticas Sobre a Teoria da Ação*. Campinas: Papirus, 1996.
- CANDIDO, Antonio. "Portugueses no Brasil" In: *O Albatroz e o Chinês*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004
- CAMPOS, Arajaryr. *Uma brasileira Contra Salazar*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006.
- CASTRO, Jorge Pedro. *O inimigo Nº1 de Salazar*. Lisboa, Editora Esfera dos Livros, 2010.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2006.
- FIUZA, Alexandre Felipe. *Entre um samba e um fado: a censura e a repressão aos músicos no Brasil e em Portugal nas décadas de 1960 e 1970*. Assis, SP: UNESP, 2006. (Tese de Doutorado).
- GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes: O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. 3ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GUAZELLI, César A. B; PETERSEN, Sílvia R. F; SCHMIDT, Benito B; XAVIER, Regina C. L. (orgs.). *Questões de Teoria e Metodologia da História*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.
- GOBBI, Márcia Valéria Zamboni; FERNANDES, Maria Lúcia Outeiro; JUNQUEIRA, Renata Soares (orgs.) *Intelectuais Portuguesa e a Cultura Brasileira. Depoimentos e Estudos*. São Paulo, EDUNESP/EDUSC, 2002;
- HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX (1914 -1991)*. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001. p.456.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.
- LE MOS, Fernando, LEITE, Rui Moreira. (orgs.). *A Missão Portuguesa. Rotas Entrecruzadas*. São Paulo, EDUNESP/EDUSC, 2002.

- LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: Trajetória de um Exorcista no Piemonte do Século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LIMA, Henrique Espada. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- LOFF, Manuel. *As duas ditaduras Ibéricas na Nova Ordem Eurofascista (1936-1945)*. Tese de Doutorado. Instituto Universitário Europeu: Firenze, 1994.
- MADEIRA, João. “O PCP entre o rescaldo da campanha de Delgado e os caminhos para derubar o regime (1958-1959)” In: *Memória das Oposições (1927-1969)*. Lisboa, Minerva Coimbra, 2010
- MATTOS, H.H.G. *Modos de olhar o discurso autoritário no Brasil (1969-1974), o noticiário de primeira página na imprensa e a propaganda governamental na televisão*. São Paulo: USP/ECA, 1989. 173 p. Tese (Doutorado, ECA/USP).
- MENESES, Filipe Ribeiro de. *Salazar*. Lisboa, Publicações D. Quixote, 2010.
- MOREIRA, António. “A crise: do “terramoto Delgado” ao golpe da Beja”. In: *Portugal Contemporâneo*. Vol V. Lisboa, Publicações Alfa, 1990.p.27.
- NEVES, José. *Comunismo e nacionalismo em Portugal: política, cultura e história no século XX*. Editora Tinta da China, 2010.
- NÓVOA, António. “Salazarismo e cultura”. In: *Portugal e o Estado Novo. (1930-1960)*. Vol XVII. Lisboa, Presença, 1990, p. 442.
- OLIVEIRA, César. “A Evolução Política” in *Nova História de Portugal*, dir. SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira. (dir.). vol. XII, *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, ROSAS, Fernando (coord)., Lisboa, Presença, 1992.
- ORIEUX, Jean. A Arte do Biógrafo. In: DUBY, Georges; ARIÈS, Philippe; LE GOFF, Jacques (orgs). *História e Nova História*. Lisboa: Teorema, s/d. p.41-42.
- PAES, Maria Helena Simões. *A Década de 60: Rebeldia, Contestação e Repressão Política* São Paulo: Ed. Ática, 2001.
- PALLA, Maria Antonia, “A Revolução da Imprensa, Apesar da Censura”, In: *Portugal Contemporâneo*, António Reis (Direcção), Lisboa. Publicações Alfa, 1989
- PITA, António Pedro. *O Marxismo na Constituição Ideológica e Política do Partido Comunista Português* In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, 40 (1994) 89-108.
- PIMENTEL, João Sarmiento. *Memórias do Capitão*. Lisboa, Seara Nova, 1974.
- PINTO, António Costa. *Os Camisas Azuis. Ideologias, Elites e Movimentos fascistas em Portugal. 1914-1945*. Editorial Estampa: Lisboa, 1994.

- PAULO, Heloisa. *Aqui também é Portugal: A colônia Portuguesa no Brasil e o Salazarismo*. Coimbra, 2000. (Tese de doutoramento).
- PAULO, Heloisa. "Um olhar sobre a Oposição e o Exílio no Portugal de Salazar". In: *Memória das Oposições (1927-1969)*. Lisboa, Minerva Coimbra, 2010.
- PAULO, Heloisa. "Da Revolução ao Exílio: trajetórias de vida e de combate". In *Memória das Oposições (1927-1969)*. Lisboa, Minerva Coimbra, 2010.
- PINTO, António Costa. *O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX*. In: *O Corporativismo em Português. Estado, Política e sociedade no salazarismo e no varguismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- QUEIROZ, Guido Fabiano Pinheiro. *Os Espelhos de Barradas de Carvalho: crônica política e historiografia de um exilado*. Tese. Pontifícia universidade Católica, Rio de Janeiro, 2009.
- REIS, António. (Dir.) *Portugal Contemporâneo*. Vol V. Lisboa, Publicações Alfa. 1990.
- ROSAS, Fernando. "A Crise do Liberalismo e as origens do "Autoritarismo Moderno e do Estado Novo em Portugal." *Penélope*, N°. 2, 97-114, 1989.
- ROSAS, Fernando. "O País, o regime e a oposição nas vésperas de 1958". In: *Portugal Contemporâneo*. Vol V. Lisboa, Publicações Alfa. 1990.p.18.
- ROSAS, Fernando. "O Estado Novo, 1926-1974". In: José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. VII. Editorial Estampa, Lisboa, 1994
- REZOLA, Maria Inácia. *A igreja católica portuguesa e a consolidação do salazarismo*. In: *O Corporativismo em Português. Estado, Política e sociedade no salazarismo e no varguismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- ROSA, Frederico Delgado. *Humberto Delgado – Biografia do general sem medo*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2008.
- RODRIGUES, Miguel Urbano. *O Tempo e o Espaço em Que Vivi - I - Procurando um Caminho (memórias)* Porto: Campo das Letras, 2002.
- RODRIGUES, Miguel Urbano. *O Tempo e o Espaço em Que Vivi - II - Revolução e Contra-revolução na América Latina (memórias)* Porto: Campo das Letras, 2002.
- RAMOS, Ubirajara Bernini. *Portugal Democrático: um jornal de resistência ao Salazarismo publicado no Brasil*. (Dissertação de Mestardo em História). Pontifícia Universidade Católica (PUC): São Paulo, 2004.
- SILVA, Douglas Mansur da. *A oposição ao Estado Novo no exílio brasileiro, 1956-1975*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006. (Col. Estudos e Investigações – 42)
- SERTÓRIO, Manuel. *Humberto Delgado, setenta cartas inéditas*. Lisboa: Publicações Alfa, 1990.

DOCUMENTOS E FONTES

Fontes Orais

- Fernando Lemos (11/03/2003)
- Dulce Ramos (17/04/2003)
- João Alves das Neves (22/01/2004)
- José Verdasca (05/03/2003)
- Manuel Myre Dores (14/05/2003)
- Manuel Soares (23/04/2003)

Entrevistas realizadas por Ubirajara Bernini Ramos, para a elaboração de seu mestrado, anexo em CD-Room In: RAMOS, Ubirajara Bernini. "Portugal Democrático" – Um jornal de Resistência ao Salazarismo publicado no Brasil. (dissertação de Mestrado em História) Pontifícia Universidade Católica (PUC): São Paulo, SP. 2004.

Fontes Hemerográficas

- Coleção do jornal *Portugal Livre* (16 edições), no acervo do Centro de Documentação 25 de abril – Coimbra – Portugal. (CD25a)
- Jornal *Portugal Democrático* (Edições 15 até 31; 35, 42, 44,46 e 49, entre junho de 1958 e julho 1961), no acervo do CD25a.
- Jornal *Avante!* (Edições 247 até 302, entre janeiro de 1958 e julho de 1961) Disponível em: <http://www.pcp.pt/avante-clandestino> Acesso em: 10/04/2011.
- Jornal *Folha de São Paulo* (Consultas esporádicas, entre 1958 e 1961) Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/>
- Jornal *O Estado de S. Paulo* (Consultas esporádicas, entre 1958 e 1961)

Fontes Epistolais

- Discurso de Humberto Delgado – 22 de maio de 1958
- Carta de Manuel Sertório para Humberto Delgado, abril de 1960 – Espólio 128 – Manuel Sertório, No. 918. Acervo CD25a.
- Carta de Manuel Sertório para Humberto Delgado, agosto de 1960 – Espólio 128 – Manuel Sertório, No. 919. Acervo CD25a
- Carta de Manuel Sertório para Humberto Delgado, janeiro de 1961 – Espólio 128 – Manuel Sertório, No. 921. Acervo CD25a

- Carta de Humberto Delgado para Manuel Sertório, maio de 1962 – Espólio 128 – Manuel Sertório, No. 919. Acervo CD25a.
- Carta de Humberto Delgado para Manuel Sertório, outubro de 1962 – Espólio 128 – Manuel Sertório, No. 924. Acervo CD25a.
- Carta de Humberto Delgado para Simões de Figueiredo, julho de 1959 – Espólio ? – A. Figueiredo, No. 13. Acervo CD25a.
- Carta de Humberto Delgado para Juselino Kubitschek, 1960 – Espólio ? – A. Figueiredo, No. 19. Acervo CD25a.
- Carta de Humberto Delgado para Júlio de Mesquita Filho, junho de 1960 – Espólio ? – A. Figueiredo, No. 23. Acervo CD25a.
- Carta de Humberto Delgado para A. Simões de Figueiredo, outubro de 1960 – Espólio ? – A. Figueiredo, No. 24. Acervo CD25a.
- Carta de Humberto Delgado para A. Simões de Figueiredo, fevereiro de 1961 – Espólio ? – A. Figueiredo, No. 26. Acervo CD25a.
- Carta de Humberto Delgado para A. Simões de Figueiredo, março de 1961 – Espólio ? – A. Figueiredo, No. 29. Acervo CD25a.
- Carta de Humberto Delgado para A. Simões de Figueiredo, abril de 1961 – Espólio ? – A. Figueiredo, No. 31. Acervo CD25a.
- Carta de Humberto Delgado para A. Simões de Figueiredo, março de 1962 – Espólio ? – A. Figueiredo, No. 42. Acervo CD25a.
- Carta de José de Oliveira Carvalho para Humberto Delgado, fevereiro de 1960- Espólio 146. No. 12- Acervo CD25a.
- Carta de Humberto Delgado para José de Oliveira Carvalho, fevereiro de 1960- Espólio 146. No. 13- Acervo CD25a.
- Carta de José de Oliveira Carvalho para Humberto Delgado, 1960- Espólio 146. No. 16- Acervo CD25a.
- Carta de José de Oliveira Carvalho para Portugal Livre, agosto de 1960- Espólio 146. No. 17- Acervo CD25a.
- Carta do Portugal Livre para José de Oliveira Carvalho, agosto de 1960- Espólio 146. No. 18- Acervo CD25a.
- Carta de José de Oliveira Carvalho para Portugal Livre, setembro de 1960- Espólio 146. No. 19- Acervo CD25a.

- Carta do Portugal Livre para José de Oliveira Carvalho, agosto de 1960- Espólio 146. No. 20- Acervo CD25a.
- Carta de José de Oliveira Carvalho para Portugal Livre, dezembro de 1960- Espólio 146. No. 23- Acervo CD25a.
- Carta de José de Oliveira Carvalho para Humberto Delgado, dezembro de 1960- Espólio 146. No. 24- Acervo CD25a.
- Carta de Humberto Delgado para José de Oliveira Carvalho, dezembro de 1960- Espólio 146. No. 25- Acervo CD25a.
- Carta de José de Oliveira Carvalho para Humberto Delgado, dezembro de 1961- Espólio 146. No. 32- Acervo CD25a.
- Carta de Humberto Delgado para José de Oliveira Carvalho, fevereiro de 1962- Espólio 146. No. 33- Acervo CD25a.
- SERTÓRIO, Manuel. *Humberto Delgado – 70 cartas inéditas*. Publicações Alfa, Lisboa, 1990.

Memórias E Diários

CAMPOS, Arajaryr. *Uma brasileira Contra Salazar*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006.

RODRIGUES, Miguel Urbano. *O Tempo e o Espaço em Que Vivi - I - Procurando um Caminho* (memórias) Porto: Campo das Letras, 2002.

RODRIGUES, Miguel Urbano. *O Tempo e o Espaço em Que Vivi - II - Procurando um Caminho* (memórias) Porto: Campo das Letras, 2002.

DELGADO, Iva; FIGUEIREDO, Iva. (Cord.) *Memórias de Humberto Delgado*. Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1991.

Outros

- Proclamação do General Humberto Delgado – Candidatura Independente. Lisboa, maio de 1958. Acervo CD25a.

- A contribuição dos exilados. Miguel Urbano Rodrigues – acto publico promovido em 3 de maio de 1974 pelos Estudantes da Universidade de São Paulo, em Homenagem aos exilados políticos portugueses de regresso à Lisboa. In: RODRIGUES, Miguel Urbano. *Da Resistência à Revolução*. Lisboa, editorial Avante!, 1975 Acervo CD25a.

- Fotografia de Humberto Delgado “Portugal Livre”, 1959. Localização física PIDE, Propaganda apreendida, n.º 640 Cota antiga PIDE/DGS, proc. n.º 2686-SR - 6.º vol., NT 2363. Formato digital. <http://digitarq.dgarq.gov.pt?ID=4492951>.

PORTUGAL LIVRE: JORNALISMO E OPOSIÇÃO AO ESTADO NOVO NO EXÍLIO BRASILEIRO

Esse livro versa sobre as ideias e discussões acerca da fundação, manutenção e fechamento do jornal Portugal Livre, editado na cidade de São Paulo, Brasil, por portugueses exilados do Estado Novo naquele país, na viragem dos anos cinquenta para sessenta. A proposta é estudar não somente o jornal em si, mas sim os debates que antecederam sua criação e permeavam assuntos de como a oposição deveria agir no exílio; os posicionamentos frente à questão colonial; e os diferentes partidos políticos envolvidos. Assim, o corte temporal é um pouco maior do que a vida do jornal em si, compreendendo o período entre os anos 1958 e 1961.

Franco Santos Alves da Silva

RFB Editora
CNPJ: 39.242.488/0001-07
91985661194
www.rfbeditora.com
adm@rfbeditora.com
Tv. Quintino Bocaiúva, 2301, Sala 713, Batista Campos,
Belém - PA, CEP: 66045-315

